

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Parque Nacional do Iguaçu e comunidades do
entorno: gestão e conflitos**

Eliana Cristina Bär

Florianópolis, abril de 2009.

Eliana Cristina Bär

**Parque Nacional do Iguaçu e comunidades do
entorno: gestão e conflitos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Linha de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Maria Borges de Sousa.

Eu considero uma árvore



próprio

Posso apreendê-la como uma imagem. Coluna rígida sob o impacto da luz, ou o verdor resplandecente repleto de suavidade pelo azul prateado que lhe serve de fundo. Posso senti-la como movimento: filamento fluente de vasos unidos a um núcleo palpitante, sucção de raízes, respiração das folhas, permuta incessante de terra e ar, e mesmo o desenvolvimento obscuro.



Eu observá-la estrutura e de vida. Eu posso radicalmente sua presença e reconheço mais nela senão a – de leis segundo as quais um contínuo forças é sempre solucionado ou de leis que composição e a decomposição das substâncias.



posso classificá-la numa espécie e como exemplar de um tipo de dominar tão sua forma que não expressão de uma lei conflito de regem a



Eu posso volatilizá-la e eternizá-la, tornando-a um número, uma mera relação numérica. A árvore permanece, em todas estas perspectivas, o meu objeto tem seu espaço e seu tempo, mantém sua natureza e sua composição. Entretanto, pode acontecer que simultaneamente, por vontade própria e por uma graça, ao observar a árvore, eu seja levado a entrar em relação com ela; ela já um Isso. A força de sua exclusividade de mim.



não é mais apoderou-se

Não devo renunciar a nenhum dos consideração. De nada devo abstrair-me nenhum conhecimento do qual devo me imagem e movimento, e número estão unidos nessa relação. forma, seu químicas, sua mundo e com as



Parque Nacional de Serra da Capatzen

modos de minha para vê-la, não há esquecer. Ao contrário, espécie e exemplar, lei indissolúvelmente



Jaguar

Tudo o que pertence à árvore, sua mecanismo, sua cor e suas substâncias “conversa” com os elementos do estrelas, tudo está incluído numa

totalidade.



de

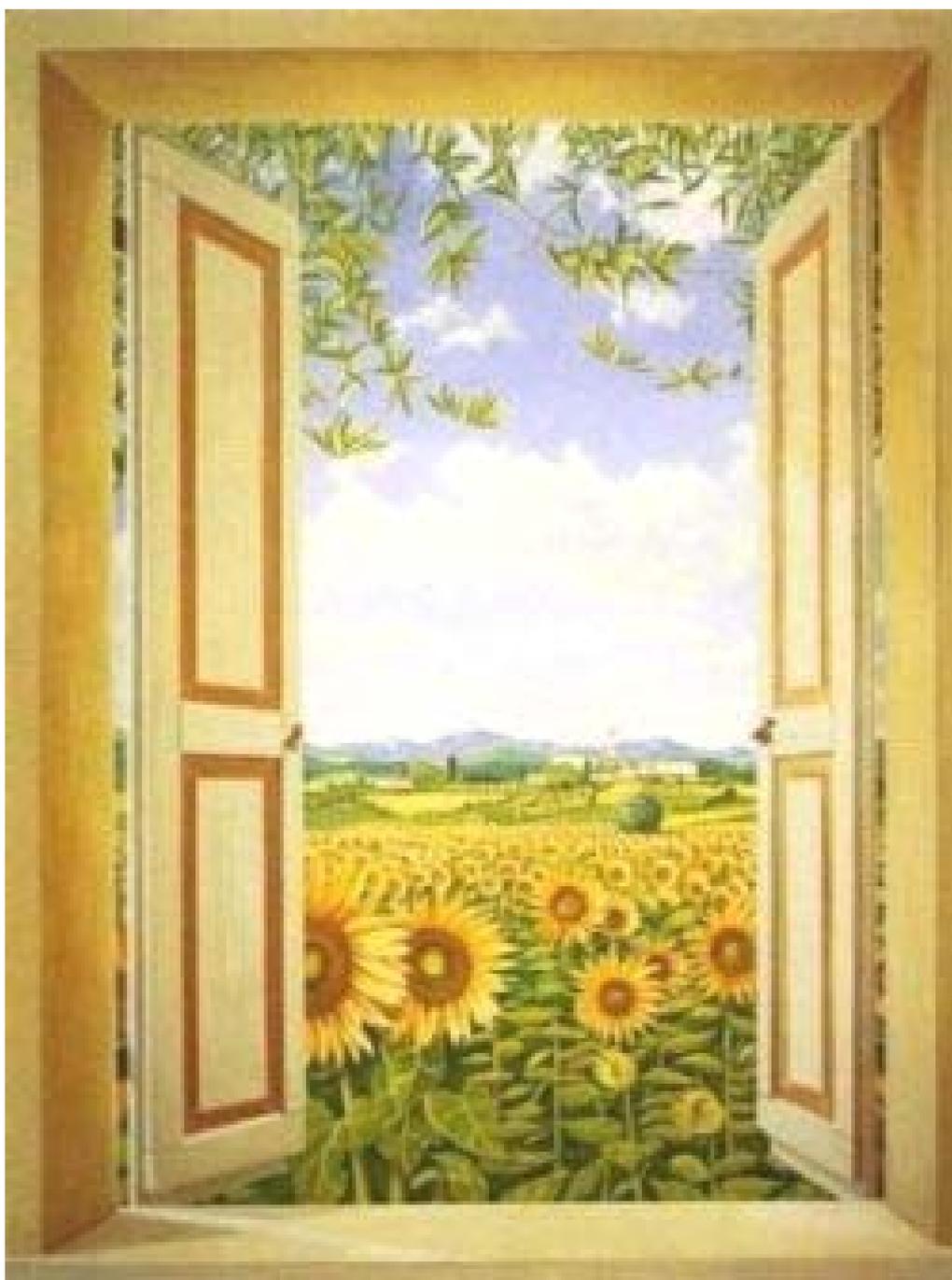


e,

Que ninguém tente debilitar o sentido da relação: relação é reciprocidade.

A árvore não é uma impressão, um jogo minha representação ou um valor emotivo. Ela se apresenta “em pessoa” diante de mim e tem algo a ver comigo eu, se bem que de modo diferente, tenho algo a ver com ela.

Teria então a árvore uma consciência semelhante à nossa? Não posso experienciar isso. Mas quereis novamente decompor o indecomponível só porque a experiência parece Ter sido bem sucedida convosco? Não é a alma da árvore ou sua dríade que se apresenta a mim, é ela mesma.



*À minha mãe, luz de amor,
compreensão, dedicação e incansável
esperança.*

AGRADECIMENTOS

A gratidão tem sentido de cuidado, uma experiência que se institui nas relações onde a afetividade está presente de forma qualificada. Então, agradecer é preciso...

Ao meu pai e à minha mãe – Antônio e Jurema – pela vida, pela educação, pelo cuidado e pelos ensinamentos que moldaram minha trajetória enquanto ser humano.

Aos meus irmãos – Ricardo e Jocelito – pelas brincadeiras, sonhos, planos e conspirações lúdicas de uma infância, que ainda povoa minhas recordações.

Aos meus professores e às minhas professoras de todos os períodos de ensino, pela dedicação ao ato de ensinar, como tarefa social.

Também, aos meus colegas do curso de pós-graduação em Educação, que na partilha de angústias e anseios, colaboraram e apoiaram nessa fase da caminhada acadêmica.

Aos amigos e companheiros do NUVIC – Núcleo Vida e Cuidado: Estudos e Pesquisas sobre Violências, pelo aprendizado contínuo e imprescindível de um novo modo de pensar a relação interpessoal a través da ética do cuidado – do cuidar do outro e do cuidar de si.

À orientadora Ana Baiana, que no decorrer de nossa relação e trajetória se tornou amiga, mentora, companheira e às vezes mãe.

Aos amigos que agreguei à minha vida nessa estada em Florianópolis.

Às minhas companheiras de moradia, Gisely e Mireli, que souberam compreender as dificuldades e limitações pelas quais passei nesse período, dispensando a mim todo cuidado, afeto e amizade.

Agradeço aos professores da UFSC, em especial, à professora Cristiana Tramonte e ao Professor Paulo Freire Vieira, pelas enriquecedoras contribuições.

À Universidade Federal de Santa Catarina pelo privilégio de contar com a educação pública em minha formação pessoal e social.

Ao PPGE, pela dinâmica da minha formação e pela mediação para assegurar a bolsa de estudos financiada pelo CNPq.

Aos agentes dessa pesquisa – comunidades do entorno e administração do PNI – pelo caloroso acolhimento e fundamental contribuição para a realização desse trabalho.

*No mistério do sem-fim
equilibra-se um planeta.
E, no planeta, um jardim, e, no
jardim, um canteiro;
no canteiro, uma violeta,
e, sobre ela, o dia inteiro,
entre o planeta e o sem-fim,
a asa de uma borboleta.*

Cecília Meireles

RESUMO

A dissertação aqui apresentada é expressão de uma pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, que teve seu princípio fundamentado em uma pergunta: como, a partir do fechamento da Estrada do Colono, acontece a relação das comunidades do entorno com o meio ambiente e os órgãos gestores do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) e quais são as condições que dificultam a resolução dos conflitos? O objetivo proposto para o trabalho é compreender os aspectos histórico-culturais predominantes na constituição das identidades dos agentes moradores do entorno deste Parque, bem como, a relação entre estes e o IBAMA, após o fechamento da Estrada do Colono. A pesquisa de campo para coleta das informações e alargamento das observações sobre os conflitos durou quatro meses e foi realizada nos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, situados no entorno do PNI. A dissertação está organizada de forma a problematizar três eixos dialógicos que incluem o resgate histórico dos municípios estudados e do próprio PNI; uma construção teórica sobre o tema pesquisado e alguns aportes que explicam a rede de significações transversalizada na fala dos agentes da pesquisa. A abrangência dessas falas possibilita entender que o processo de gestão do PNI, após o fechamento da Estrada do Colono agrega, de maneira precária, a participação das comunidades. Aliado a isso, os usos políticos do conflito acirraram as dificuldades de diálogo entre o órgão gestor e as populações do entorno. A questão ambiental, a partir desse olhar, adentra os discursos e se mostra vinculada, de um lado, à garantia do fechamento da Estrada pelos ambientalistas; de outro, como ônus pela reabertura da mesma, as reivindicações pró-abertura. Observa-se ainda que, mesmo com fragilidades, os programas de educação ambiental facilitaram o diálogo entre administração do PNI e as populações.

Palavras-chave: Parque Nacional do Iguaçu, Estrada do Colono, meio ambiente, conflitos.

RÉSUMÉ

La dissertation présentée ici est une expression de la recherche qualitative, l'ethnographie, qui a son principe repose sur une question: comment, à partir de la fermeture de Estrada do Colono, est la relation des communautés avoisinantes avec l'environnement et des organes de gestion du Parque Nacional do Iguaçu (PNI) et quelles sont les conditions qui font obstacle à la résolution des conflits? L'objectif pour le travail proposé est de comprendre les aspects historiques et culturels qui prévalent dans la formation de l'identité des agents résidents du parc, et la relation entre ces derniers et l'IBAMA, après la fermeture de l'Estrada do Colono. La dissertation sur le terrain pour la collecte d'informations et d'étendre les observations sur le conflit a duré quatre mois et a été menée dans les municipalités de Capanema et Serranópolis do Iguaçu, situées autour de la PNI. Le mémoire est organisé pour discuter de trois domaines qui comprennent l'examen de l'historique de sauvetage des villes étudiées et PNI, une construction théorique sur le sujet étudié et quelques contributions qui expliquent le réseau de significations dans le discours des acteurs transversalizada recherche. L'inclusion de ces lignes permet de visualiser le processus de gestion des PNI, après la fermeture de l'autoroute de l'ensemble du côlon, de façon précaire, la participation des communautés. En outre, l'utilisation des difficultés politiques de la concurrence féroce de conflit entre le gestionnaire national et de la population. La question de l'environnement, de la recherche, dans le discours tenu et est montré, d'une part, à assurer la fermeture de la route par les écologistes, d'autre part, que le coût de la réouverture, les revendications pro-ouverture. On observe que, même avec des problèmes, des programmes d'éducation environnementale afin de faciliter le dialogue entre le gouvernement et le peuple du PNI.

Mots-clés: Parque Nacional do Iguaçu, Estrada, do Colono, de l'environnement, des conflits.

SUMÁRIO

E NO COMEÇO...	13
E NO PROCESSO, O PROBLEMA DE PESQUISA	18
PERCURSO METODOLÓGICO: POR ONDE TRILHEI	20
CAPÍTULO I	
1 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO E DOS AGENTES DA PESQUISA	26
1.1 DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	26
1.2 DO IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	30
1.3 DA ESCOLA PARQUE: UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?	36
1.4 DO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.....	38
1.5 DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.....	42
1.6 DA ESTRADA DO COLONO OU CAMINHO DO COLONO.....	44
CAPÍTULO II	
2 REFLEXÕES TECIDAS ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS	62
2.1 HUMANIDADE, NATUREZA E A HOMINIZAÇÃO DO HUMANO: DA MODERNIDADE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	62
2.2 O AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO: MUDANÇA DE CONCEPÇÕES OU UM SUBSTANTIVO NOVO PARA PRÁTICAS VELHAS?.....	71
2.3 OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E AS INTENÇÕES DE CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS.....	81
2.4 CONFLITOS AMBIENTAIS EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS.....	85
2.5 POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.....	87
2.6 GESTÃO PATRIMONIAL DOS RECURSOS NATURAIS COMO UM NOVO FUNDAMENTO DE CO-GESTÃO.....	97
CAPÍTULO III	
3 ENTREMEIOS DE GESTÃO E CONFLITOS	103
3.1 ESTAR EM CAMPO, APRENDER EM CONVIVÊNCIA.....	104
3.2 AGENTES PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	106
3.2.1 Agentes centrais.....	107
3.2.2 Agentes complementares.....	107
3.3 ENTRE DIÁLOGOS E NARRATIVAS.....	110
3.3.1 Condicionantes políticos locais.....	113
3.3.2 Políticas ambientais.....	115
3.3.3 Estrada do colono.....	118

3.3.4 Fiscalização.....	123
3.3.5 Educação ambiental.....	125
3.3.6 a Reserva da Biosfera da mata Atlântica como facilitadora da Gestão patrimonial.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136
ANEXOS	
ANEXO 1	147
ANEXO 2.....	148
ANEXO 3.....	149
ANEXO 4.....	150
ANEXO 5.....	151
ANEXO 6	152

SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO

ADEA – Associação de Defesa e Educação Ambiental
AIPOPEC – Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CEDEA - Centro de Estudos, de Defesa e Educação Ambiental
CET – Conhecimento Ecológico Tradicional
CNUMA – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA – Comissão Nacional de Meio Ambiente
COT – Comando de Operações Táticas
DER-PR – Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná
DIREC – Diretoria de Ecossistemas
EA – Educação Ambiental
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA – Instituto de Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro da Reforma Agrária
ICMBIO – Instituto Chico Mendes para Proteção da Biodiversidade
IEPR – Instituto de Ecoturismo do Paraná
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Posto de Informação e Controle
PNI – Parque Nacional do Iguaçu
PT-PR – Partido dos Trabalhadores do Paraná

RBMA – Reserva da Biosfera da mata Atlântica

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SEMAM – Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República SISNAMA

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento de Pesca

SUDHEVEA – Superintendência de Desenvolvimento da Borracha

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

WWF - World Wildlife Found

E no começo...

*Estou pensando na folhagem que a
chuva deixou polida: nas pedras, ainda
marcadas de uma sombra
umedecida...estou pensando o que
pensava nesse tempo a minha vida.*

Cecília Meireles

Pensando o que pensava naquele tempo a minha vida... Refaço agora meu andar até chegar a esse ponto, num olhar sobre o caminho que percorri. Acredito que meu pensar sobre o meio ambiente cresceu comigo na liberdade da infância vivida no sítio onde nasci, onde aprendi a nadar com meus irmãos, nos aventurando em cachoeiras e açudes, longe dos olhos atarefados de enxada e arado de nossos pais. Toda a liberdade de crescer correndo pelos pastos, a pé ou a cavalo, caindo, levantando! Uma infância de pensar desde cedo e olhar em volta, uma vivência intensa! E na falta de brinquedos, nós sabíamos como construí-los, e eis que surgiam as bolas de pano, as traves do gol de pequenas árvores longe buscadas. Uma infância de improvisos e criações mas, feliz. Aprendemos a experienciar a liberdade dos pássaros em cada arapuca que construíamos e em cada um que soltávamos depois de tanto trabalho na distribuição das gaiolas, tudo feito longe de casa, pois o pai proibía que se *caçassem passarinhos aqui em casa*.

A escolarização básica foi inteiramente realizada no mesmo Colégio Estadual, cujo nome só aprendi a admirar quando estava quase saindo da escola: José de Alencar, ou apenas CEJA, como nossos cabeçalhos preferiam registrar. Com o forte desejo de continuar os estudos depois do Ensino Médio veio a necessidade de prestar o vestibular. Escolhi o curso de Pedagogia, nessa ocasião, apenas para cursar o Ensino Superior. Aspiração pequena, para pequenas possibilidades, embora tenha representado um passo à frente de toda uma turma de formandos. Prestei o multi-vestibular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) para dois cursos: Pedagogia e Letras, e a surpresa da aprovação em ambos veio no dia da formatura do Ensino Médio. Dias depois a agonia da escolha entre um dos dois cursos, e mais uma vez o mercado decidiu por mim: o

campo da Pedagogia estava em ascensão e apresentava mais oportunidades de trabalho que o de Letras, embora já naquela época tivesse muita afeição à Literatura. Foram necessários dois anos de curso, e algumas disciplinas – Sociologia, Filosofia, Psicologia, História da Educação, Literatura infantil –, para que eu deixasse de sofrer pela escolha feita, mesmo sabendo que outra escolha traria os mesmos “sofrimentos”. Com o início do curso, no período matutino, o que me obrigou a deixar o trabalho, nasceu a precisão de deixar a casa dos meus pais e procurar ocupação na cidade, em Cascavel-PR.

Fora da liberdade do campo, do estar só no sítio migrei para o estar só na cidade grande. Aos dezenove anos fiz o concurso para a Polícia Militar do Paraná (PMPR). Escolhi enfrentar o novo desafio e parti para a capital do estado, Curitiba, onde cursaria a escola preparatória. Estava com vinte e um anos, diante da compreensão dos limites da liberdade, que nesse tempo já se mostrava diferente dos tempos de infância, da soltura experienciada no sítio e que se tornou para sempre o meu tempo de ser criança. Agora, na cidade ainda maior, eu levava uma mala e nenhuma certeza.

Com o ingresso na corporação fiz um pedido para integrar a Polícia Florestal, o que me foi negado de pronto: *mulher não entra na Florestal, mulher vai para o Décimo Segundo Batalhão*. Um dos motivos alegados veio no decorrer da escola: o Doze, ou “Péssimo Segundo”, como era graciosamente conhecido¹, estava localizado no centro da cidade e com funções que necessitavam de policiais femininas, dessa forma, sendo do interior e supostamente sem muita escolha, a exemplo das mulheres que não eram da capital, fui previamente destinada ao Décimo Segundo Batalhão. Nove meses de intensa atividade física, de rígidas instruções de Direito, de detenções em alguns finais de semana, entre os quais eu quase sempre era incluída, reconhecia o aparente contraste com a formação ali recebida porque eu era indicada como aluna de primeiro lugar naquela escola. O fim de escola na PMPR culminou com a formatura: um aperto de mão do Governador e a admiração por uma mulher que alcançava o primeiro lugar em meio a novecentos homens. Um presente e o destino já traçado: atuar no Décimo Segundo Batalhão.

Algumas patrulhas depois e a convocação para o Batalhão de Polícia Florestal, com designação para a cidade de Foz do Iguaçu que veio acompanhada de outra sentença: *o pessoal do interior volta para o interior*. Mais uma das incoerências que aprendi a escutar

¹ Referência pejorativa, mas utilizada de maneira descontraída por alguns policiais, inclusive por mim. Embora o “Doze” não estivesse localizado em uma área de grande periculosidade, no centro de Curitiba, era muito visualizado e deveria servir como modelo de “organização”, o que não possibilitava liberdade de atuação às patrulhas da área.

e a assimilar, estando diante de um sistema onde o mais *correto* seria aceitar a afirmativa mais difundida durante o curso: *manda quem pode, obedece quem tem juízo*. Embora a negação desta premissa tenha sido responsável por muitas das detenções de meus fins de semana na época de academia, a convocação para a Polícia Florestal e a expectativa de estar mais perto de casa motivaram certa alegria e mediaram a vivência de mais uma mudança brusca e mal explicada em suas determinações.

Uma cidade desconhecida e indicada com certa temeridade devido aos altos índices de criminalidade apresentados, em função de sua localização como parte da tríplice fronteira e a problemática da divisa com área paraguaia. Meu trabalho seria em um lugar considerado um tanto protegido da agitação da fronteira: o Parque Nacional do Iguaçu², em cujo interior estava localizada a Companhia de Polícia Florestal onde iria exercer meu ofício. Era recente a presença de mulheres na Polícia Florestal e ali eu pude dormir durante um ano ouvindo as cataratas, a poucos metros dela, em um alojamento um tanto insalubre, mas que me devolvia o contato com a liberdade outrora conhecida: a de estar mais próxima do movimento da natureza; de conquistar novas amizades com pessoas que, embora estivessem sempre de partida, já que alojamento era provisório e acolhia pesquisadores de todo o Brasil ou do exterior, me possibilitava a construção de outros conhecimentos, de reflexões diferentes a respeito de meu novo campo de trabalho: o ambiental.

Embora trabalhasse na área de fiscalização, desde o início sentia necessidade de aprofundar a compreensão sobre as questões que permeavam as infrações ambientais ali registradas. Já em minha primeira inserção – uma operação binacional, entre Brasil e Argentina³ –, pude me deparar com as disparidades entre as áreas onde era mais freqüente encontrar vestígios de infrações ambientais, sejam extensas áreas de palmito derrubadas pelos chamados palmiteiros⁴, ou sinais de caça e/ou armadilhas para tal. Já nessa época duas extensões me chamavam a atenção: Capanema e Serranópolis do Iguaçu, municípios do entorno onde era possível verificar maiores índices dos problemas supracitados. Para esses locais se deslocava grande parte das patrulhas de fiscalização rotineira e de onde, na maioria das vezes era apreendida significativa quantidade de produtos extraídos ilegalmente da mata, com a detenção de pessoas envolvidas nos “crimes ambientais”.

² No presente trabalho tanto Parque quanto PNI referem-se ao Parque Nacional do Iguaçu.

³ Operação entre a Polícia Ambiental do Paraná e Guarda-Parques do Parque Nacional de Iguazú da Argentina.

⁴ Palmito Juçara – *Euterpe edulis*.

Mesmo intrigada com a discrepância no número de apreensões, não tinha respostas de suas possíveis causas.

Ainda que o Parque Nacional do Iguaçu seja o mais rentável e visitado dentre as Unidades de Conservação brasileiras⁵, era visível a falta de recursos humanos e de logística. A maior parte dos funcionários era terceirizada e a fiscalização contava com apenas duas pessoas, devidamente autorizados por parte do IBAMA, o que remetia o papel da fiscalização à Polícia Florestal⁶, cuja estrutura para agir dependia da administração do PNI. Esses dados poderiam responder, de alguma maneira, ao que era comum: a degradação de fauna e da flora no interior do parque. O que não se distancia da realidade histórica da Mata Atlântica (DEAN, 1997), conquanto não responde às distorções desses números de infrações ambientais de um município para outro. Percebi que tampouco minha atuação na fiscalização, envolta às limitações estruturais e práticas, iria responder as indagações expostas.

Em seguida, passei a acompanhar com interesse as publicações sobre Educação Ambiental. A leitura de Loureiro⁷ apontava uma nova proposta de atuação no campo ambiental, na perspectiva de:

um processo educativo de construção da cidadania plena e planetária, que vise à qualidade dos envolvidos e à consolidação de uma ética ecológica [e, nesse sentido, inserir o] elemento educativo do novo paradigma ecológico [propondo] a rediscussão da presença humana na natureza, indo além dos aspectos naturais da problemática ambiental.

⁵ As Unidades de Conservação são instrumentos legais do processo de conservação e recuperação de vários atributos inerentes aos recursos naturais, tais como a biodiversidade, as funções ecológicas, a qualidade ambiental e a paisagem natural. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado através da Lei 9.985/2000, que compreende o conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, instituiu as aquelas de proteção integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e as de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural). A criação de unidades de conservação deve ser precedida, obrigatoriamente, de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

⁶ A partir de 2006, o Batalhão de Polícia Florestal passa a denominar-se Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde. Foz do Iguaçu torna-se sede da 4ª. Cia. Ambiental Força Verde. A designação Força Verde refere-se, inicialmente, ao grupo de elite para operações ambientais criado pelo governador Roberto Requião, em seu mandato (2003-2006) extinto com a expansão da denominação a todo o Batalhão. A atuação no Parque nacional do Iguaçu se dá por convênio celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Paraná e o IBAMA.

⁷ LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 18.

Esse entendimento de Educação Ambiental me levou a cursar a Especialização em Educação e Gestão Ambiental, por acreditar que não era possível estabelecê-la em determinada comunidade, sem que conhecesse os aspectos históricos e culturais que a constituíam; que essa Educação Ambiental (EA), vista como transformadora, necessitaria avançar para além de técnicas e/ou atividades prontas e iguais para problemáticas diferenciadas. É nesse embate interno, no encontro com meus colegas de formação, oriundos de outras áreas, mas, comumente envolvidos com o PNI, que passei a buscar possíveis explicações para algumas de minhas indagações.

Nesse contexto surge a questão da Estrada do Colono, ponte de um conflito ambiental que marca a trajetória do IBAMA enquanto órgão administrador do PNI, conflito cuja história acompanhei no decorrer de minha infância e adolescência como “filha” do oeste do Paraná. Mas, no trabalho direto com o PNI, com as comunidades de seu entorno e as mais envolvidas com os problemas, eu pude olhar de perto as dimensões dos acontecimentos, para além do que enxergava pelas telas das televisões locais, por onde acompanhei algumas informações iniciais. Mais próxima do embate, e sob um aspecto diferente, pude compreender que o dissenso entre IBAMA e comunidade do entorno, dentre as quais se destacava a comunidade de Capanema, não se limitava às perdas econômicas, como se fazia pensar, mas permeava aspectos culturais. Isso pôde ser constatado durante minhas estadas nessas localidades, fora do serviço ostensivo, quando o fechamento da Estrada era utilizado com a justificativa das infrações ambientais recorrentes naquele município – mais especificamente a extração de palmito –; quando a população referia-se ao IBAMA com certa mágoa e algumas *queixas* de descaso.

No âmago de muita ansiedade para encontrar possíveis “respostas” ingresso no processo de seleção para o mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e onde fui aprovada para iniciar esta formação em 2007.

A questão da Estrada do Colono constituiu-se em um movimento de proporções que não pôde deixar de ser notado, pois se trata não somente da composição do oeste e sudoeste do Paraná, mas do próprio Parque Nacional do Iguaçu. É a partir de algumas indagações que o desenrolar de minha atuação no interior do PNI e durante a própria formação humana, que me propus a acompanhar com mais proximidade, para compreender o enredo e os adereços do conflito, a história das localidades de Capanema e de Serranópolis do Iguaçu, com as mediações que marcam o fechamento da Estrada do

Colono. Compreender se e como tal questão se envolve com as incidências e reincidências dos crimes ambientais, dentre os quais, a extração do palmito Juçara (*Euterpe edulis*).

E no processo, o problema de pesquisa

A pesquisa dialogou com os moradores dos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, porque estes estruturam suas vidas em torno do Parque Nacional do Iguaçu. Nesse sentido, deu prioridade às concepções de meio-ambiente e de conservação que têm os moradores e o IBAMA, com a intenção de melhor compreender como essas concepções constroem relações de violências (poder) entre eles. Do mesmo modo, procurei qualificar os conflitos que atravessam as relações entre os agentes, com a abertura e o fechamento da Estrada do Colono, para discorrer sobre as influências desta medida no relacionamento entre moradores e órgãos gestores. Nesse movimento me propus a buscar uma reflexão que sistematizasse os aspectos que de forma aparente e progressiva distanciaram homem e natureza e os fatores sócio-culturais da região que regem a dinâmica dos conflitos em torno do PNI.

Parti do entendimento inicial de que, historicamente, não há uma relação de intimidade e um sentido da importância da natureza para a vida humana, mas que esta é ainda um meio de extração de recursos e empecilho natural para o desenvolvimento, como é o caso da Estrada do Colono. No entanto, não se pode deixar de pensar que a questão ambiental é uma discussão nova e a formação histórico-cultural dessas localidades, no âmago da colonização que se efetivou através da *marcha para o oeste*⁸, se deu em um viés de dominar a natureza, de levar o progresso à região a qualquer preço.

Essa breve contextualização me permitiu formular o seguinte problema de pesquisa para a construção desta dissertação: **a partir do fechamento da Estrada do Colono, como acontece a relação entre as comunidades do entorno, o meio ambiente e os órgãos gestores do PNI e quais são as condições que dificultam a resolução dos conflitos?**

⁸ Refere-se à política de ocupação das fronteiras, incentivada pelo governo Vargas.

O problema acima apresentado foi enredado por algumas questões de pesquisa que criaram possibilidades de diálogo entre o perguntado e as explicações formuladas com as informações trazidas do campo. Entre estas destaco:

- a) Que olhares os habitantes do Parque Nacional do Iguazu têm sobre o IBAMA, como órgão responsável pela conservação da natureza?
- b) Como os habitantes do Parque Nacional do Iguazu configuram suas relações com o IBAMA, quando o imperativo do fechamento da Estrada do Colono se assenta na preservação do ecossistema do PNI?
- c) Quais os aspectos culturais que tecem os consensos e dissensos em torno da abertura ou fechamento da Estrada do Colono?
- d) Em que medida é o aspecto econômico que justifica os interesses dos moradores do entorno do PNI?
- e) Que adereços simbólicos constituem o núcleo central dos conflitos entre o PNI, o IBAMA, a Estrada do Colono e os habitantes do entorno?
- f) O fechamento da Estrada do Colono e a relação entre as comunidades de Capanema, Serranópolis do Iguazu e o IBAMA influenciam nas incidências dos crimes ambientais, especificamente na retirada ilegal do palmito juçara?

Essas questões não foram formuladas com a intenção de esgotar o tema com respostas acabadas, mas para transversalizar as explicações que foram tecidas sob o olhar da pesquisadora e entremeios que compõem o campo de pesquisa. Nesse sentido, elas contribuíram para a formulação do objetivo geral desta dissertação, qual seja: **compreender os aspectos histórico-culturais predominantes na constituição das identidades dos agentes, moradores do entorno do Parque Nacional do Iguazu, e como acontece a relação entre estes e o IBAMA, após o fechamento da Estrada do Colono.**

Objetivos Específicos:

1. Construir uma abordagem etnográfica para compreender os conflitos que atravessam as relações entre os sujeitos, com a abertura e o fechamento da Estrada do Colono.

2. Realizar uma pesquisa documental para complementar as informações e entender os aspectos constitutivos dos conflitos que resultaram no fechamento da Estrada do Colono.
3. Entrevistar moradores e representantes dos órgãos gestores, trazendo o foco para as concepções de meio ambiente e de conservação do PNI.

Percurso metodológico: por onde trilhei

O encontro com a realidade vivida é apenas uma maneira de aproximar o pesquisador de seu objetivo de estudo, para que este possa tecer um contorno antropológico sobre as perguntas que apresenta ao campo. Com essa compreensão realizei uma pesquisa de cunho etnográfico, na região dos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, a partir do entendimento de que a etnografia é uma abordagem indispensável quando as atividades de pesquisa envolvem relações interpessoais que dialogam com cenários complexos e diversificados. Ou seja, favorece a construção que se pretende fazer da constituição histórico-cultural da comunidade estudada; possibilita um olhar presente que vai além de respostas pensadas previamente para formular outras perguntas, também pensadas ao aguardo de uma resposta já imaginada. Oportuniza a buscar as significações onde e como surgem. Motiva um mergulho na constituição social do local, com um estar lá participativo.

Conforme Ezpeleta (1989), o processo de conhecimento de uma realidade concreta exige a elaboração conceitual e a precisão da relação entre os conceitos gerais e os fenômenos observáveis, o que permite o avanço teórico. Para a autora,

O etnógrafo observa e paralelamente interpreta. Seleciona do contexto o que há de significado em relação à elaboração teórica que está realizando. Cria hipóteses, realiza uma multiplicidade de análises, reinterpreta, formula novas hipóteses. Constrói o conteúdo dos conceitos iniciais, não o pressupondo. Ao deparar-se com o aparente 'caos' da realidade, que costuma provocar de imediatos juízos etnocêntricos, o pesquisador aprende a abandonar a formulação abstrata e demasiadamente precoce, pois é necessário 'suspender o juízo' por um momento. Assim é possível construir um objeto que dê conta da organização peculiar do contexto, incluindo as categorias sociais que expressam relações

*entre os sujeitos no duplo processo de observação e interpretação, abre-se a possibilidade de criar e enriquecer a teoria*⁹.

Para Mattos (2001), a etnografia, como abordagem de investigação científica, traz contribuições para o campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais. Uma análise dialética da cultura, que não a considere como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, permite ao pesquisador compreendê-la como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana. E ainda, introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais, onde o contexto de pesquisa, com os agentes que aqui trago, são considerados imprescindíveis no ato de fazer sentido das contradições sociais. Assim, o agente, historicamente fazedor da ação social, contribui para significar o universo pesquisado exigindo uma constante reflexão e reorganização do processo de questionamento do pesquisador.

Nesse sentido, a etnografia nos é apresentada como uma possibilidade de olhar o outro o mais de perto possível, não como um exótico, mas como alguém necessário para a construção de novos conhecimentos sobre as realidades estudadas. Então, se baseia nas experiências pessoal e comunitária, na participação, o que envolveu nessa pesquisa recolher os “dados” a partir de entrevistas, observações e acesso aos documentos.

O Diário de campo, instrumento indispensável na pesquisa etnográfica foi um meio para as anotações de dados, falas, percepções, entendimentos e reflexões construídas na convivência com as localidades estudadas. No processo de entrevistas e observações, facilitou a anotação e outros aspectos, tais como: emoções, ritos, práticas, questões visuais, gestos, roupas, cores, detalhes... Permitiu, além disso, o retorno ao registrado para novas reflexões e a escrita desse trabalho.

Para as entrevistas, a seleção de algumas pessoas teve como critério conhecer os olhares em torno da temática e dos objetivos pretendidos. Atentei-me para as falas de diferentes faixas etárias e diferentes modos de atuação nas comunidades: os pioneiros, os alunos da educação básica, os professores, os profissionais liberais, os empresários, os agricultores, as autoridades do judiciário. As vozes dos gestores do PNI se fizeram fundamentais no entendimento da pesquisa e na problematização dos objetivos propostos.

⁹ EZPELETA, J. **Pesquisa participante**. Trad. Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. 2 ed. São Paulo: Cortes: Autores Associados, 1989, p. 50.

O presente trabalho assumiu a intencionalidade de aprofundar alguns conceitos propostos por Pierre Bourdieu, entre os quais, o conceito de campo e, dentro deste, os conceitos de *habitus* e de violência simbólica. O campo, para Bourdieu (1989, p. 111) apresenta-se como espaço estrutural de posições, revelando-se um lugar de luta, uma vez que há uma relação de força entre os agentes e as instituições comprometidas nesta luta. Por ser um sistema regido por suas próprias leis, o campo detém autonomia. Ele existe dentro do espaço social e este pode ser descrito como um campo de forças, isto é, *um conjunto de relações, de forças objetivas, impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes.*

Com relação à violência simbólica, para a problematização proposta aqui, a compreensão é de uma dinâmica que descreve o processo pelo qual, a classe que domina econômica e socialmente, impõe e reproduz seus mecanismos de ação, percepção e julgamento aos dominados. O autor parte do princípio de que a cultura é arbitrária, uma vez que não se assenta numa única realidade, o que, por sua vez, é também arbitrária. Assim, o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, a partir de suas frações de classes, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. A violência simbólica se expressa, assim, na imposição *legítima* e dissimulada, para forjar a interiorização da cultura dominante e promover a sua reprodução nas diversas relações do mundo. Os sujeitos dominados, mesmo com as resistências que interpõem nas relações de mando e obediência, se opõem ao seu opressor produzindo outras formas de opressão.

Em contrapartida, os diversos condicionantes simbólicos que interferem na formação desses agentes sociais são impregnados pelo *habitus* e reiteram a perpetuação dessa sociedade anacrônica e cada vez mais desigual. Embora, ao mesmo tempo em que reproduz as regularidades objetivas, reais do comportamento, torna-se responsável por práticas que se baseiam na improvisação, na inventividade, na criatividade da ação, os sujeitos em conflitos mediam seus afazeres com interesses particulares que nem sempre alcançam as demandas da coletividade. Nesse caso, os interesses humanos, em várias situações, negam as necessidades da fauna e da flora, pois a relação é de subordinação.

Habitus não se apresenta como um destino, mas como uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade sócio-cultural, de uma experiência biográfica,

um sistema de orientação ora consciente, ora inconsciente, ou seja, uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas através das significações que fazem do mundo. Bourdieu define *habitus* como:

um princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’, sem que por isso, sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro [...] Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um modus operandi do qual ele não é o produtor e do qual ele não possuiu o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma ‘intenção objetiva’ [...] que ultrapassa sempre as intenções conscientes¹⁰.

Dessa forma, *habitus* implicaria em aspectos sociais e individuais, relacionando-se a uma classe ou grupo, mas também referindo-se a um indivíduo. O processo de interiorização do *habitus* implica em internalização da objetividade, ocorrendo de forma subjetiva, porém relacionada à posição social que o agente ocupa.

É na esfera da produção simbólica que os embates se situam. Eles são viabilizados pela sedimentação dos significados sociais e essa percepção leva à assunção da existência, no campo das práticas discursivas, da luta pela sua fixação, pois, além das falas oficiais, hegemônicas, existem espaços sociais e culturais independentes que permitem a articulação e a circulação de discursos dissidentes, emergentes ou apenas expressões de singularidades e de diversidade cultural. Desse ponto de partida é possível pensar a produção cultural e simbólica, tanto como reprodução – a partir do momento em que as falas individuais repetem fórmulas consensuais ou refletem o ideário hegemônico –, quanto possibilidade teórica para o surgimento de práticas discordantes ou contestadoras, que podem transformar os significados periféricos ou inaceitáveis em legítimos e incorporá-los à formação discursiva, desde que esses discursos circulem socialmente e possam ser, de

¹⁰BOURDIEU, P. A **reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 72.

alguma forma, legitimados por meio da aceitação de setores significativos da população (MARTINS, 2007).

A presente dissertação apresenta-se, dessa forma, dividida em três capítulos. O capítulo I – **Caracterização do cenário e dos agentes da pesquisa** – inicia a reflexão sobre os principais aspectos da formação histórica do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) – motivações de sua criação, abrangência e características físicas; do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como órgão ambiental nacional e gestor do PNI, até a criação do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade; da Escola Parque, por considerar que a Educação Ambiental realiza um diálogo com as situações de conflito, o que torna essa temática um relevante campo de reflexão para problematizar o processo de atuação humana no ambiente, bem como, na discussão acerca da relação entre sociedade e meio ambiente; dos municípios de estudo: Capanema e Serranópolis do Iguaçu, com o contexto de sua constituição histórica; da problemática da Estrada do Colono, procurando englobar, ainda que sucintamente, o início e o desenrolar do conflito que, na análise proposta, se formou a partir de 1986.

No Capítulo II – **Reflexões tecidas entre textos e contextos** – trilho alguns desafios teóricos para problematizar as questões de pesquisa; construo a revisão bibliográfica que embasou o estar em campo, além do meu entendimento a respeito da problemática estudada. Assim, os dois primeiros capítulos expressam a compreensão que modulou este trabalho, cuja intenção foi relacionar a formação histórica dessas comunidades, o desenvolvimento do pensamento ambiental em âmbito internacional e nacional e a formação dos órgãos administradores, tendo em vista que esses fatores estão diretamente relacionados aos padrões de interação entre as comunidades do entorno e o PNI.

O Capítulo III, intitulado **Entremeios de gestão e conflitos**, apresenta as falas dos agentes da pesquisa, seus discursos, seus interesses e necessidades. Sob o olhar da pesquisadora, portanto, é carregado de interpretações e de compreensões pessoais, apontando como signifiquei essas vozes e os dados que foram coletados na estada em campo.

Nas considerações finais trago a compreensão que o campo proporcionou a essa pesquisa, como uma síntese entrecruzada de meus olhares com os olhares das populações estudadas e a importância da gestão patrimonial dos recursos naturais, além da educação ambiental no processo de gestão das unidades de conservação.

A pretensão que se seguiu com o andamento desta dissertação foi a de abrir mais um espaço de reflexão acerca da temática, que se afirma cada vez mais como um amplo interesse de pesquisas diversas, mas associada à educação, enquanto co-responsável na construção de novos referenciais para se compreender os paradigmas inscritos na política ambiental e na sociedade com suas afirmações e questionamentos.

CAPÍTULO I

1. Caracterização do cenário e dos agentes da pesquisa

*Uma verdadeira viagem de descobrimento
não é encontrar novas terras, mas
ter um olhar novo.*
Jacques Labeyrie

1.1 Do Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu (anexo 01) foi fundado no ano de 1939, através do Decreto n. 1.035 de 10/01/39, como o segundo Parque Nacional brasileiro. Abrange 185.266,2 km² e 400 km de perímetro, com 67.000 km² ao nordeste argentino¹¹ (IBAMA, 2000). No Brasil atinge diretamente quatorze e indiretamente onze municípios, chamados lindeiros, pelos limites com o Parque e a localização nas regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná. Dos quatorze municípios que estão na chamada Área de Influência, apenas cinco têm terras abrangidas pelo Parque. Esses municípios são: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul; os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques e Capanema, têm divisas comuns com o Parque e os municípios de Medianeira, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste e Santa Lúcia, têm somente águas drenadas por ele. (IBAMA, 2000). Por representar uma reserva considerável de Mata Atlântica, o Parque é classificado como de *extrema importância biológica* no estudo da Biodiversidade Brasileira, do Ministério do Meio Ambiente (2002).

São considerados como Mata Atlântica, tanto as formações florestais, quanto os ecossistemas associados e inseridos no Domínio Mata Atlântica, com as respectivas

¹¹ Na Argentina, o Parque Nacional do *Iguazú*, situado no extremo noroeste, possui uma área de 67.620 hectares, sendo que aproximadamente 55.000 hectares são destinados ao parque e os 12.000 hectares restantes correspondem a uma reserva natural. A área foi adquirida de particulares, pelo Estado Argentino em 1928, e a partir da Lei n.º 12.103, de 1934, aquela área passou a ser denominada como Parque Nacional (FIGUEIREDO; RODRIGUES, 1997, *apud* BONASSA, 2004).

delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetações do Brasil, do IBGE 1988¹². A Mata Atlântica chegou a ocupar cerca de 1.360.000 de km² do território nacional, estendendo-se do Nordeste brasileiro até o Rio Grande do Sul; atualmente, contudo, reduz-se a menos de 8% da extensão original, disposta ao longo da costa e no interior das regiões sudeste e sul, dos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e no interior dos Estados da região Nordeste. Por apresentar um alto índice de endemismo e de diversidade biológica, e tendo-se em vista que 70% da população brasileira se concentra onde originalmente era Domínio da Mata Atlântica, seus remanescentes são considerados áreas prioritárias para conservação, no Brasil. No Paraná, cuja área é de 19.947.518 hectares, o Domínio da Mata Atlântica originalmente abrangia 97,35% de seu território e hoje está reduzido a apenas 8,83% de remanescentes florestais (MMA, 2002).

A constituição territorial do Parque Nacional do Iguaçu, hoje conhecida, se deu após diversos outros Decretos que desapropriaram terras tanto privadas quanto pertencentes à União. Com o Decreto Lei Federal nº 6.506, de 17 de maio de 1944, desapropria-se para Utilidade Pública as terras situadas no então chamado Estado do Iguaçu¹³, pertencentes a Antônio Guilardi, Bento Guilardi, Elento Guilardi e João Guilardi, as quais foram incorporadas ao Parque. Posteriormente, o Decreto nº 6.587, de 14 de junho de 1944, incorpora a esta reserva área pertencente ao Patrimônio da União, atingido como limite Leste o Rio Gonçalves Dias e ao Sul o Rio Iguaçu; e ao Norte a rodovia Iguaçu – Cascavel. Em seguida é emitido o Decreto – Lei 6.664, que acrescenta o Rio São João como limite a Oeste do Parque. (OSTROVSKI, 2002).

Na década de 60 tem-se a instalação das colônias Santo Alberto e São José (estas situadas dentro do Parque Nacional do Iguaçu) entre os rios Mingau (em Santa Terezinha) e Represo Grande (em Serranópolis), as quais chegaram a abrigar próximo de 450 famílias. Esta situação só foi resolvida em 1970 quando, em 22 de outubro, firmou-se um acordo entre o INCRA e o IBAMA, com vistas ao reassentamento das famílias moradoras da área do Parque. Para resolver este problema foi criada Comissão de Avaliação das Propriedades, que apresenta um relatório no dia 21 de novembro de 1972 estipulando o valor das indenizações. Concomitantemente, o governo desenvolve o Projeto Integrado de

¹² Floresta Ombrófila Densa Atlântica; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual – característica do PNI; Floresta Estacional Decidual; manguezais; restingas; campos de altitude; brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

¹³ Em 1943, pelo Decreto Federal nº 5.812, criou-se o Território Federal do Iguaçu. Sua capital era Laranjeiras do Sul. Este território existiu até 18 de Setembro de 1946, data da edição da nova Constituição Federal, que retorna as terras para o Estado do Paraná.

Colonização *Ocoí* (PIC), assentando 269 das 450 famílias moradoras do parque. Resolvida esta questão, a última alteração da área territorial do Parque Nacional do Iguaçu aconteceu no ano de 1981, com o Decreto nº 86.667, de 01 de dezembro, que fixa os novos limites, esclarecendo divisas até então em discussão. (OSTROVSKI, 2002). Os quatorze municípios lindeiros ao PNI são compostos por uma população de 440 mil habitantes (IBGE/2000).

A partir dessas novas delimitações territoriais o Parque passa a apresentar seu espaço territorial subdividido em cinco municípios da região Oeste do estado do Paraná:

Tabela 1: Participação territorial dos municípios na constituição territorial do PNI:

Município	Superfície do município	% do município no PNI	% da área do PNI com o município
Céu Azul	1.153.238	73.10	49.56
Foz do Iguaçu	442.000	30.13	7.48
Matelândia	598.468	56.49	19.87
São Miguel do Iguaçu	894.148	11.73	6.17
Serranópolis do Iguaçu	447.000	60.30	16.92

Fonte: AIPOPEC (retirado do Plano de Manejo do PNI, de 1999)

Dentre os fatores que podem ser atribuídos à criação do PNI pode-se citar a preocupação com a regulação ambiental do Brasil e, principalmente, as estratégias dos governos federal e do estado do Paraná de dominar e proteger suas fronteiras políticas (BONASSA, 2004). No entanto, a história da colonização do oeste paranaense é marcada por violentos conflitos de posse de terras entre posseiros, grileiros, colonos e empresas colonizadoras, registrados por uma série de fontes oficiais – filmes, jornais da época, publicações acadêmicas –, mas que também podem ser entendidos por relatos de moradores mais antigos da região, em grande parte, migrantes catarinenses e sul-riograndenses¹⁴.

Além dos interesses políticos, o interesse estético e a proteção de belezas naturais como os Saltos de Santa Maria (Cataratas do Iguaçu) motivaram a criação do Parque Nacional do Iguaçu. A região já havia sido indicada como possibilidade de abrigar um

¹⁴ Dentre essas obras pode-se citar: Freitag, 1997; Macari, 1999; Aurélio, 2000; Mellos, 1988; Serra, 1991; Schneider, 2001; Myskiw, 2002; Figueiredo, 1997; Gregory, 2002.

parque nacional, anteriormente aos anos 30. O engenheiro André Rebouças, inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone (EUA), sugeriu em 1876 a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas (na região de Guaíra), Ilha do Bananal (Brito, 2000) e do Iguazu (Dean, 1997). Em 1916 Santos Dumont, em visita às Cataratas, teria afirmado: *Esta maravilha não pode continuar a pertencer a um particular; eu vou a Curitiba falar com o Presidente para providenciar imediatamente a expropriação das Cataratas*¹⁵. Assim, ele teria manifestado seu desejo de transformar aquela região numa propriedade pública e interferiu junto ao governo paranaense (WACHOVICZ, 1982). Em julho de 1916 uma área de 1.008 hectares à margem direita do Rio Iguazu (junto aos Saltos de Santa Maria) é declarada de utilidade pública com o objetivo de ali instalar um futuro parque e um povoado (BONASSA, 2004).

Mas, o principal motivo para o estabelecimento do Parque Nacional do Iguazu relaciona-se ao domínio de fronteiras. Inúmeras estratégias foram efetivadas na região com a finalidade de assegurar a soberania nacional (BONASSA, 2004; MYSIW, 2002; OSTROVISKI, 2002; WACHOVICZ, 1982,). A política de controle das fronteiras é anterior à Revolução de 30, mas é nesse período que se torna mais efetiva. A preocupação em âmbito federal com colonizar e assegurar regiões próximas às fronteiras brasileiras encontrou no movimento *Marcha para o Oeste*¹⁶ sua maior expressão, uma vez que dificuldades foram criadas à manutenção de explorações estrangeiras instaladas na região de fronteira do oeste do Paraná (essas visavam à extração da madeira e do mate). Para Wachovicz (1982) o Parque Nacional do Iguazu teria nascido já em 1916, quando as terras pertencentes a particulares foram incorporadas pelo Estado e representavam uma possibilidade de domínio de fronteiras¹⁷.

¹⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL/FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Parque Nacional do Iguazu. Plano de manejo**. Brasília, 1981, p. 8 apud Bonassa, 2004, p. 105.

¹⁶ Referência à política de nacionalização das fronteiras feita nesse período. A *Marcha* representou o mito bandeirante revisitado, pois acentuava a necessidade de *renovar o gosto pelo sertão, [...] abrir caminhos, expandir fronteiras* (WACHOVICZ, 1982, p. 144 apud BONASSA, p. 40).

¹⁷ Até os anos 30, as concessões de terras eram feitas pelo Estado do Paraná às companhias particulares, exploradoras de mate e madeira, sem ligações com a comunidade tradicional paranaense e sem efetiva ocupação colonizadora do território concedido (WESTPHALEN, 1969); era preciso, então, colonizar de forma planejada e ordenada. O decreto n.º 300 (de 3 de novembro de 1930), instituído por Mário Tourinho, resultou na anulação de um grande número de concessões de terras, o que colaborou com a decadência das empresas de extração no Oeste do Paraná. Com isso a *Marcha* pôde ser efetivada. As políticas exigiriam uma colonização organizada, a partir daí, então, as concessões passarem para grandes empresas colonizadoras particulares.

Nos dias atuais, o Parque Nacional do Iguaçu abriga os principais atrativos turísticos da região oeste do Paraná e responde por uma grande quantidade de empregos diretos e indiretos (principalmente em sua região turística, Foz do Iguaçu). Ali mais de 70% dos empregos estão vinculados ao turismo, o que representa o segundo destino nacional para visitação (EMBRATUR/FIPE, 2006).

A partir do ano de 2004 o PNI recebeu, em média, um milhão de visitantes por ano, estando atrás somente da cidade do Rio de Janeiro (EMBRATUR/FIPE, 2006). Além do lucro com o turismo (anexo 2), aos municípios limítrofes são repassados anualmente mais de seis milhões de reais via ICMS Ecológico¹⁸ pela existência do Parque Nacional do Iguaçu, distribuídos conforme o percentual da área do PNI no município (tabela 1). Esse imposto compensatório é baseado no princípio do protetor-beneficiário, onde 5% das receitas anuais do Estado são destinados aos municípios que façam limites, ou que sejam influenciados por Unidades de Conservação Ambiental e Mananciais de Abastecimento Público.

1.2 Do IBAMA – Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Apesar da tendência mundial de reduzir a ação do Estado, a questão do Meio Ambiente se traduz em todo planeta como uma exceção à regra, já que os Estados criaram mecanismos e estruturas governamentais para regular os impactos das atividades causadoras de danos ambientais. Mesmo expoentes do neoliberalismo internacional¹⁹ e Estados liberais defendem a intervenção estatal nas questões ambientais; a exemplo disso, o primeiro país a estabelecer normas ambientais foram os Estados Unidos da América, o *paraíso do não-intervencionismo*²⁰.

No Brasil a ação do Estado frente às questões ambientais se dá a partir da década de 1970, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior até os governos Tancredo e Sarney, quando é criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Isso acontece pouco depois da Conferência de

¹⁸ O imposto surgiu primeiramente no Paraná, pela Lei Complementar 59/91, que regulamentou o art. 132 da Constituição Estadual. Em seguida foi adotado por outros estados: São Paulo, 1993, Minas Gerais, 1995, Rondônia, 1996, Rio Grande do Sul, 1998; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 2001; estando em fase de regulamentação em outras localidades da federação.

¹⁹ A esse respeito ver Henri LEPAGE, 1989.

²⁰ BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil. In: BURSZTYN, M (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 86.

Estocolmo (1972)²¹ contudo, por mais de uma década, esta instituição vegetou em segundo plano em termos de importância no conjunto das ações governamentais.

Em 1981, foram estabelecidos objetivos e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81). Pela primeira vez uma lei considerava imperativo relacionar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. A mesma lei cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), integrado por um órgão colegiado, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); esse é composto por representantes de ministérios e entidades setoriais da administração federal, diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como, de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de organizações não governamentais.

A instituição do CONAMA representa um grande avanço por reunir segmentos representativos dos poderes públicos em seus diferentes níveis, juntamente com delegados de instituições da sociedade civil, para o exercício de funções deliberativas e consultivas em matérias de política ambiental. O CONAMA surge, portanto, como *um fenômeno atípico dentro de uma estrutura de setor público, centralizadora e pouco aberta à participação da sociedade civil*²².

A resolução n. 001/86 do CONAMA instituía a obrigatoriedade da elaboração de estudos de impacto ambiental para atividades potencialmente causadoras de danos ambientais. A referida resolução, vista pela ótica da gestão ambiental, significou a introdução da variável meio ambiente no processo decisório da alocação de recursos produtivos, públicos e privados. Isso foi possível, em grande medida, graças à associação da avaliação de impacto ambiental ao sistema de licenciamento ambiental (BURSZTYN, 1993). No entanto, a solidificação do meio ambiente como norteadora de decisões em âmbito político e econômico levaria ainda algum tempo. Não obstante, deve-se ressaltar que a década de 1970 foi marcada pelo fenômeno conhecido como *milagre econômico brasileiro*, tão exaltado pelos militares no poder. Dentro desse contexto, embora tenham surgido os órgãos ambientais supracitados (muito mais pelo movimento ambientalista de cunho internacional), o Brasil vivia em um contexto de exaltação econômica, mas não efetivou uma política voltada às causas ambientais.

Se a crise da energia foi o argumento divulgado pelos militares brasileiros para optarem pela energia nuclear, o mesmo argumento foi usado para a construção da Usina

²¹ Uma melhor explanação acerca da intervenção dos Estados nas questões ambientais, bem como, a respeito das Conferências em âmbito internacional serão abordados no capítulo II.

²² Ibid, p. 87.

Hidrelétrica de Itaipu (em conjunto com o Paraguai), criando sérios problemas ambientais, econômicos e geopolíticos, envolvendo ainda Argentina e Uruguai (MAZZAROLLO, 2003). O Brasil vivia sua fase de “glória” no período do milagre econômico, o que o fez distanciar-se dos outros países do continente como potência emergente. Todos os projetos que afetavam drasticamente o meio ambiente foram considerados prioritários. O cuidado ambiental foi considerado pelos militares e tecnocratas um “luxo” de países ricos, além de um atentado à segurança nacional. Para o Paraguai, a Itaipu significou lucro com a venda de seus excedentes de energia para o Brasil; Argentina e Uruguai, interessados na Bacia do Prata para a navegação fluvial foram prejudicados. Além disso, a construção solidificava o poderio geopolítico do Brasil na região. Ao mesmo tempo, essa população, obrigada a vender suas propriedades e vitimados pelas monoculturas do sul, foi buscar novas posses de terra (Bandeiras ao Norte!). Esse desenvolvimento a qualquer preço já tinha a transamazônica como exemplo: a necessidade de colonizar as terras da floresta e levar os colonos sulistas para que o progresso os acompanhasse às novas terras. A história parecia se repetir: era necessário dominar a natureza e dominar as florestas, mesmo à custa de seringueiros e indígenas.

Em 1989 o governo brasileiro cria o IBAMA, resultado da fusão da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) e com a Superintendência de Desenvolvimento de Pesca (SUDEPE). Em 1990, com o governo Collor, é criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM), à qual ficava subordinado o IBAMA. O IBAMA, nesse contexto de criação, assume um papel bem dinâmico, atendendo a uma forte demanda social e respondendo a imperativos políticos: *A fusão de quatro órgãos, com histórias, culturas, áreas de atuação diferentes e cacoetes institucionais particulares, marca a trajetória do IBAMA*²³.

A formação do IBAMA, dentro da conjuntura explicitada, levanta algumas indagações:

- Como justificar a ampliação das instituições ligadas ao meio ambiente com um clima geral de construção de uma opinião pública anti-estado?
- Como lograr um bom desempenho institucional quando todos os meios necessários a isso são cada vez mais limitados?

²³ BURSZTYN, op. cit. p. 88.

A terceirização, ao que já se sabe, acarreta fatores como maiores custos, capacitação de pessoal exterior aos órgãos públicos, dependência crescente de consultorias externas, burocratização dos quadros remanescentes (que tendem a se converter em gestores da operacionalização de trabalhos externos) e, inevitavelmente, realimentação de teses e argumentos desestatizantes. (BURSZTYN, 1993). Há também a sobreposição do órgão ambiental a outros órgãos como, por exemplo, na construção de hidrelétricas.

Dentro desse cenário no qual se inserem os órgãos ambientais, o PNI – administrado pelo IBAMA – conta com quinze casas funcionais; o Batalhão de Polícia Ambiental; o almoxarifado; a oficina de manutenção; a garagem; dois alojamentos e o laboratório básico de pesquisas. Possui ainda um Posto de Informação e Controle (PIC), no município de Céu Azul. O IBAMA tem dez funcionários efetivos; cinquenta e nove terceirizados, sendo vinte e seis entre administrativo e técnico, vinte na área de limpeza e treze no setor de vigilância. Trinta e oito são Policiais Ambientais para atividades de proteção da unidade²⁴.

Em termos econômicos há um profundo conflito de racionalidades, conforme assinalado anteriormente, que opõe a lógica da produção à do uso sustentável dos recursos. Em termos normativos há também um difícil conflito (BURSZTYN, 1993). A análise feita para a América Latina como um todo em documento elaborado pela secretaria geral do meio ambiente da Espanha, em comemoração aos quinhentos anos da descoberta da América, se aplica ao caso brasileiro:

A legislação que pretende incidir sobre a realidade ambiental é literalmente extravagante, no sentido em que trafega por fora do sistema que se estabeleceu nos últimos quinhentos anos, e carece, por si mesma, de força para transformá-lo (...) o marco jurídico global estabelecido, fomenta um estilo de desenvolvimento que produz precisamente os efeitos ambientais adversos, cuja superação tenta, em vão, a legislação ambiental²⁵

Sendo a ação do setor público em matéria ambiental algo relativamente recente e os problemas enfrentados conhecidos, verifica-se ainda uma certa fragilidade instrumental. Isso é comum em quase todos os países onde se tenta implementar uma ação

²⁴ Dados referentes ao ano de 2007.

²⁵ MOPU/ PNUD/AECI – Desarrollo y medio ambiente em la América Latina y el Caribe: una vision evolutiva, Ministério de obras publicas y urbanismo, Madri, 1990.

regulamentadora do uso dos recursos ambientais²⁶. Temas cientificamente complexos convertem-se em lugar comum a partir da massificação dos debates da Eco-92. Mesmo o esclarecimento sendo importante, é preciso superar apenas a repetição de jargões pautados no pouco conhecimento daquilo que se repete. A assinatura de protocolos diplomáticos na Rio-92 sobre clima, biodiversidade e florestas, mesmo não contando com a unanimidade dos países participantes, constituiu parâmetro para orientar as ações regulamentadoras das instituições, com competências na área ambiental²⁷.

Através da Medida Provisória - MP 366/2007, aprovada em 07 de agosto do mesmo ano, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Essa criação foi motivo de polêmica e protesto por grande parte dos servidores do IBAMA; os servidores argumentavam que a medida provisória provocaria fragmentação, uma vez que o governo retiraria das competências do órgão, a gestão e o controle das áreas naturais protegidas, enfraquecendo a gestão ambiental e ampliando as despesas com demanda de novos cargos. Contudo a divisão aconteceu, definida pela Lei nº. 11.516, de 28 de agosto de 2007, quando o IBAMA deixa de gerir as Unidades de Conservação, que ficam a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Assim, o novo instituto fica responsável por:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e

²⁶ A conclusão do clube de Roma foi que, cada país deveria parar seu desenvolvimento onde estivesse, condenando assim, os mais pobres a um congelamento de sua situação de pobreza, para sanar impasses ecológicos resultantes do desenvolvimento dos mais ricos. A bandeira do crescimento zero não seria adotada por nenhum país, mas passaria a animar debates nacionais e internacionais, inclusive Estocolmo.

²⁷ A esse respeito ver SACHS, 1986.

de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

Parágrafo único. O disposto no inciso IV do caput deste artigo não exclui o exercício supletivo do poder de polícia ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Ao IBAMA compete, de acordo com a mesma lei:

I - exercer o poder de polícia ambiental;

II - executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e

III - executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente.

A partir da aprovação jurídica, dois órgãos são criados para gerir o meio ambiente. Os dois são independentes entre si, mas ambos ligados ao Ministério do Meio Ambiente. Constatados os inúmeros problemas na criação do IBAMA (BURSZTYN, 1993), pela junção de uma série de órgãos com diferentes atuações, a nova divisão o fragmenta ainda mais no interior de atividades semelhantes. Isso porque, os processos de licenciamentos ambientais (responsabilidade do IBAMA) não estarão ligados diretamente ao órgão responsável pela conservação ambiental, inclusive de Unidades de Conservação – com áreas envolvidas em projetos de construção de usinas ou de rodovias, tanto dos governos estaduais, quanto do governo federal. Cito a polêmica da criação de usinas no Rio Madeira, em área da Amazônia. Essas questões estão envolvidas na divisão do IBAMA, como pude constatar, através de conversa com funcionários do Parque Nacional do Iguaçu, agora integrantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Embora a administração do Parque Nacional do Iguaçu tenha sido transferida do IBAMA para o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade, minha pesquisa manteve o antigo órgão nominado como gestor, uma vez que, no contexto considerado nesta pesquisa, fatos estudados fazem referências à administração do antigo Instituto.

1.3 Da Escola Parque: uma Escola de Educação Ambiental?

A denominada Escola de Educação Ambiental (ou Escola Parque) está situada no interior do PNI, e foi construída com recursos originários do Instituto Nacional do Pinho – (órgão que antecedeu ao IBDF), entre 1961 e 1962. Reconhecida como Escola Estadual Parque Nacional do Iguaçu, iniciou suas atividades com Ensino Fundamental em 1963, para atender aos filhos de funcionários e fazendeiros lindeiros ao Parque.

Em 1998, a Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu encerrou as atividades escolares e entregou o imóvel ao IBAMA. Durante o ano de 1999, quando começava a ser implantado o Projeto de Revitalização do PNI, surgiu o Projeto Escola Parque para atender um dos objetivos da revitalização: a Educação Ambiental. Em Janeiro de 2000, com o apoio financeiro da Aventis Pharma do Brasil²⁸ e das Concessionárias²⁹ que atuam no Parque Nacional foi inaugurada a Escola de Educação Ambiental, Escola Parque, sendo a primeira e única situada dentro de uma Unidade de Conservação. A partir daí, a Escola Parque passa a atuar tanto na capacitação dos docentes dos municípios lindeiros ao parque (através de atividades artesanais e trilhas interpretativas), quanto na realização de oficinas de sensibilização ambiental e atendimento aos alunos visitantes, com palestras educativas e atividades diferenciadas que incluem as trilhas pelas Cataratas do Iguaçu – o principal ponto turístico do PNI.

Conforme dados do próprio Parque³⁰, os professores passam por cursos para conhecer os aspectos físicos, biológicos e históricos do PNI, além de conceitos e atividades em educação ambiental. Os cursos são realizados no período de março a novembro de cada ano, destinados a duzentos professores que atuam na Rede Pública Estadual e Municipal dos quatorze municípios do entorno da unidade, perfazendo uma carga horária anual de cento e vinte horas/aulas, distribuídas em dez módulos: educação ambiental, legislação ambiental, elaboração de projetos, resíduos sólidos, recursos hídricos, fauna, flora, unidades de conservação, fatores sociais que interferem na qualidade de vida e atividades práticas de educação ambiental, oficinas, mostras e seminários, ministrados nas dependências da Escola Parque.

²⁸ Multinacional da área farmacêutica, ligada ao estudo de vacinas para seres humanos.

²⁹ Dentre as principais concessionárias que atuam no PNI estão: Macuco Safári; Cataratas S/A; Restaurante Porto Canoas. Todas as citadas atuam na área das Cataratas do Iguaçu – Foz do Iguaçu.

³⁰ Disponível on-line em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/escolaparque.asp>.

A metodologia utilizada pela Escola-Parque consiste basicamente na adoção de atividades pedagógicas, de caráter motivacional, fundamentadas em um modelo de práticas tecnoambientais. A formação é composta em módulos, eventos e a execução de um projeto por município envolvido no curso³¹. Os participantes têm aulas expositivas sobre os conteúdos citados acima, com visitas técnicas em trilhas de estudo no Parque Nacional do Iguaçu. Também reúnem-se em oficinas educativas e elaboram um projeto de intervenção; tal projeto deve visar o envolvimento da comunidade, de escolas estaduais e municipais, da prefeitura local, das secretarias de educação e das associações. Além dessas atividades, há também a capacitação do público em geral, através de cursos, palestras, organização de eventos e um jornal, cujo enfoque é a questão ambiental, com destaque para a fauna e a flora nativas do PNI. Este jornal é destinado às escolas dos municípios limieiros, com tiragem de dez mil exemplares, distribuídos bimestralmente³².

O que pude observar durante o acompanhamento da atuação da escola na minha permanência na 4ª. Cia. de Policia Ambiental em Foz do Iguaçu e, portanto, acompanhando as atividades desenvolvidas pela Escola Parque, foi que as concepções de Educação Ambiental propostas pela Escola estão intrinsecamente ligadas às demandas de proteção à fauna e à flora, no âmbito de sua conservação.

As atividades desenvolvidas em cursos e/ou visitas ao parque dos alunos das escolas dos municípios limieiros são, em geral, brincadeiras, músicas e pequenas peças teatrais, com representações de personagens de animais. Seus instrutores são todos terceirizados, com formação predominante em áreas como Educação Física e Biologia³³.

Os monitores são formados em curso especial de oitenta horas/aulas, com atividades teóricas e práticas ministradas por funcionários das áreas de manejo do PNI, por estudiosos convidados e pelos instrutores da Escola Parque. Esses monitores são responsáveis pela recepção e acompanhamento dos visitantes durante as trilhas pelas Cataratas e durante os cursos ministrados. Em geral, os monitores são acadêmicos de cursos como Engenharia Ambiental e Biologia de faculdades da região. A pesquisa pôde constatar que a Escola Parque foi responsável pelo maior meio de diálogo entre os municípios e o IBAMA. Esta afirmação está nas falas dos entrevistados, principalmente aqueles ligados às escolas dos municípios. Na fala do secretário de educação do município

³¹ [Http://: www.ibama.gov.br/parquenacioanldoiguacu](http://www.ibama.gov.br/parquenacioanldoiguacu).

³² Disponível on-line em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/escolaparque.asp>.

³³ Esses dados se referem até o primeiro semestre de 2007.

de Capanema isso fica mais explícito. Quando perguntado a respeito do contato com a administração do Parque Nacional:

só através da escola parque é que conseguimos bastante. A educação ambiental está acontecendo através dos cursos que ela oferece aos professores. Se fizer um levantamento hoje, defende-se o meio ambiente. A gente sabe da necessidade de preservação e do Rio Iguaçu, do parque, dos recursos hídricos³⁴.

Pude observar nas falas dos professores entrevistados uma sensível mudança com relação às posturas frente ao fechamento da Estrada do Colono. Professores que participaram dos cursos, em sua maioria, destacam a mudança de opinião frente ao fato, mostrando inclusive, argumentos relacionados ao impacto ambiental causado à área. Já a percentagem de educadores que não participaram dos cursos de formação e/ou oficinas conjuntas com a Escola Parque, demonstram manter opinião formada quanto à necessidade de abertura da estrada, evidenciando que, embora haja impacto ambiental, o impacto social é maior e que há alternativas para o não fechamento. No entanto, a mudança de opinião por parte de uns e a opinião contrária para outros, indica que é forte e visível o movimento de defesa do fechamento da Estrada do Colono, expresso em diferentes setores sociais do município. Com isso, muitos professores que passam pela formação na Escola-Parque mantêm o desejo pela reabertura.

1.4 Do município de Serranópolis do Iguaçu

O município Serranópolis do Iguaçu foi criado a partir da fusão de dois distritos pertencentes ao município de Medianeira (Flor da Serra e Jardinópolis) pela Lei n. 11.218 de 13 de dezembro de 1995, sendo instalado em 01 de janeiro de 1997. O município possui uma área de 477 km², sendo que, desse total, 287,63 km² são terras que abrangem o Parque, ou seja, 60,30%. (IBAMA, 1999).

Serranópolis do Iguaçu é um município de pequeno porte e conta com uma população de 4.735 habitantes, assim distribuída: 1.928 habitantes na zona urbana e 2.807 habitantes na zona rural. (IBGE, 2000). Sua colonização teve fases alternadas devido à

³⁴ Uma maior discussão sobre esse assunto será feita nos capítulos subseqüentes.

formação diversa dos dois distritos que o compõem: Flor da Serra (ao norte) e Jardinópolis (ao sul). Segundo Colombo (2001 *apud* BONASSA, 2004), a área pertencia aos imóveis denominados Gleba Iguazu (área colonizada pelas empresas Industrial e Agrícola Bento Gonçalves e Matelândia) e Gleba Silva Jardim (área pertencente à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e tendo sua área ocupada por posseiros).

A ocupação gerou o conflito que ficou conhecido como Revolta de 61 (COLOMBO, 2001; MYSIW, 2002), quando supostos donos das propriedades reivindicaram sua posse através de ameaças de jagunços e de força policial. Pressionados a deixarem suas terras, os posseiros se reuniram em diversas ações contra a polícia e os supostos proprietários. A situação foi resolvida no final da década de 1960, quando o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA) iniciou reuniões e mediações entre as partes litigantes. As demarcações dos colonos foram mantidas e o conflito, contido.

Pelo fato de proceder da junção de dois distritos, que se caracterizavam como zona rural de Medianeira³⁵, o município apresenta uma característica acentuadamente agrícola. Algumas áreas cultivadas estão às margens da avenida principal dos núcleos urbanos. Sua economia baseia-se além da pecuária, na agricultura da soja, do milho, da mandioca e do fumo.

Em termos de localização, o município se encontra entre Medianeira e o PNI, por uma rota asfaltada. Durante a pesquisa pude constatar seu isolamento, uma vez que está “no ponto final”. Possui uma única rua principal onde se localizam a prefeitura, o parque de exposições e as principais casas de comércio, além de dois colégios estaduais. A primeira impressão é de um local sem maiores perspectivas, mas a fala dos moradores mostra que estão contentes com seu local. Os alunos do Ensino Médio que entrevistei ilustram bem essas perspectivas, quando afirmam que amam seu município mas precisam ir embora por falta de emprego. Dizem que, se houvesse possibilidade, gostariam de ficar:

Eu gosto daqui. O que é bom aqui é que é tranquilo de criar família. É calmo. A educação daqui é ótima, muito bem reconhecida em todo o Paraná. E também, por um lado, eu até pensaria em sair, mas por outro lado, eu não gostaria. Na fala de outra aluna: Eu sairia por causa de emprego, tem que sair. Se a estrada fosse aberta...

³⁵ Desmembrados de Foz do Iguazu em 1960.

O município conta com o repasse, através do Governo do Estado, de dividendos provenientes do ICMS Ecológico. O programa foi implantado a partir de 1991, sendo que a lei estabelece o pagamento aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação e que sejam diretamente influenciados por ela³⁶. Serranópolis do Iguaçu e o município de Céu Azul recebem as duas maiores somas³⁷, visto o tamanho da área dos municípios ocupada pelo Parque.

Em uma das conversas com o secretário de administração do município percebi sua preocupação com o cumprimento das regras para a manutenção dos subsídios, não apenas do ICMS Ecológico, mas também de outros, como o da Reserva legal das áreas de preservação permanentes (APPs), para as quais o governo do estado faz o pagamento conforme as normas são cumpridas. Segundo o próprio secretário, disso provém a maior fonte de renda do município:

do ICMS ecológico vem 160.000,00 por mês. (...) temos prontas mais de 70% da mata ciliar. E recebemos por isso.

No entanto, outro grande problema que atinge municípios do entorno do Parque, principalmente aqueles cuja renda provém basicamente da agricultura, é o perímetro. Por meio do Artigo 25º da Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, fica determinada a obrigatoriedade das Unidades de Conservação³⁸ possuírem uma Zona de Amortecimento; o órgão da administração da Unidade é o responsável pela regulamentação da ocupação e do uso dos recursos desta área. Essa mesma Lei, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definiu Zona de Amortecimento como sendo *o entorno de uma unidade de conservação, onde atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade* BRASIL (2000, p. 2). A partir dessa medida, no entorno do PNI, num raio de 10 km, todas as atividades deverão obrigatoriamente ser licenciadas pelo órgão ambiental competente. No caso de Serranópolis, essa área abrange praticamente todo o município. A fala da administração do município ilustra essa questão:

³⁶ Lei Complementar Estadual n. 59/91.

³⁷ Em 2000, Serranópolis do Iguaçu recebeu R\$ 1.225.686,32 (IAP, 2001). O Instituto de Ecoturismo do Paraná – IEPR, baseada em dados do IAP (2003), afirma que em 2002, cerca de R\$1.570 milhão, foi repassado ao município, o que representou quase 70% do orçamento da prefeitura. (BONASSA, 2004).

³⁸ Exceto Área de Proteção Ambiental – APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Nós temos praticamente todo o município dentro dos 10 km. E brigamos pra não fazer os 20% de averbação em tudo. Apenas dois mil hectares não estão dentro dos 10 km. E não podemos fazer a reserva legal em outro município. Vamos perder 11 mil hectares de lavoura³⁹.

A estrutura fundiária é caracterizada por pequenas propriedades, com área média de dez hectares que, atualmente, encontram-se em processo de licenciamento ambiental por estarem na Zona de Amortecimento ou Zona de Transição do Parque (Anexo 3). Esse fato é também uma das grandes dificuldades no relacionamento entre as comunidades do entorno do PNI e a administração deste. Se por um lado o órgão deverá cumprir a lei que exige tratamentos diferenciados para a Zona de Transição, por outro, o tamanho do município de Serranópolis inviabiliza o cumprimento integral dessa medida. Tal embate mostra-se ainda latente e as mudanças estão sendo postergadas pelo IBAMA, uma vez que se teme um novo conflito.

Bresolin (2002) aponta que a implantação da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu é particularmente importante devido ao processo de insularização ocorrido, principalmente, no início a década de 70. Este período coincidiu com a fase de mecanização da agricultura no Estado do Paraná, que se caracterizou pelo uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Convém ressaltar que, em muitos casos, a área de entorno a ser considerada pode ter um raio maior que o estabelecido, visando a proteção destas Unidades contra a contaminação ocasionada por defensivos agrícolas e pela prática das queimadas (BRESOLIN, 2002). O mesmo autor (*apud* IDRUSIAK & PÁDUA, 1997, p. 81) ressalta, contudo, que:

(...) os esforços continuam orientados apenas aos impactos negativos derivados das comunidades do entorno, praticamente nada se avançou no propósito de mostrar a estas comunidades os benefícios que estas áreas podem gerar e no sentido de integrá-las ao manejo das áreas protegidas.

Embora durante a pesquisa de campo eu tenha observado um trabalho engajado com relação ao meio ambiente, a Estrada do Colono continua sendo motivo de luta para

³⁹ Cf. Diário de Campo.

esse município; politicamente não se abre mão da mesma. Uma preocupação com o futuro do município foi percebida tanto nas falas dos alunos, quanto nos discursos dos dirigentes. No entanto, tem-se um descrédito quanto às novas alternativas, como à agricultura orgânica, por exemplo. Uma atividade que, talvez, poderia se revelar como uma saída para a questão da Zona de Amortecimento.

1.5 Do município de Capanema

A primeira impressão que tive da cidade de Capanema foi a de uma cidade tranqüila e que, durante toda a pesquisa, se mostrou muito receptiva e acolhedora. Capanema recebeu este nome em homenagem ao advogado Barão de Capanema, por este ter ajudado no conflito entre Brasil e Argentina, quando disputavam região de terras denominadas da região da Palmas. Em 5 de fevereiro de 1885, por decisão do Presidente Grower Cleveland dos Estados Unidos, a região de conflito entre a Argentina e o Brasil, que perfaz o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, passa a pertencer definitivamente ao território brasileiro.

Por volta de 1950 surgiram as primeiras correntes migratórias (originárias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul) predominantemente, constituídas por alemães e italianos. Ao chegarem ao local iniciaram a formação de um pequeno povoado, hoje denominado Capanema⁴⁰. A colonização de Capanema não foge à realidade dos demais municípios da região oeste e sudoeste do Paraná. O modo pelo qual a região foi ocupada deu margem a inúmeros conflitos, pois a ocupação das terras foi levada a efeito sem maiores preocupações com a legitimidade de sua posse e domínio. Assim, as companhias de colonização lançaram-se a uma desenfreada venda de terras dando origem a superposições de títulos, com posse efetiva de posseiros, gerando os intensos conflitos que tiveram seu auge em 1957 com a revolta geral no Sudoeste Paranaense. Diante de tais fatos entrou em ação o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense (GETSOP), com a finalidade de resolver os conflitos, legitimar posse de terras numa extensa área ao sul do

⁴⁰ O município de Capanema foi desmembrado do Município de Clevelândia pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951 e elevado à categoria de município com instalação definitiva, em 14 de dezembro de 1952. Ainda em novembro de 1952 realizou-se a primeira eleição para o cargo de Prefeito Municipal.

Rio Iguaçu, glebas denominadas de Missões e Chopin⁴¹. A cidade possui 1.484 km de rodovias municipais e 32 km de rodovias estaduais sendo, 25 km de rodovia estadual asfaltada (que liga Capanema a Marmelândia) e 20 km de rodovia federal - PR 163. As principais vias municipais são revestidas com pedras irregulares e calçamento e as demais readequadas e encascalhadas.

O Parque Nacional do Iguaçu me pareceu ser, no município, sinônimo de problemas pelo fechamento da Estrada do Colono. Tocar no nome do Parque pressupõe falar do caminho: *o Parque é lindo, mas ninguém pode entrar nele*, palavras de um comerciante, ou *você está aqui para nos ajudar?* Expectativa da esposa deste. Ambos são vinculados à rede hoteleira da cidade, que os proprietários consideram extremamente prejudicada pelo fechamento da Estrada do Colono. Para eles, esta era a rota de passagem e ponto de parada de viajantes do sul do país (no caso, de Santa Catarina e Rio Grande do sul).

O Parque Nacional do Iguaçu faz limite com o município de Capanema, com 8.314 há; distância esta distribuída ao longo do Rio Iguaçu, que separa o município da área do PNI. Esse mesmo número equivale ao ICMS ecológico que o município recebe por ter área abrangida por Unidade de Conservação. Dentro do potencial econômico do município, a distribuição do PIB municipal está em: Agropecuária⁴²: 27,81%; Indústria⁴³: 2,03%; Serviços: 70,16 %. Produto Interno Bruto: US\$ 38.493.301,33 %; PIB per capita: US\$ 2.022,13 %; População Economicamente Ativa: 10.437,00 habitantes.

Os dois municípios estudados possuem grande potencial turístico, sua maior parte ligada ao PNI. Dentre as principais atrações culturais de Capanema pode-se citar a Feira do Melado, onde são expostos e comercializados produtos agroindustriais de açúcar mascavo, entre outros; a semana farroupilha – em homenagem à colonização sulista – e a *Kerb Fest* – homenagem à cultura alemã. Dentro das atrações ligadas ao parque destacam-se balneários para camping, canoagem, fazendas, cachoeiras, trilhas, etc. O município de Serranópolis do Iguaçu, por sua vez, além das atrações turísticas ligadas à natureza e ao

⁴¹. Compreendendo parte dos municípios de Capanema, Pérola do Oeste, Santo Antônio, Barracão, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Planalto e totalmente os de Ampére, Realeza e Verê, foram cancelados os títulos anteriores sobre os quais pairavam dúvidas, tendo sido feita pela GETSOP a expedição de títulos aos posseiros. Assim acalmaram-se os ânimos numa extensa área do Sudoeste. Mais tarde o governo declara zona prioritária para fins de reforma agrária. O INCRA solucionou a problemática da posse de terras e de sua respectiva titulação. Disponível on-line em: <http://wikimapia.org/1904349/pt>.

⁴² Principais produtos: feijão das Águas; soja e milho em safras normais.

⁴³ Principais produtos da indústria: produtos alimentares; têxteis; de vestuário; calçados e Tecidos; metalurgia e material de transporte.

Parque, promove anualmente o “arrancadão de jericos”, espécie de trator muito utilizado para transportes diversos nos estabelecimentos agrícolas.

A exploração do ecoturismo nessa região deu-se mais potencialmente após o fechamento da Estrada do Colono como viabilização de desenvolvimento para esses municípios e, principalmente, com a criação do Programa para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável do PNI, que será citado com mais detalhes em seguida.

1.6 Da Estrada do Colono ou Caminho do Colono

Dentro das entranhas da relação entre a população do entorno e o PNI (mais precisamente com sua administração, o IBAMA) e o conflito ambiental instituído, considero relevante debruçar o meu olhar sobre a questão da Estrada do Colono (anexo 4), um caminho possivelmente aberto pelos imigrantes⁴⁴ que colonizaram a região. Ao estudar a história dessa Estrada para compreender a longevidade dos problemas que atravessam as relações entre moradores e IBAMA, minha intenção foi dialogar com o cerne da questão, localizado a partir de 1986. Esse ano marca o fechamento da Estrada e o início das inúmeras disputas e dos diferentes conflitos entre os moradores das cidades do entorno do Parque, e mesmo fora dele⁴⁵. Não há um consenso quanto à época exata da criação da Estrada do Colono. Em meio ao conflito instalado após o seu fechamento e ao que nos sugere as informações coletadas, ele perdura no envolvimento da correlação de forças que se sedimenta entre os defensores e os contrários ao seu fechamento. O grupo que aqui designaremos como pró-abertura aponta que o caminho foi construído pela Coluna Prestes, na década de 1920; dessa forma, ele já existiria antes mesmo da criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939)⁴⁶.

⁴⁴ Diz-se dos habitantes da Colônia, entendida aqui como grupo de migrantes que se estabelecem em terra estranha. (KURY, 2002).

⁴⁵ Sendo um caminho utilizado por pessoas que se dirigiam a outros Estados, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ou mesmo entre as cidades do Paraná.

⁴⁶ Segundo a revista Manchete, de 20 de Janeiro de 1996, que aborda a Revolução dos Tenentes, a Coluna Prestes travou batalhas na região, que agora é do PNI, utilizando-se como via de deslocamento do estado de Santa Catarina para o Paraná, um caminho, o qual se acredita ser o atual Caminho do Colono. Segundo Ostrovski (2002), esta informação cria uma expectativa, pois, assim sendo, o caminho é antecessor à própria criação da área de preservação. Ainda segundo o autor, se já existia, esse caminho possivelmente era em forma de trilha e utilizado por ervateiros para escoar a produção.

Entretanto há um consenso de que a criação do caminho se concretizou em meados de 1940 com aproximadamente 18 Km de extensão⁴⁷, “cortando” o PNI entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu, ao norte, e Capanema, ao sul da estrada. Surge como:

um dos elementos que facilita a inserção da região Oeste do Estado do Paraná na economia regional e nacional. Isto porque reduz a distância do pólo colonizador até a região a ser colonizada, diminuindo o tempo de viagem. É assim utilizado principalmente por migrantes riograndenses e catarinenses, predominantes na colonização do Oeste Paranaense. Posteriormente, as transações comerciais entre os municípios de Medianeira, Serranópolis e Capanema solidificam-se, tornando o caminho indispensável para a sobrevivência destes municípios, sendo que os principais produtos comercializados são agrícolas (soja, milho e trigo) e o suíno⁴⁸.

Para Ostrowski (2002), no contexto histórico da colonização do Oeste do Paraná, o Caminho do Colono⁴⁹ teve uma acentuada importância, atuando como um dos agentes facilitadores da ocupação do Oeste. Deixou-se de lado a preocupação com a preservação ambiental, porque existia a necessidade da inserção deste espaço no cenário econômico paranaense e até mesmo nacional.

Há um choque de prioridades, onde o colono inserido na realidade local regional dentro do seu contexto histórico de colonização é colocado em conflito, lhe cobram responsabilidades e ações destoantes. Preocupam-se, os ambientalistas, muito mais com a preservação do Parque Nacional do Iguaçu do que com a manutenção dos padrões socioeconômico e cultural desta população⁵⁰.

A partir dessas afirmações podemos apreender como se constrói esse conflito no âmbito das relações entre a população do entorno do PNI e o IBAMA. A temática Estrada do Colono povoou durante anos os noticiários locais e, nas épocas mais acirradas dos

⁴⁷ A extensão varia nas referências de 16 Km a 18 Km.

⁴⁸ OSTROVSKI, D. **Análise dos impactos sócioambientais motivados pelo Caminho do Colono.** Universidade Estadual de Maringá, 2002, p.109.

⁴⁹ De maneira geral vou utilizar Estrada do Colono para fazer referências ao local estudado. Nessa passagem foi usado Caminho do Colono para preservar a intenção do autor do texto supracitado.

⁵⁰ OSTROVSKI, op. cit.p, 109.

conflitos, também o nacional. O conteúdo das notícias girava em torno das bandeiras pró-abertura (comunidade, associações, imprensa locais) e as bandeiras pró-fechamento (ONGs, imprensa nacional, órgãos ambientais).

Bonassa, 2004 denomina ONGs externas, as aliadas ao IBAMA e ONGs internas, as aliadas ao movimento pró-abertura da estrada. Para ela, mesmo que o movimento dessas organizações pareça ser indireto, isto não corresponde à realidade. Desde o início do processo, as ONGs externas têm sido aliadas do IBAMA em ações e discursos para o fechamento da Estrada. Podemos citar algumas ONGs e algumas ações realizadas: Fórum pró-Conservação da Natureza do Paraná, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação; Informações Ambientais, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), *Greenpeace e The Conservation Organization* ou WWF (*World Wildlife Found*). Centro de Estudos, de Defesa e Educação Ambiental (CEDEA), Redeverde de dentre outras. As ações consistiam, basicamente, de encaminhamento de Moções ao presidente da República, solicitando o fechamento; abaixo-assinados via Internet, no objetivo de enviar cartas ao Presidente da República, dizendo *não à Estrada do Colono*⁵¹.

Nesse limiar de disputas o próprio nome do local recebe diferentes designações. Para o movimento pró-fechamento e, em geral, ele é chamado de Estrada do Colono; para as reivindicações pró-abertura, é chamado intimamente de Caminho do Colono.

A primeira medida contra o funcionamento da Estrada do Colono aconteceu no ano de 1981, quando o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (responsável na época) editou o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu⁵², definindo como principal objetivo interditar a estrada BR-163, que atravessava o Parque nos trechos Capoeirinha-Moisés Lupion; o primeiro trecho era situado no município de Serranópolis do Iguaçu e o segundo (um porto do Rio Iguaçu⁵³), no município de Capanema, desde que houvesse um acordo entre o IBAMA e os municípios vizinhos.

⁵¹ Bonassa, op. cit. p. 29.

⁵² O Plano de Manejo de 1981 do Parque, indicava a existência de uma Estrada não asfaltada ligando os municípios de Medianeira e Capanema. Numa extensão de 18 km através do Parque, no sentido norte-sul, ela possui de 10 a 15 metros de largura. Sua construção foi realizada pelo DER-PR posteriormente à criação do Parque, sem que na época tivessem sido tomadas providências a respeito, e atualmente tem apreciável trânsito de passageiros e cargas; a transposição do rio Iguaçu no Porto Moisés Lupion efetua-se por balsas. De longa data, vem se pugnando pelo fechamento dessa Estrada, sem lograr êxito. Do ponto de vista técnico, essa Estrada deve ser fechada e passar para uso exclusivo do Parque (manutenção, proteção, fiscalização e pesquisa) (IBAMA, 1999, p.11).

⁵³ Este Porto foi inaugurado em 1948, pelo então Governador Moisés Lupion e havia um serviço de balsas entre as margens do Rio. (IBAMA, 1999).

Em 1986, porém, o estado do Paraná iniciou as obras de asfaltamento da BR-163 (Anexo 1), inclusive do trecho da Estrada do Colono. Governantes do município de Medianeira (ao qual Serranópolis do Iguaçu estava anexada na época) mostraram-se favoráveis ao asfaltamento da estrada⁵⁴. No entanto, o IBDF, ratificando o exposto no Plano do Parque de 1981, emitiu parecer desfavorável à construção da mesma. O DER – Departamento de Estradas e Rodagens, insistindo num projeto que aliasse ambos os interesses, enviou ao IBDF, em maio de 1986, a proposta da 1ª Estrada Parque Regional:

*o projeto atende a sinuosidade da Estrada existente [implantando] de ambos os lados uma cerca alambrada com tela galvanizada [...] com 2m de altura útil. O projeto prevê, ainda, um moderador de velocidade de veículos com a construção de sonorizadores e lombadas em pontos convenientes, distanciados a cada 3 km. Para a preservação da fauna, deverá ser implantada nos cursos d'água [...] uma passagem para animais, sob obras de arte especiais, construídas de placas de concreto armado, de 10m de vão, com altura de 2m, formando corredores de ligação entre ambos os lados do parque [...] com o propósito de impedir a saída dos animais para o corpo da Estrada, ou seja, garantir a permutação de ambiente dos seres silvestres.*⁵⁵

A entidade ambientalista, *Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA)* manifestou-se contrária à abertura da Estrada:

*A Ação Civil Pública proposta em 3 de setembro de 1986 contra o IBDF pedia o fechamento imediato da Estrada tendo como base o Plano de Manejo de 1981: do ponto de vista técnico é inadmissível que a referida Estrada continue aberta ao tráfego [...] e o IBDF continue omitindo-se em realizar a interdição da referida Estrada, permitindo a continuação da ofensa já mencionada, que deve cessar imediatamente*⁵⁶.

⁵⁴ “A ligação asfáltica de Barracão à Medianeira, passando pelo Parque Nacional do Iguaçu, não virá em prejuízo da flora e fauna, uma vez que poderão ser construídos elevados a fim de proteger a fauna ali existente e replantado em talões parcelados, as melhores espécies de árvores e flores do Brasil. Fica uma paisagem super panorâmica para todo o trânsito, compensando assim uma economia de 100 km para atingir Foz do Iguaçu [...] economizando combustíveis, materiais rodantes, fator tempo e retendo o tráfego pela Argentina, via Foz do Iguaçu”. (IBAMA, 1999, *apud* BONASSA, 2004, p.24).

⁵⁵ IBAMA, 1999 *apud* Bonassa, 2004.

⁵⁶ IBAMA, 1999 *apud* Bonassa, 2004.

O presidente da ADEA, José Bigarella, complementava: *a ADEA pretende [...] igualmente desmascarar os inimigos do parque e condená-los perante a opinião pública nacional e internacional*. Como consequência, no dia 10 de setembro do citado ano, o juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba concedeu liminar determinando o fechamento (o que se efetivou em 12 de setembro) por agentes da Polícia Federal, auxiliados pelas Polícias Rodoviária Federal e Florestal. (BONASSA, 2004).

A partir disso, a comunidade se movimenta pela liberação da Estrada do Colono. O então prefeito de Medianeira, Adolpho Mariano da Costa, a pedido da Assembléia Extraordinária da Câmara de Vereadores, decretou *Estado de Emergência*.

O prefeito afirmou que não ‘há monstro ou prodígio que possa tripudiar sobre o povo’, pedindo calma à população, sem deixar entender, com essa posição, que todos a partir de agora vão ficar de braços cruzados [e] preconiza que ‘um dia o asfalto há de passar pelo parque’. O município suspendeu as aulas, as rádios tocaram músicas fúnebres e as pessoas [usavam] uma tarja preta em sinal de luto⁵⁷.

O município de Medianeira, utilizando-se de uma possível legitimidade histórica, recorreu da decisão indicando que a Estrada havia sido aberta pela Coluna Prestes em 1923. Logo após, os municípios de Capanema e Planalto pediram reconsideração da liminar que resultara no fechamento da Estrada, indicando sua existência desde 1926 e reclamando um “direito adquirido”. Ainda em 1986 – ano em que o conjunto dos Parques Nacionais do Iguaçu (Brasil) e Iguazú (Argentina) recebem da UNESCO o título de Patrimônio Natural da Humanidade – o Estado do Paraná e os municípios da região oeste e sudoeste foram admitidos nos autos judiciais como réus *litisconsortes* na Ação Civil Pública, ou seja, juntamente com o IBDF, foram responsabilizados pela situação. Este fato levou os municípios envolvidos a organizarem a Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC), a fim de representá-los judicialmente.

Em 1987 os municípios entraram com recurso requerendo a elaboração de prova pericial para demonstrar que o asfaltamento da Estrada não traria prejuízos à fauna e flora, tendo em vista o projeto da Estrada Parque Regional. A justiça concedeu o pedido e, em

⁵⁷ Jornal *Gazeta do Povo*, 16 set. 1986.

outubro de 1988, instalou-se a perícia, sendo o estado do Paraná indicado como responsável para prover os honorários periciais.

Em 31 de outubro o juiz determinou que o prazo para que o Estado depositasse os valores seria 15 de novembro. Alguns dias antes do prazo, o procurador, amparado em lei, alegou que pagaria somente ao final do relatório da perícia. O juiz afirmou que, se o pagamento não fosse efetuado antecipadamente, a perícia não se viabilizaria. O Estado, então, não realizou o pagamento, afastando-se do processo oficialmente em 1994. Nesse mesmo ano, o IBAMA editou o *Plano de Ação Emergencial*, indicando a área ocupada pela Estrada como *Zona de Uso Especial* (tal como no Plano de Manejo de 1981) e a Estrada cortando a *Zona Intangível*. (Anexo 3).

Em maio de 1997 AIPOPEC apresentou uma proposta com o objetivo de integrar o Parque à região: *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu*, elaborado pelo Engenheiro Florestal Arnaldo Carlos Muller, em abril de 1997. Na proposta, o Parque era concebido como *a face morta dos municípios* que lhe fazem divisa. Por encontrar-se *alienado de sua geografia*, a AIPOPEC propunha uma revitalização ampla, de forma a integrar o Parque às necessidades da região, nos aspectos econômicos (ecoturismo, desenvolvimento agro-silvo-pastoril desenvolvimento agro-industrial, adequação da malha viária); culturais (turismo cultural); políticos (parcerias interinstitucionais); ambientais (centros de pesquisa, educação e restauração ambiental, conservação de solos, destino adequado de resíduos, corredores de biodiversidade).

Porém, segundo a AIPOPEC, o que tornaria todas as propostas viáveis seria a permanência da Estrada aberta, *dentro de uma visão moderna do desenvolvimento sustentado*, onde ela tornar-se-ia um *benefício efetivo para o Parque Nacional e para toda a região*, uma vez que todos os impactos ambientais seriam devidamente controlados e, conseqüentemente, minimizados; permitindo assim que a Unidade de Conservação fosse valorizada (BONASSA, 2004; OSTROVSKI, 2002).

Nessa mesma época a AIPOPEC pediu formalmente a suspensão da liminar que ordenou o fechamento e apoiou a primeira invasão da Estrada, no dia 8 de maio (1997), organizada pela comunidade. O jornal da região, *O Paraná*, assim noticiou o fato: *Cerca de 1000 pessoas, de idosos a crianças, ocuparam a Estrada e armados de foices reabriram o trecho de 17,6km que corta o Parque e que foi usado durante décadas pelos colonizadores*. A reabertura iniciou-se simultaneamente em Serranópolis do Iguaçu e Capanema e foi marcada pelo corte da vegetação que tomava conta do leito da Estrada.

As Polícias Federal e Florestal acompanharam à distância a movimentação. Esta manifestação (que vinha sendo organizada havia dois meses), com a efetividade de aproximadamente vinte reuniões, contou com o apoio de deputados e prefeitos dos municípios envolvidos. Os *invasores* alegaram que a decisão estava amparada legalmente em uma brecha encontrada na sentença expedida em 10 de setembro de 1986, já que, na sentença, o parecer proibia o tráfego de veículos pela Estrada, mas não estabelecia regras sobre as pessoas transitarem a pé pelo trecho⁵⁸.

No dia 13 de maio, uma grande manifestação popular foi promovida com a ajuda de uma rádio comunitária. Os colonos realizaram um ato simbólico através de um “abraço ecológico” na Estrada 28, unindo os manifestantes de Capanema e de Serranópolis. O jornal Mensageiro, de Medianeira, afirmou que: ‘cerca de 30 mil pessoas em 13/05 participaram da maior mobilização popular pró-abertura da Estrada’. A população carregava flores brancas na mão e o ‘abraço ecológico’, no meio do Caminho do Colono, ocorreu de forma organizada, em fila, as pessoas entraram no Caminho formando uma grande corrente humana [e] nenhum tipo de dano foi causado à natureza⁵⁹.

No dia 27 de maio, o presidente do Tribunal Federal concedeu uma liminar permitindo o uso da Estrada, o que corresponderia aos anseios da população. De acordo com a AIPOPEC, o tráfego manteve-se até o dia 19 de junho (BONASSA, 2004), quando a Estrada foi novamente fechada, por conta de um Relatório elaborado pelo engenheiro Sérgio Brant da Diretoria de Ecossistema – DIREC. O relatório tratava dos aspectos históricos, geográficos e ambientais da região, que apontou os impactos de Estradas no ambiente – mais especificamente da Estrada do Colono – concluindo com informações sobre o processo judicial corrente.

Em resposta a esse relatório, a AIPOPEC elaborou os *Comentários ao Relatório Brant do IBAMA*, nos quais apontou, passo a passo, o que ela denomina de *falhas e sofismas do Relatório Brant*. Esses comentários concluem que o relatório em nada

⁵⁸ Jornal O Paraná, p.14, 09 maio 1997.27 apud Bonassa, 2004.

⁵⁹ BONASSA, T. L. *Estrada do Colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu*. Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 27.

contribuiu para o diálogo e indagava: *quando teria se extinguido a necessidade dessa colaboração mútua?*⁶⁰

A AIPOPEC, em reunião realizada no dia 24 de maio de 1990, organizou em 15 de junho um movimento popular pró Parque Nacional do Iguaçu; fato que chamou a atenção nacional, reunindo cerca de 30 mil pessoas. No entanto, nova sentença foi proferida para fechar em caráter definitivo a Estrada, o que motivou a AIPOPEC a buscar recurso em esfera superior. A intenção era provar, através de perícia no Parque Nacional do Iguaçu, que a Estrada do Colono não representava fator de depredação. Essa busca pericial efetivou-se somente três anos mais tarde, no mês de novembro de 1993, quando, por unanimidade, Superior Tribunal Federal (STF) deu provimento ao recurso interposto pelos municípios, restabelecendo o direito à elaboração de provas periciais⁶¹.

Prosseguiu-se o embate pelos anos de 1994, 1995 e 1996, quando o processo acumulado desde o fechamento em 1986 retornou para o Tribunal Federal Regional de Curitiba em dezessete de janeiro de 1997, cabendo ao juiz manter ou derrubar a liminar que mantinha o fechamento. Objetivando a reabertura da Estrada, integrantes da AIPOPEC reuniram-se em Brasília com o Diretor de Ecossistemas do IBAMA no dia vinte e quatro de abril de 1997, entregando o projeto de revitalização do Parque Nacional do Iguaçu e, conseqüentemente, de reabertura da Estrada do Colono. No entanto, dias depois, em oito de maio de 1997, cerca de 2000 agricultores montam acampamento no Parque Nacional, na área da antiga estrada. A abertura legal do Caminho do Colono aconteceu no dia vinte e seis de maio de 1997, quando o presidente do Tribunal Regional Federal, Pedro Máximo Paim Falcão, derrubou a liminar que mantinha fechada há quase onze anos a Estrada em disputa. Após esta liminar, cerca de trinta homens realizaram o encascalhamento e o patrolamento do caminho. (OSTROVSKI, 2002).

Entretanto, em dezenove de junho do mesmo ano o Supremo Tribunal Federal profere sentença decidindo pelo fechamento da Estrada sob alegação de que não havia validade na sentença anterior. Decide-se o fechamento por três meses para estudos por parte do IBAMA, com vistas à elaboração do novo plano de manejo do PNI. Expirado o prazo, e diante da não revisão do Plano de Manejo pelo IBAMA, *estava criado*, segundo a AIPOPEC *o cenário para uma nova mobilização popular* (BONASSA, 2004), o que

⁶⁰ ROCHA, S. B. A "Estrada do Colono" e o Parque Nacional do Iguaçu. IBAMA/DIREC/DEUC/DICRIA. Brasília. Relatório Técnico, 1997, p. 36.

⁶¹ Apenas em 1997 será publicado um parecer acerca dos prejuízos dos municípios que usufruíam a estrada. A partir desse estudo, retoma-se a luta pela abertura da mesma. Acerca desse parecer, ver Ostrovsky, 2002.

ocorreu em janeiro de 1998, coordenada pelo *Movimento Amigos do Parque* – MAP. Desta vez, porém, a AIPOPEC, negou qualquer participação naquela que se caracterizou como a *segunda invasão*. A Estrada ficou aberta, apesar de o Ministério Público do Paraná acionar o IBAMA para retirar a população. Segue-se uma morosa luta judicial com pedidos de reintegração de posse, feito pelo IBAMA, com notificações aos agricultores acampados na área.

Nessa época a AIPOPEC criou, em quatorze de janeiro de 1999, uma *home page*⁶² para tratar dos projetos elaborados para a Estrada e a revitalização do PNI. A partir dessa página na *Internet*, várias campanhas foram perpetradas em prol da abertura da Estrada; dentre as quais o envio de cerca de 40 mil cartas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que contassem a história da ocupação do Oeste paranaense e a importância histórica do Caminho do Colono para a colonização e a manutenção de uma sustentabilidade econômica regional.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara aprovou o parecer, no dia 2 de dezembro de 1999, que definia o Caminho do Colono como Zona de Uso Intensivo do Parque do Nacional do Iguaçu. A resolução permitiu que a Estrada tivesse um centro de visitantes, museus e outras benfeitorias, mantendo o meio ambiente o mais natural possível. Três meses depois, no dia 1º de junho, a Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou a abertura do Caminho do Colono, permitindo o uso intensivo da área, onde o mesmo se encontrava. Ele passou, assim, a ser utilizado para a circulação de veículos, ligando as regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

Um ano depois, no dia 13 de junho de 2001, cumpriu-se a liminar da juíza Marga Ingá Barth Tessler, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre, determinando o fechamento do Caminho.

A mobilização realizada para o fechamento iniciou-se às 10 horas da manhã, com a chegada no local de seis ônibus, 8 viaturas, 2 helicópteros e caminhões com homens da Polícia Federal, apoiados pelo exército.. Seguiu-se uma série de confrontos com populares e políticos locais, culminando com a detenção de 15 pessoas e o fechamento do caminho. O segundo passo tomado pelos policiais foi o afundamento da balsa que fazia a travessia do Rio Iguaçu, e o início do plantio de 20 mil mudas de árvores nativas no leito do Caminho do Colono.

⁶² <http://www.caminhodocolono.com.br>

Em novembro de 2000 a Estrada foi legalmente aberta, atendendo a uma decisão do Supremo Tribunal Federal que permitia a sua utilização a partir do dia 14 de novembro, enquanto se aguardava um novo julgamento. Esta decisão era provisória e não anulava o despacho judicial de julho de 1997, do Superior Tribunal de Justiça, que determinou o fechamento. Em 2001, a estrada é novamente fechada, dessa vez pelo Exército, juntamente com o Comando de Operações Táticas (COT) da Polícia Federal, da Polícia Florestal e IBAMA.

Conforme a imprensa local, o fato causou “indignação e revolta” na população da região, pois foi utilizado um “grande aparato contra uma população ordeira e pacífica”. A Revista Fatos, de Cascavel, indicou que o dia 13 de junho deveria figurar no calendário como uma data de luto da região, e completava: “Uma mega-operação foi armada para enfrentar meia dúzia de colonos indignados e desarmados. Muitos apanharam sem clemência, como se bandidos fossem.” A imprensa local também noticiou que policiais e o chefe do Parque foram agredidos a pedrada pelos manifestantes, sendo estes reprimidos com bombas de efeito moral. Esse fato marcou um momento importante da luta pela reabertura, segundo moradores⁶³.

No dia 4 de outubro de 2003, com o apoio de líderes políticos, a comunidade invadiu pela terceira vez a Estrada, dessa vez, em Serranópolis. Novamente foi acatado o pedido de reintegração por parte do IBAMA e, dias após, a população retirou-se da estrada que foi ocupada por forças policiais.

Na tentativa de superação do impasse, surgiram várias propostas como, por exemplo, a construção de uma Estrada Parque Regional, sugerida pelo DER-PR; a construção de um túnel superior com arcos em concreto armado e recoberto de terra para que a flora local fosse recomposta acima do túnel, (CALDEIRA, 2001). A proposta contida na *Integração Regional* previa, além do controle dos acessos à Estrada e manutenção do seu trajeto original, a criação de dispositivos de prevenção de qualquer dano à fauna e a integração da Estrada de forma harmoniosa à paisagem. Atualmente o ambientalista Célio Claret propôs um “eco-viaduto” sobre a Estrada, com 6,6 metros de largura e

⁶³ Bonassa, op. cit. p, 28.

aproximadamente 20 metros acima da altura das árvores. Um dos objetivos, além da passagem, seria que o eco-viaduto poderia ser um local de visitação turística⁶⁴.

A problemática da Estrada do Colono ainda teve outros episódios. Em 2003 os moradores pró-abertura retomaram o movimento no mês de outubro, permanecendo na estrada por quatro dias.

Um grupo de pessoas operando três retroescavadeiras invadiu ontem, dia 3 de outubro, por volta das 23 horas, o Parque Nacional do Iguaçu com o intuito de reabrir a Estrada do Colono, fechada pelo governo federal em 2001, em atendimento a uma ordem judicial. Vindos do município de Serranópolis do Iguaçu (PR), os invasores cortaram a linha telefônica e destruíram o posto de fiscalização do Ibama localizado no Parque, anunciando a intenção de reconstruir pontes e desmatar a vegetação que recobre os 18 km da estrada⁶⁵.

Ainda no ano de 2003, o deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores – Irineu Colombo – elaborou o Projeto de Lei n. 2. 346/2003, que pretendia transformar a Estrada do Colono em Zona de Uso Intensivo – ou seja, reabri-la, mas seu projeto foi rejeitado pelo plenário da Câmara, no ano seguinte:

Em síntese, a alegação de que a integração social e econômica dos municípios lindeiros ao Parque é bastante afetada com o fechamento da Estrada do Colono não encontra, na prática, argumentos de maior relevo. Além disso, a abertura da estrada, por si só, não asseguraria o desenvolvimento desses municípios e poderia, até mesmo, ter conseqüências funestas para a economia local, por representar um risco a mais à integridade do Parque e pelo fato de a degradação ambiental vir sempre acompanhada de deterioração econômica e social. cremos que é possível gerar desenvolvimento econômico sem colocar em risco a unidade de conservação.

O parecer alegava ainda que os inúmeros projetos de turismo ecológico, educação ambiental, recreação e lazer, agricultura orgânica e reflorestamento ciliar, previstos no Plano de Manejo da época, seriam um excelente ponto de partida para a inserção dos

⁶⁴ Esse projeto foi incorporado a um pré-relatório elaborado pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, acompanhado por uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa-PR, do qual o deputado federal Assis Miguel do Couto (PT-PR) é relator. O pré-relatório é resultado de um projeto, que tem como objetivo averiguar a situação do entorno do Parque Nacional do Iguaçu e, além da proposta do eco-viaduto, prevê também uma série de políticas de revitalização para o entorno.

⁶⁵ Disponível on-line em <http://www.agirazul.com.br/fsm4/fsm/colono.htm>

municípios limieiros nos mercados de comércio e de prestação de serviços ambientalmente corretos. Assim a câmara conclui afirmando que:

o princípio da precaução e a falta de dados mais concretos de danos à economia regional recomendam que a Estrada do Colono e sua faixa marginal permaneçam como Zona de Recuperação, conforme o atual Plano de Manejo, ou seja, que não sejam transformadas em Zona de Uso Intensivo, como prevê o projeto de lei. Na verdade, após a última invasão, em outubro de 2003, que resultou em danos aos recursos naturais do Parque, os cuidados ambientais devem ser mesmo redobrados⁶⁶.

Pelo exposto, posso afirmar que os conflitos que marcam as lutas de moradores e de instituições governamentais e não governamentais em torno da Estrada do Colono é algo que ainda hoje, embora em menor grau, permanece vivo nas relações entre o IBAMA e a população do entorno.

Embora com a sentença de fechamento no ano de 2003, um estudo elaborado em 2005, por quatro profissionais das áreas de engenharia, biologia e sociologia, vinculados a algumas universidades, visando avaliar o impacto ambiental provocado pela abertura da Estrada para o tráfego de veículos e os prejuízos socioeconômicos causados na região com o fechamento da via, reabriu a discussão nos tribunais.

Em 19 de outubro de 2007, a Juíza Federal Substituta, Pepita Durski Tramontini Mazini, da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Curitiba, ratificou, em primeira instância, o fechamento da Estrada do Colono:

a autarquia [IBAMA] deve adotar medidas efetivas para recuperar o meio ambiente atingido, elaborando estudos que deverão ser apresentados em juízo no prazo de 120 dias após o trânsito em julgado da ação. Em caso de invasão, os municípios incentivadores serão responsabilizados com multa diária de R\$ 10 mil.

⁶⁶ <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/252132.pdf>

Dos autos constava um relatório pericial comprovando que a existência de uma estrada atravessando a Unidade de Conservação provocava a fragmentação da floresta; facilitava a disseminação de espécies exóticas invasoras; disseminava agentes patogênicos, fogo e poluentes; além de constituir-se como uma barreira ao livre deslocamento de animais silvestres, em face da interferência na velocidade do vento, na temperatura, umidade e nível de ruído; gerava o atropelamento de animais e a interrupção do livre escoamento de cursos d'água, entre outros. A conclusão do processo ressaltava ainda que, se no início da movimentação processual era reconhecido o argumento de prejuízos econômicos, comprovava-se que os municípios absorveram esses prejuízos durante os anos e que, atualmente, a única utilidade da estrada era o acesso rápido entre os municípios. E também, que o Sudoeste do Paraná já possuía rodovias que interligavam as cidades. *A utilização da Estrada do Colono como estrada-parque não se mostrou viável pela perícia, que considerava que a não-intervenção era melhor do que a intervenção com medidas mitigadoras*⁶⁷.

Já na segunda feira do dia 25 de outubro, o advogado Pedro Henrique Xavier, que representava dezessete municípios⁶⁸ interessados na abertura da Estrada, entrou com recurso para tentar reverter a decisão da juíza federal. Os prefeitos de Serranópolis do Iguaçu, José Sehn, e de Capanema, Milton Kaffer, maiores interessados na reabertura da Estrada manifestaram-se quanto à decisão judicial e afirmaram através do jornal da AMOP⁶⁹ – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – que quem perdia com isso era a população local.

Segundo Kaffer, o laudo pericial utilizado pela juíza para embasar sua decisão é distorcido. *A população recebeu a notícia com descontentamento, já que os aspectos que dizem respeito à história desses povos novamente não foram respeitados*, relatou. Para o prefeito, a Estrada do Colono faz parte da história e da cultura do povo. *Capanema tinha 30 mil habitantes e nos últimos anos perdeu 12 mil habitantes, pessoas decepcionadas com o que aconteceu e que perderam até mesmo perspectivas econômicas*, resumiu. *São pessoas que tiveram familiares separados e tiveram podado o direito de ir e vir*, comentou. Ainda na afirmação do prefeito de Capanema, a estratégia da defesa é questionar o laudo da peritagem contratada pelo IBAMA para fazer o levantamento do impacto ambiental

⁶⁷ <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/252132.pdf>

⁶⁸ O processo judicial referido pode ser acompanhado pelo portal da Justiça Federal do Paraná: www.jfp.gov.br.

⁶⁹ Disponível on-line em: <http://www.amop.org.br>

provocado pela abertura da travessia de 17,6 quilômetros: *Faltou humanidade à decisão da magistrada. É uma afronta à população.*

Já o prefeito de Serranópolis disse que seu município foi o mais prejudicado com o fechamento. *Como o Ibama quer que os moradores sejam parceiros do parque em sua preservação se o mesmo Ibama vira-se de costas a estas pessoas. É algo no mínimo inconcebível*, avaliou Sehn. As falas anteriores revelam o quanto o movimento pró e contra a abertura da Estrada do Colono está contido na oscilação da percepção do próprio Parque Nacional do Iguaçu.

Nesse limiar, como configuram as afirmativas legais, o meio ambiente preservado é direito e dever de todos e o poder público, em especial, tem a obrigação moral e legal de: atuar na repressão e na prevenção; na sensibilização dos crimes ambientais; considerar a educação ambiental regulamentada por lei e agir *orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e para atividades que levem à participação ativa das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental* (CONAMA, 2000).

Compreendo, desse modo, que os habitantes daquelas comunidades parecem pouco entender os limites e as possibilidades do meio ao qual estão inseridos. Pelo que pude considerar no decorrer da pesquisa, para os entrevistados, pelo menos, não é visível a sua relação com o meio como um dado inseparável, ou seja, como uma experiência interdependente em que, a destruição ou a conservação de um tem implicações simultâneas para o outro. Não aparece, para eles, a importância e a complexidade das relações ecológicas, o que me faz pensar que esses sujeitos não poderão, ainda que tenham consciência da proibição, modificar a relação histórica travada com a natureza naquele espaço. No entanto, esta pesquisa pautou-se na confiança de que só será efetivo um trabalho de preservação no interior deste Parque, se a relação com a comunidade de seu entorno for solidária e a mais clara possível.

Será que a comunidade, ao entender sua relação com o meio ambiente e considerar os órgãos ambientais como parceiros vai mudar sua conduta com relação ao conflito? O que são para eles os agentes que integram o movimento pró-fechamento da Estrada, perseguidores ou parceiros? Quando o Estado alega que sua ação é para proteger a fauna e a flora, como ficam os humanos nesse ecossistema? Quais violências marcam estas relações? Estas são algumas questões que foram percorridas durante a pesquisa de campo. Pretendi, outrossim, no decorrer dessa minha aventura e no contato mais freqüente com os

sujeitos da pesquisa, ampliar a compreensão das relações entre a comunidade do entorno do Parque, com os órgãos gestores e fiscalizadores e com a natureza em si, para pensar em novas e possíveis estratégias de trabalho a serem desenvolvidas. Procurei a aproximação dos locais, mas sem deixar de estranhá-los, para desafiar-me a uma problematização mais abrangente e, nessa dinâmica, compreender a importância da natureza viva para estas pessoas.

Não obstante, a administração do PNI lançou mão de estratégias de diminuição do impacto causado pelo conflito, como uma maior atuação nessas localidades, com o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável na região, estudo técnico das áreas agrícolas do entorno, a escola de educação ambiental (uma sediada em Capanema, além de Foz do Iguaçu e Matelândia) – Escola Parque –, ao que pude verificar através das entrevistas, também condicionado à não abertura da Estrada. Tais atitudes, embora ainda bastante incipientes, demonstram o quanto é latente a questão do conflito permeado pelo fechamento da estrada.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável está entre as reivindicações sistematizadas nas reuniões para a revisão do último Plano de Manejo do Parque⁷⁰ (elaborado em 1999). Pode-se notar que a participação dos municípios foi mais incentivada nos últimos anos, já que a não abertura de diálogo por parte da administração do PNI estava dentre as reclamações dos municípios, quando do embate em torno do fechamento da Estrada. E mesmo para a abertura de alternativas para o desenvolvimento da região, que teria sido prejudicada economicamente com o fim do Caminho do Colono⁷¹.

Os trabalhos do Programa foram iniciados em janeiro de 2004, integrando doze municípios do entorno: Capanema, Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia, Lindoeste, Santa Tereza do Oeste, Céu Azul, Matelândia, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu. Segundo a administração do PNI, o programa objetivaria:

incentivar o turismo como opção econômica de baixo impacto, estimular o desenvolvimento integrado, detalhar e ampliar o diagnóstico do potencial turístico existente na região,

⁷⁰ As principais medidas previstas para a revisão do Plano de Manejo: a readequação da área turística das Cataratas do Iguaçu - Foz do Iguaçu, que já foram providenciadas. Dentro dessas readequações estão: a abertura de novas áreas de exploração turística, dentre elas, o caminho do Poço Preto, concedido a Macuco Safári e Ecoaventura/AS, que já explorava o Passeio do Macuco – atração mais antiga das Cataratas, além da trilha propriamente dita, bem como, a readequação da área de alimentação e do Centro de Visitantes.

⁷¹ Ver Bonassa, 2004; Ostrovski, 2002.

disciplinando o seu uso e planejando-o em conjunto com as comunidades vizinhas. Também vem promover a conservação ambiental, a criação e o fortalecimento de associações e cooperativas visando a sustentabilidade da atividade turística. A oferta turística de uma localidade é constituída da soma de todos os produtos e serviços consumidos (utilizados) pelos turistas, podendo ser entre eles, recursos naturais, socioculturais e tecnológicos e equipamentos e serviços como alojamentos, serviços de alimentação⁷².

O município de Capanema já possuía algumas atrações turísticas, como balneários e agroindústrias, e na produção de alimentos orgânicos, com açúcar mascavo, horticultura, feijão, soja, milho e frutas. Em Capanema foi implantada a sinalização turística especial para a zona rural e a sinalização padrão do Ministério do Turismo, nas rodovias. Foi criada uma associação por parte do grupo participante, além da secretaria de turismo, por parte da prefeitura da cidade. Em Serranópolis do Iguaçu, esse mesmo trabalho foi iniciado em 2006. O Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável foi bem recebido pela população sem que, no entanto, se desse por resolvida a questão da Estrada; ela não entraria na discussão, ou seja, não estaria envolvida no processo do programa, seria algo à parte:

As ações desenvolvidas junto ao Programa foram extremamente elogiadas pela população regional que notou a iniciativa do IBAMA em conversar e auxiliar os municípios no seu desenvolvimento. Vale ressaltar, que em reuniões com as lideranças municipais ficou decidido que a questão da antiga 'Estrada do Colono' não iria interferir no andamento dos trabalhos, com isso nota-se a abertura da população para trabalhar em conjunto com a equipe do Parque, o que será estreitado com a continuidade dos trabalhos⁷³.

⁷² Disponível em www.ibama.gov.br

⁷³ Disponível on-line em <http://www.acaprena.org.br>.

Figura 01: **ROTEIRO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA:**



FONTE: <http://www.acaprena.org.br>

Embora com tais afirmações, o que pode ser constatado durante a estada nos municípios, principalmente em Capanema, onde se encontram mais organizados os projetos de ecoturismo, é que tais projetos ainda são incipientes. Há certo empenho por parte da administração do PNI, em qualificá-los. Uma demonstração desse empenho está no fato de terem sido privilegiados moradores do município para gerir as atrações turísticas. Sendo um órgão público, far-se-ia necessária a realização de licitações em âmbito mundial, o que dificultaria a concessão dos serviços tal qual foi feita.

A constatação feita é que esses serviços não potencializam mudanças de atitudes frente à relação comunidade e entorno do Parque que, em sua maioria, não tem acesso aos passeios oferecidos. Da mesma maneira, a detenção da gerência dos programas está em mãos de empresários, com capital econômico relativamente forte. A população ribeirinha, dentre a qual estão muitos das pessoas que adentram ao Parque para a retirada do palmito, em sua maioria está alheia a esses serviços, seja enquanto usuária seja enquanto trabalhador empregado. Isso me leva a crer que o esforço para a criação desses ambientes de ecoturismo, ainda está voltado como fonte exclusiva de lucros econômicos, o que pôde ser evidenciado pela fala dos organizadores, como:

Essa região pode nos render muitas coisas; é preciso trazer o estrangeiro, imagina se eles não estariam interessados em passar pela Estrada, em conhecer o PNI por dentro, o rio Florian. Estamos perdendo dinheiro⁷⁴!

Dentre as questões que permearam a pesquisa estava saber que olhares os habitantes do Parque Nacional do Iguaçu têm sobre o IBAMA, como órgão responsável pela conservação da natureza? Grande parte das afirmações indica que o órgão está distante do município, que não há uma relação de entendimento entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico e social para com os municípios, embora na maioria dos discursos haja uma aceitação da necessidade de preservação ambiental. Estas falas estarão presentes nos próximos capítulos.

Uma outra questão que permeou a pesquisa e as entrevistas com moradores dos mais diversos segmentos do município se refere ao interesse em saber: como os habitantes do Parque Nacional do Iguaçu configuram suas relações com o IBAMA, quando o imperativo do fechamento da Estrada do Colono se assenta na preservação do ecossistema do PNI? Desta questão podemos inferir, através da vivência na região, que a relação de ambos os municípios com o órgão gestor está condicionada às reivindicações pró-abertura da Estrada do Colono. As marcas do processo de fechamento, permeadas por todos os interesses relacionados ao mesmo, os quais serão abordados de forma mais detalhada no decorrer desse trabalho, condicionam todas as aspirações quanto às posturas na administração do Parque.

⁷⁴ Conforme relato inserido no Diário de Campo.

CAPÍTULO II

2. Reflexões tecidas entre textos e contextos

Acima desta arte que, diz você, acrescenta à natureza, existe uma arte produto da natureza.
William Shakespeare

O início deste capítulo me convida a pensar o meio ambiente com o apoio das palavras de Shakespeare, para quem este é parte integrante de um universo que também somos nós. O que me move ao encontro da questão ambiental e na busca de uma inserção cada vez mais aprofundada nesse tema é o desejo de compreendê-lo a partir das relações que nos constituem como seres vivos, filhos distintos do mesmo Universo. A implicação humanidade-humanidade não pode estar separada da relação do humano com a natureza que o constitui e que lhe é fundante.

O conceito de Complexidade, fundamentado por Edgar Morin, apresenta-se como base fundante da presente dissertação. O autor entende a Complexidade como um pensamento busca as relações necessárias e interdependentes de todos os aspectos da vida humana. Para ele, Complexidade é

a viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real; e de saber que as determinações – cerebral, cultural, social, histórica – que impõem a todo o pensamento, co-determinam sempre o objecto de conhecimento⁷⁵.

Algumas reflexões que embasam a pesquisa aqui narrada fazem parte da construção do pensamento ambiental, a partir da Modernidade e da sua fundamentação científica e tecnológica. Procuram mostrar como histórica e culturalmente vai se constituindo o humano separado da natureza e a visão de progresso e de desenvolvimento que move as sociedades modernas. Apresento ainda alguns componentes das discussões ambientais: o saber tradicional; a educação ambiental e algumas das compreensões que

⁷⁵ MORIN, E. **O método II** : a vida da vida. 2. ed. Publicações Europa-América, 1980, p. 14.

forjam suas bases epistemológicas. A intenção nesse momento é situar os aportes teóricos que orientam a escrita desta dissertação e guiam o olhar da pesquisadora entrelaçado com o campo.

2.1 Humanidade, natureza e a *hominização* do humano: da *modernidade* ao desenvolvimento sustentável

Maturana (2004) nos diz que a forma como vivemos em nossa cultura ocidental originou-se com o patriarcado, como estabelecimento da vida pastoril. Coloca-nos o termo cultura como uma rede fechada de conversações e lembra que as mudanças culturais ocorrem como modificações das conversações nas redes coloquiais em que vivem as comunidades, que se modificam mediante o emocional de seus membros. Assim, o patriarcado, como cultura, teria surgido como uma alteração na configuração do emocional que constituía o fundamento relacional da cultura matrística existente anteriormente, resultando daí, uma mudança dos valores mantidos geração após geração.

Esse modo embrutecido de viver nos inseriu em relações de artificialidade e dominação para com a natureza, inclusive com a nossa natureza, e nos distanciou de uma referencialidade que se consolida por uma rede de interdependências simultâneas, onde todas as formas de vida são imprescindíveis para a conservação da vida de cada um. No movimento de distanciar-se de si e do outro, o estilo de viver dos humanos forjou valores antropocêntricos que, progressivamente, passaram a pautar as relações com os demais seres vivos, fundadas na destrutividade de uns para a sobrevivência de outros. Orientados por essa cultura, hoje a humanidade, ainda que de forma parcial, luta para reconstruir o que destruiu, por reconhecer que a sua existência também está ameaçada. Eis porque as questões ambientais estão no palco dos principais centros de poder, afinal, nenhum organismo vivo pode escapar com segurança se o seu *nicho vital* (ASSMANN, 1999) for devastado.

A questão da artificialidade está presente desde a formação das primeiras sociedades. Toda formação social se estabelece numa circunscrição, o que exige controle e transformação da natureza. A cultura emergente, nesse sentido, é resultado de um processo de artificialização da natureza. Para Moscovici (1975), o que causa a irrupção do gênero

humano e sua supremacia sobre os demais animais é justamente a possibilidade, em construindo a cultura, de elevar-se acima da natureza e para além dela.

Analisando alguns trabalhos de antropólogos e paleontólogos, Moscovici mostra que em nenhuma fase de sua evolução, o ser humano esteve dependente apenas do orgânico ou do instintivo. A sociedade constitui-se justamente na afirmação de sua independência em relação à natureza (irracionalidade, acaso, animalidade, instintos), numa posição de defesa contra as intempéries do mundo natural. A questão do artificial se desloca, assim, de uma possível dicotomia com o natural, pois a sociedade e o humano se fazem no processo de artificialização do mundo. No entanto, Moscovici irá mostrar que os mais remotos grupos animais viviam em sociedades, desde os primeiros primatas, humanóides. As sociedades não nasceram com o homem, mas são formas de organização anteriores a ele e que, ao que tudo indica, continuará sem ele.

Aquilo que diz respeito ao desequilíbrio ecológico, ao crescimento das populações e ao aperfeiçoamento do meio ambiente (...) Saber como governar as forças materiais, como reduzir as distâncias entre expansão demográfica e os recursos do ambiente, que papel atribuir ao progresso científico, suscita movimentos sociais e obriga-nos a rever nossas opções fundamentais (...) a pôr em dúvida a idéia segundo a qual o homem é senhor e dono da natureza, como se conquistasse, de fora, o universo das coisas⁷⁶.

Para Antonio (2006) o distanciamento humanidade x natureza se dá principalmente a partir de Descartes, que marca *a ascensão do pensamento moderno antropocêntrico*. A partir de Kant, no entanto, se destaca a necessidade de o homem dominar a natureza, através da *razão esclarecedora e dominadora dos fenômenos naturais (...) porque precisava desenfeitiçar a natureza⁷⁷*. Mesmo o modo de pensar constituído numa cultura de valores que nos conduz a pensar ou desprezar a existência de outras formas de cultura e relações sociais no mundo⁷⁸. Nesse sentido, não compreendemos – ou não nos interessamos em compreender – a existência de outras formas de organização social no

⁷⁶ MOSCOVICI, S. **Sociedade contra a natureza**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 8.

⁷⁷ ANTONIO, C. A. (org). **Modernidade, Progresso e Ciência: alusões aos Cursos de pós-graduação e extensão Movimentos sociais e desenvolvimento**. In: Movimentos sociais e desenvolvimento: integração político-pedagógica nos cursos de pós-graduação e extensão. Francisco Beltrão: Unioeste, 2006, p. 22.

⁷⁸ O autor citará como exemplo nessa questão, o caso das populações indígenas e os quilombolas; mas cito, além disso, as populações tradicionais (seringueiros, caipiras, caiçaras, entre outras) estudadas por Diegues (2004).

mundo e, conseqüentemente, a possibilidade de existência de outras relações ambientais (ANTONIO, 2006).

A descoberta da alteridade é uma relação que nos permite deixar de identificar nossa pequena província de humanidade com a humanidade, e correlativamente deixar de rejeitar o presumido “selvagem” fora de nós mesmos. Confrontados à multiplicidade, a priori enigmática, das culturas, somos aos poucos levados a romper com a abordagem comum que opera sempre a naturalização do social (como se nossos comportamentos estivessem inscritos em nós desde o nascimento, e não fossem adquiridos no contato com a cultura na qual nascemos⁷⁹).

A alteridade apresenta-se aqui como a co-construção da realidade, o trazer as falas do outro como construtoras também do nosso pensar; apresenta nossa inseparável relação com o outro para que possamos ver a nós mesmos enquanto seres pertencentes ao mundo e às sociedades que constituímos e que nos constituem.

Sob o aspecto da modernidade, progresso e ciência tornaram-se pilares essenciais para a compreensão da constituição histórico-cultural da humanidade. A noção de “progresso” é também fundamental para o entendimento das práticas sociais e a produção de conhecimento pela ciência. Essa noção de progresso entendido pelo pensamento moderno trouxe como eclosão predominante a divisão social e técnica do trabalho, para que chegássemos a um estilo de vida com tantos deleites e confortos, a um desenvolvimento enfático da ciência e da tecnologia, ao mesmo tempo em que essas conquistas se contradizem com a possibilidade de todos usufruírem desses benefícios (ANTONIO, 2006).

Dois autores corroboram com essa compreensão. Castoriadis (1987), por exemplo, observa que a técnica desenvolvida pela humanidade conseguiu degradar irremediavelmente a natureza sem que, em contrapartida, pudesse solucionar os problemas da organização social que construiu, nem tampouco diminuir a miséria de dois terços do mundo, apesar de toda a expansão tecnológica provida pela idéia de progresso. Châtelet (1994), por sua vez, destaca que as conseqüências da idéia de domínio da natureza pela humanidade concomitou com o domínio dos homens sobre os homens.

⁷⁹ Laplantine, 2000, p.23 apud Antonio, op. cit. p. 26.

Morin (2002, p.78), também dirá que no fundamento da idéia dominante de desenvolvimento está o grande paradigma ocidental do progresso. *O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento.* Para o autor, o desenvolvimento, além de ser um mito global das sociedades industrializadas, que afirmam a redução das desigualdades extremas, é uma concepção reducionista, em que o poder econômico é protagonista de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Assim, essa concepção “tecno-econômica” ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. A partir disso, a noção de subdesenvolvimento acaba sendo, nas palavras do autor, *um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento.*

A crença neste desenvolvimento esconde disparidades extraordinárias, porque está envolta na confiança no progresso, então, justifica as mais duras formas de governo e polariza as diferenças Norte e Sul, da mesma forma como se cegou às riquezas das sociedades arcaicas e tradicionais, vistas apenas por meio das lentes da economia e do *progresso*. Este mesmo desenvolvimento que nos trouxe a noção do individual, da intimidade, da comunicação, nos traz também a *atomização dos indivíduos, que perdem as solidariedades antigas sem adquirir novas, a não ser anônimas e administrativas*⁸⁰. O que se apresenta através da noção de progresso é também uma idéia de DES-envolvimento, onde o prefixo indica que esse mesmo progresso não está pensado para “envolver” a todos; ao contrário, a intenção obscura esconde as intencionalidades de uma sociedade orientada pelo lucro predatório e pela exclusão dos interesses das maiorias que habitam o planeta, nas diferentes formas de vida.

Se aprofundarmos essa metáfora para fazer uma relação com o meio ambiente, o progresso pode ser entendido como um modelo deste DES-envolvimento, cuja proposta vai de encontro ao pensamento ambiental predominante, para o qual a prática essencial não é a integração do ser humano como parte do meio ambiente onde se insere. Os contrários a esta concepção, entre os quais me incluo, sabem que não há possibilidade de se sustentar o progresso com a degradação dos recursos ambientais, ou como nos inspira Morin (2002, p. 90), *a tomada de posse da técnica torna-se ao mesmo tempo tomada de posse pela técnica.*

No âmbito das críticas feitas ao termo “desenvolvimento sustentável”, que corroboram com o entendimento exposto acima, estão aquelas construídas por estudiosos

⁸⁰ Ibid, p. 79.

como Montibeller-Filho (2004). Para ele, torna-se inviável, dentro do sistema capitalista, a possibilidade de sustentabilidade em todas as suas dimensões, sejam elas social, cultural, econômica, espacial e ecológica (SACHS, 1986), embora essa última tenha recebido maiores atenções e referenciais quando se trata do conceito.

Segundo o proposto pela Conferência de Estocolmo e adotado de maneira geral: Desenvolvimento Sustentável é a forma de desenvolvimento que se pratica conservando e usando de forma sustentável, por tempo indeterminado, os componentes da biodiversidade por ele utilizado. Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas. Embora as crescentes críticas ao uso do termo ‘desenvolvimento’, juntamente com o termo sustentável, pelo que nos referimos acima, o uso da expressão sustentabilidade, no entendimento desse trabalho, não modifica o conceito, nem o difere em seus objetivos. Assim também considero outros, como Desenvolvimento Sustentado, que não rompem com a lógica do DES- envolvimento econômico.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge no contexto do enfrentamento da crise ambiental, configurada na degradação sistemática de recursos naturais e nos impactos negativos desta degradação sobre a saúde humana. Duas correntes interpretativas se sobressaem neste processo. Uma primeira – econômica e técnico-científica - que propõe a articulação do crescimento econômico e a preservação ambiental, influenciando mudanças nas abordagens do desenvolvimento econômico, notadamente a partir dos anos 70. A segunda, relacionada com a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo, que se difunde a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, momento no qual a questão ambiental ganha visibilidade pública e se coloca a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. (JACOBI, 2005).

Autores como Carvalho (2003); Leff (2003); Sauvé (1999) mostram como um discurso ambiental dissociado das condi es sócio-históricas pode ser alienante e levar a posi es politicamente conservadoras, na medida em que não mobiliza, através de um *consenso dissimulado* (CARVALHO, 2003), em virtude da generaliza o e esvaziamento do termo desenvolvimento sustentável, as diferenças ideológicas e os conflitos de interesses que se confrontam no ideário ambiental.

Santos (2004) destaca o impasse que se estabelece com a manuten o do crescimento do Norte e a necessidade de desenvolvimento do Sul. Torna-se difícil pensar um modelo não-produtivista de sociedade, na medida em que a polariza o   cada vez

mais acentuada entre o Norte e o Sul. A questão ambiental é uma preocupação com as futuras gerações e as políticas nacionais e internacionais trabalham com metas em curto prazo. As metas, principalmente do Norte, não permitem uma redução dos lucros em face às exigências ambientais. Nesse sentido, medidas preventivas globais são dificultadas em face das diferentes possibilidades com que cada país tem para agir com relação ao meio ambiente.

Analisando à luz dos três sectores relacionadas – o aumento da população, a globalização da economia e a degradação ambiental – o espaço-tempo mundial parece defrontar-se com uma situação dilemática a vários níveis. Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar continuarão confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto os seus custos se distribuirão por uma maioria sempre crescente. Se bem que a lógica e a ideologia do consumismo se globalize, cada vez mais, a prática do consumo continuará inacessível a vastas massas populacionais. As desigualdades sociais entre o centro e a periferia do sistema mundial tenderão, pois, a agravar-se⁸¹.

A partir disso, podemos inferir que a sujeição da natureza ao homem se dá como extensão da subordinação de pessoas a outras pessoas, uma vez que o ser humano é inseparável da natureza. Talvez a crise ecológica esteja intimamente ligada à crise social. Por isso, Morin (1999, p. 159) alerta sobre a falsa racionalidade. Para ele, o racional é compreender a complexidade do real: *a racionalização, apesar de desmentidora, tem os mesmos ingredientes que a razão. A única diferença é que a razão deve estar aberta e aceita, e reconhecer, no universo, a presença do não racionalizável, ou seja, o desconhecido ou o mistério.* Portanto, uma verdadeira postura racional se abre para o diálogo com o outro e com o mundo e rejeita as intervenções centralizadas e de cima para baixo. Em nome dessa falsa racionalidade muitos pseudo-avanços acontecem, seja na área ambiental ou econômica, mas, esquecendo-se das conseqüências e mesmo da complexidade das relações sociais e ecológicas, das conseqüências gravíssimas que podem favorecer o aumento dos problemas que se quis resolver, e criar outros com difíceis soluções.

⁸¹ SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996, p. 299.

A falsa racionalidade, coberta pelo viés exclusivamente economicista, não percebe a totalidade com que lida. A questão ambiental pode ser referência para esta análise. A revolução verde que prevê alimentação para os países subnutridos incentivou as monoculturas nesses locais. A consequência disso se verifica com a desertificação de vastas áreas florestais, com a erosão do solo, com o êxodo rural e a favelização, em consequência. Além disso, a diminuição da diversidade biológica e das culturas agrícolas dominadas pela monocultura e seus pesticidas.

A partir disso, o autor citado irá dizer que o ser humano já passou por vários nascimentos, quais sejam: o primeiro, no começo da hominização; o segundo, na emergência da linguagem e da cultura; o terceiro, com a ascensão do *homo sapiens*; o próximo teria se dado com a criação da história: agricultura, domesticação de animais, criação do Estado. A quinta e necessária, embora ainda não provável, *seria o nascimento da humanidade, que nos faria sair da idade de ferro planetária, da pré-história do espírito humano, que civilizaria a Terra e veria o nascimento da sociedade/comunidade planetária dos indivíduos, das etnias, das nações*⁸².

Com esse nascimento seria possível também pensar em outro referencial para conceber o desenvolvimento, *muito mais rico que aquele, embrionário e mutilado, que foi promovido e difundido (...) e que deve ser pensado total e radicalmente*⁸³. Para Leff (2001), se a racionalidade econômica e instrumental reduziu a apropriação da natureza a um caráter homogêneo ou o capitalismo penetrou nos interstícios do cotidiano e da subjetividade, tornando o mundo marcado por um processo homogêneo e unidimensional, a sustentabilidade propõe uma mobilidade para a construção de uma nova racionalidade social e produtiva, a racionalidade ambiental. Esta pressupõe heterogeneidade e complexidade, incorporando, dessa forma, princípios e valores que não se reduzem a uma lógica de mercado, nem a uma racionalidade científica que serve de instrumento de dominação da natureza. Essa nova racionalidade é composta a partir de uma desconstrução da racionalidade capitalista (instrumental), passando pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diversos atores sociais.

A racionalidade ambiental proposta por Leff (2001a) precisaria ser construída mediante a articulação de quatro esferas: *racionalidade substantiva*: um sistema que define valores e objetivos que orientam a ação social; *racionalidade teórica*: articula os valores da

⁸² MORIN, E. KERN, A. B. **Terra-pátria**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 101.

⁸³ *Ibid*, p. 96.

racionalidade substantiva com os valores ecológicos, tecnológicos, culturais, etc. que constituem condições materiais, motivações na construção da racionalidade social e produtiva; *racionalidade instrumental*: cria vínculos entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável; e *racionalidade cultural*: produz a identidade de cada cultura, onde as práticas sociais e produtivas estão em coerência com os recursos naturais (LEFF, 2001a). É a partir dessa racionalidade que se forma o *saber ambiental*.

A construção do saber ambiental ainda se mostra como um desafio tanto para as comunidades do entorno do PNI, quanto para os gestores da unidade. Nesse sentido, a configuração desse saber está ligada a uma mudança paradigmática sobre Desenvolvimento, que também move as práticas econômicas, culturais e sociais dessas comunidades.

A caça é cultural, está diminuindo porque a caça está acabando, mas também porque os mais novos não vão mais se deixando levar pelo tio, pelo pai, não são todos. Mas eu temo que quando a gente consiga mudar a cabeça desse povo seja tarde demais, não tenha mais bicho. A falta de algumas espécies pode trazer conseqüências graves para o Parque. (Jequitibá, em 03.03.2008 cf DC)⁸⁴.

O saber ambiental pressupõe uma integração de saberes – científicos e tradicionais – e valores práticos e éticos. O saber ambiental pode ser entendido como fator de dissenso e permite pensar a complexidade dos saberes, no sentido de construir uma racionalidade ambiental contra a racionalidade técnica e instrumental. A racionalidade ambiental baseia-se no *potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades*. Para Leff (2001a), o grande desafio da sustentabilidade é a percepção do ambiente como *potencial produtivo sustentável*, incorporando pensamento complexo numa nova racionalidade social que aglutine a ecologia, tecnologia e cultura com objetivo de gerar um desenvolvimento alternativo.

Portanto, para esse autor, o desenvolvimento sustentável constitui-se como um projeto político e social que aponta para a diversificação, tanto dos tipos de desenvolvimento, quanto do modo de vida das populações, oferecendo assim novos referenciais à democracia, os quais induzem à uma *participação direta das comunidades*

⁸⁴ Nome usado metaforicamente para fazer alusão às espécies de Mata Atlântica. A relação desses agentes é feita detalhadamente no capítulo III.

*na apropriação de seus recursos ambientais*⁸⁵. O desenvolvimento sustentável indica, além da necessidade de conservar a diversidade biológica, a valorização da diversidade cultural. Essa nova ordem seria orientada pela racionalidade ambiental onde haveria diversos valores culturais e o confronto de interesses sociais opostos, permeados por relações de poder, pela reapropriação da natureza e pela gestão dos processos produtivos.

Leff (2002; 2003) propõe um diálogo de saberes, o qual pressupõe ir além da interdisciplinaridade dos conhecimentos construídos cientificamente, uma vez que, para o autor, a problemática ambiental rompeu o campo dos paradigmas científicos e disciplinares do conhecimento. Uma administração científica da natureza (LEFF, 2001b *apud* BONASSA, 2004) certamente não possibilita um processo de interação para a superação de conflitos sócio-ambientais. As comunidades estudadas mostram saberes que podem contribuir para a interação entre o setor econômico local e o ambiental. As produções orgânicas de soja ou de subprodutos coloniais, como o melado, o açúcar mascavo, indicam um grande potencial a ser incentivado e posto em prática de maneira mais efetiva.

Mas, para isso, é essencial a palavra diálogo, onde conciliar o conhecimento peculiar dessas comunidades implica também contribuir com outros saberes, sejam tecnológicos ou logísticos para a efetivação de propostas. As falas da administração do PNI indicam a compreensão da necessidade de aproximação desses saberes, o que, no entanto, esbarra em outros impedimentos, tais como, estruturais ou de planejamento, aliados, no caso das comunidades descritas aqui, à problemática estudada e melhor detalhada nos capítulos I e III desta dissertação.

O diálogo de saberes num processo de interação é a confluência de conhecimentos e subjetividades diversas, onde negociar conflitos não significa utilizar-se da indução e do convencimento de que há uma única forma de apropriar-se da natureza. É preciso, antes, reconhecer a existência dos saberes diversificados para se romper com essa lógica unitária de percepção sobre a natureza, seus processos e seu potencial. Portanto, o consenso, a negociação, o acordo, nesse sentido, não implicam em dissolução das diferenças culturais e políticas (BONASSA, 2004).

⁸⁵ LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001a, p. 57.

2.2 O *ambiental* na educação: mudança de concepções ou um substantivo novo para práticas velhas?

O meio ambiente natural passou a ser foco de constante discussão dentro das questões sociais contemporâneas, no que tange às preocupações da sociedade moderna com o curso de sua evolução. As últimas décadas trouxeram à tona a questão da necessidade de se rever a postura frente ao meio ambiente. Estudos e discussões a respeito disso se intensificam principalmente a partir da década de 70 em âmbito internacional e, posteriormente, nacional, por meio de diversas Conferências que expuseram de maneira mais efetiva os problemas com a degradação da natureza e seu impacto a médio e longo prazo. Desde 1972 em Estocolmo⁸⁶, deram-se partida a discussões de âmbito internacional, que visassem novas estratégias de solução aos problemas ambientais existentes e prevenção de grandes catástrofes anunciadas, como as conseqüências futuras do aquecimento global.

Contudo, constata-se que as medidas ambientais adotadas no Brasil tiveram menos um viés de preservação ambiental, que de crescimento econômico. A evolução do entendimento econômico com que se via a natureza no Brasil permanece ao longo dos processos de estruturação política. Nesse sentido, as principais políticas de proteção ambiental surgem das exigências internacionais, como condição para investimentos econômicos no país.

Para se compreender como se dá a entrada das questões ambientais no Brasil, deve-se ter a apreensão além da situação política econômica que o país vivia na década de 70, mas toda uma formação histórico-social, marcada por uma cultura de exploração dos recursos naturais. Como bem ressalta Diegues (2004), o próprio nome do país remete a um símbolo de devastação de recurso natural, o Pau-brasil. O “esgotamento” dos recursos brasileiros se seguiu com os grandes ciclos econômicos da mineração, da erva-mate, da pecuária extensiva, do café e do algodão⁸⁷. Mesmo as primeiras preocupações com a degradação das florestas se remetiam à importância econômica:

⁸⁶ Em termos de estudos da Ecologia, destaca-se o livro *Primavera Silenciosa*, da ecologista e cientista americana Rachel Carson (1962), como grande marco das discussões dos problemas ambientais (DELÉAGE, 1993). Ao falar do perigo do uso indiscriminado de inseticidas na agricultura, Carson alertava sobre a perda da fertilidade agrícola e os impactos ecológicos por isso gerados.

⁸⁷ Uma melhor discussão sobre essa questão pode ser encontrada em Caio PRADO JÚNIOR, *História econômica do Brasil*, 1979; Carlos José Caetano BACHA. *A dinâmica do desmatamento e do reflorestamento no Brasil*, 1993.

A economia colonial, continuada por ciclos de exportação de produtos agrícolas (sobretudo o açúcar e depois o café), representou grande devastação das florestas, principalmente as costeiras (...) As únicas vêm de Cartas Régias da Coroa Portuguesa, no século XVIII, que estava preocupada com a falta de madeira para a construção naval⁸⁸.

Diegues aponta ainda que os primeiros movimentos para preservação dos recursos naturais (nesse momento destaca-se as florestas) dentro do Brasil vai se dar por pretensões científicas, *influenciadas pelo positivismo que dava ênfase à necessidade de desenvolvimento da ciência para resolver o problema do atraso econômico do Brasil⁸⁹*. Para atender essas novas preocupações com a preservação da natureza, será pensada, a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos, a criação de parques nacionais, como maneira de conservar áreas as quais sejam compreendidas como de relevante interesse ecológico, dentro de um entendimento de um *naturalismo reativo⁹⁰*, *que compreendia que a única forma de proteger a natureza era de afastá-la do homem* (Diegues, 2004).

Diegues, entretanto irá afirmar dentro do que ele chama de *o mito moderno da natureza intocada*, (um neomito, que prega o que seria um retorno ao *paraíso perdido*) que a preservação dos recursos naturais deve caminhar junto com a preservação dos recursos culturais; critica a criação de áreas de conservação, citando que por trás delas existem diversos fatores não avaliados, por quem ele destinará a expressão de *preservacionistas puros*.

Contudo, há a necessidade de referenciar de onde o autor está se situando, tendo em vista a herança cultural predatória em que foi constituído, através de um legado apreendido pelos colonizadores. Repensar a separação entre áreas de conservação e retirar populações tradicionais de biomas como o Amazônico requer uma análise cuidadosa. No entanto, em áreas extremamente pressionadas pelo DES-envolvimento urbano, agrícola e industrial, como a Mata Atlântica que abrange o PNI, é extremamente perigoso. As áreas estimuladas por campanhas publicitárias, como a que seduz as pessoas para que *plantem até em cima dos rios⁹¹*, a criação de unidades de conservação é a única forma de garantir a proteção imediata, ainda que de maneira relativa. Embora o cerne deste trabalho esteja na reflexão

⁸⁸ DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 112.

⁸⁹ Ibid, p. 113.

⁹⁰ A esse respeito ver Serge MOSCOVICI, 1975.

⁹¹ Cf DC, essa fala foi destaque nas vozes de muitos agentes entrevistados.

das formas de gestão que distanciam as populações das questões ambientais, o caso do PNI requer uma participação mais ampla, a partir de novas formas de relação com o meio ambiente e os povos que estão diretamente ligados a ele.

Dentre esses fatores, o autor cita o meio político de se garantir recursos financeiros internacionais; a perda de conhecimento etnocientífico; destaca ainda os paradoxos, quando se proíbe a habitação e *atividades tradicionais*⁹², *em grande parte relacionadas à agricultura de subsistência (...) sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades artísticas para usuários de fora da área*⁹³. Remetemos-nos a essa discussão porque ela se faz necessária para o entendimento da questão da articulação dos movimentos ecológicos e as políticas públicas para o meio ambiente no Brasil. Isso também se reflete no caso do PNI e entra na análise do discurso empreendida na luta pela posse da Estrada do Colono, quando as diferentes posturas de gestão de áreas diferenciadas são discutidas em torno das reivindicações das outras áreas do entorno. Na estada nessas comunidades pude perceber o quanto esse argumento aparecia em diversas falas, de setores diferentes:

Lá em Foz do Iguaçu pode se andar, pode-se fazer hotel, nem por isso a natureza está ameaçada. Aqui, trataram a população como bandido. (Canela, em 05.03.08).

Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como estratégia de mudanças de atitudes da sociedade perante o meio ambiente. Cita-se, a partir disso, as Conferências de Estocolmo (1972), Tbilisi (1977) e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Rio de Janeiro (ECO-92). Apesar de Estocolmo colocar pela primeira vez o termo Educação Ambiental e pautar alguns de seus objetivos, será a Conferência de Tbilisi (Rússia), cinco anos depois, que definirá a Educação Ambiental de maneira mais precisa, contextualizada, visando sua efetividade em âmbito mundial.

Dentro das orientações da Conferência de Tbilisi⁹⁴, pode-se destacar:

- A relação entre a chamada crise ecológica e o “mito do domínio da natureza

⁹² Para Diegues (2004), populações tradicionais além de povos indígenas, incluem populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos, com isolamento relativo.

⁹³ Diegues, op. cit. p, 19.

⁹⁴ Um maior entendimento sobre isso pode ser encontrado na publicação do Ministério do meio Ambiente: “Educação Ambiental: as Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi”, 1997.

pelo homem”; ao insistir em seu poder de conquista, com sua capacidade de resolver todos os problemas, o homem contribuiu na criação da situação crítica em que se encontra atualmente.

- Os problemas ambientais não poderão ser resolvidos por especialistas em educação ambiental, pois não haverá soluções viáveis sem transformações na educação em geral, em todos os níveis e modalidades.

- O dever de uma EA não é a conservação, ou seja, o simples intercâmbio de informações técnicas fragmentadas.

- A incorporação de mudanças depende de uma transformação no paradigma educacional em longo prazo.

Percebe-se que Tbilisi relacionou a EA com os aspectos econômico e sócio culturais e a intrínseca relação entre esses fatores. Será a partir dela que no Brasil, por exemplo, os Parâmetros Nacionais Curriculares serão organizados, colocando a Educação Ambiental em evidência e dentro das atividades escolares. A própria Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de meio ambiente, influenciada por Tbilisi, incluiu um princípio a respeito da Educação Ambiental.

Embora a Conferência de Tbilisi seja considerada por estudiosos como inovadora e progressista na contextualização da Educação Ambiental (Brügger, 2004; Bär, 2007), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMA (Eco 92) retomou a questão ambiental vinculando-a ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, seguiram os próximos debates em torno da questão ambiental, que podem ser observados em relatórios internacionais como “Nosso futuro comum” (CUÉLLAR (org), 1991) e “Nossa Diversidade Criadora” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1997). Um retrocesso quanto à EA, bem observado por Paula Brügger (1994, p. 14):

Parece em princípio estranho que dez anos depois que um documento, de alcance internacional, tenha aberto a possibilidade de desdobramentos epistemológicos - e, portanto mais amplos - da questão ambiental, tais desdobramentos tenham se concretizado em um universo essencialmente instrumental.

Corroborando com esse pensamento, Vera Catalão nos dirá que em EA

*sobretudo nas escolas, a despeito do volume de discussão acumulada, das grandes conferências sobre o tema e dos projetos desenvolvidos nas escolas e comunidades, não temos conseguido a emergência de atitudes solidárias e sustentáveis em relação ao meio ambiente e à natureza*⁹⁵.

Como bem destacam vários autores (CARVALHO, 2002; JACOBI, 2005; LOUREIRO, 2001; ROCHA, 2003), o termo Educação Ambiental passou a ser usado por diversos segmentos sociais, políticos, empresariais e mesmo ambientais. Em grande parte das vezes a referência ao *ambiental* da educação, é usada para as técnicas de melhores usos da água, solo, programas de reciclagem, etc. o que, em meu entendimento, se dá numa relação do que Brügger (2004) chamará de *adestramento ambiental* e que eu, ousadamente, chamarei aqui de *consumismo limpo*, ou seja, numa indução para um consumo racionalizador (MORIN, 1999) que naturaliza as práticas de consumo sem questioná-las.

Assim, a EA exposta neste projeto estará envolvida com a busca da transformação humana, definida como emancipatória, tendo referenciais do pensamento crítico sobre educação em Paulo Freire, Snyder e Giroux, e paradigmáticas: Capra, Morin, Leff, Prigogine, Vieira, Santos e Boff, dentre outros. Assim, propõe uma educação baseada em práticas, orientações e conteúdos que transcendem a preservação (Jacobi, 2005). No entendimento da *educação ambiental crítica, o conhecimento para ser pertinente não deriva de saberes desunidos e compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis ao processo pedagógico* (MORIN, 2002 *apud* JACOBI, 2005).

Sachs (1993) afirma que não há limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam a superação do estado de degradação ambiental em que se encontra o planeta. Os obstáculos são, contudo, políticos e sociais. O autor destaca que a ECO 92 foi importante por relacionar os *direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente saudável*, apesar de que, dentre os vários documentos assinados, houve poucos resultados positivos. A Agenda 21 é considerada como o documento mais abrangente formulado na CNUMA (SACHS, 1993) que, embora sancionada pela comunidade internacional, para muitos estudiosos não passa de um enunciado de boas intenções, sem caráter obrigatório. Sachs, no entanto, acredita que a Cúpula da Terra, influenciada por Estocolmo, tenha aberto oportunidades para ações

⁹⁵ Disponível online em http://www.cetrans.com.br/artigos/Vera_Lessa_Catalao.pdf, sob o título: A redescoberta do pertencimento à natureza por uma cultura da corporeidade.

que se desdobrariam ao término do encontro; ou seja, colocou em pauta a questão das desigualdades econômicas e sua relação com a degradação ambiental:

O conclave diplomático foi precedido e acompanhado, de uma série de eventos amplamente abertos ao público: Conferências, encontros científicos, fóruns de movimentos da sociedade civil, dos povos indígenas e de líderes religiosos (...) O mais importante, porém, foi o processo de osmose entre eles, facilitado pela ampla cobertura da mídia e por contatos informais⁹⁶.

Ao que parece, o maior empreendimento construído pela CNUMA foi a abertura da difusão da questão ambiental, ou seja, ela foi posta em cena e, ao que tudo indica, para permanecer. Mas, a verdadeira consciência ecológica, de acordo com Lima (1998, p. 40), expressa a compreensão de que a presente crise ecológica articula fenômenos naturais e sociais e, mais do que isso, privilegia as razões político-sociais da crise a motivos biológicos e/ou técnicos. Isto porque entende que a degradação ambiental é consequência de um modelo de organização político-social e de desenvolvimento econômico, que estabelece prioridades e define o que a sociedade deve produzir, como deve produzir e como será distribuído o produto social. Isto implica no estabelecimento de determinado padrão tecnológico e de uso dos recursos naturais, associados a uma forma específica de organização do trabalho e de apropriação das riquezas socialmente produzidas.

Diferentes visões⁹⁷ levantam múltiplas possibilidades de interpretação nos campos natural, social e político. A partir dos anos 90 do século XX, fica visível a influência dos movimentos ambientalistas no cenário mundial. Para Rocha (2006, p.55) *ainda que a maior parte dos problemas ambientais persista, os estudos das tipificações desses movimentos nos auxilia a avaliar seu potencial transformador, expondo dimensões e conflitos capazes de organizar novas identidades culturais.* Esses movimentos, longe de

⁹⁶ SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993, p. 62.

⁹⁷ Dentre essas visões podemos destacar: Conservacionismo – preservação da vida selvagem; Capitalismo Ecológico – para os quais o progresso científico é sempre capaz de desenvolver as condições necessárias para a solução dos problemas ecológicos; Ecologia Profunda – o central desta teoria pode ser vista como a substituição do antropocêntrico pelo biocêntrico; Ecomarxismo – inicialmente conduzida pela crítica de seus formuladores à visão estática de Marx com relação à natureza. (Rocha, 2006). Para Montibeller-Filho (2006), esse movimento, vertente da ambiental marxista, que elabora a tese da segunda contradição fundamental do capitalismo – sua relação com o meio ambiente; a primeira contradição seria o funcionalismo interno do capitalismo, quando explora de forma degenerativa suas fontes de lucro (O’CONNOR, 1992 apud MONTIBELLER-FILHO, 2006 pp, 181-183).

serem apresentadas como caráter hegemônico, nos auxiliariam em uma crítica ecológica mais consistente.

À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso dos espaços, dos recursos e da aprendizagem. Assim, a solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro das próximas gerações (SABIÁ, 2002) e está envolvida com a relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual.

A educação ambiental, como outras áreas de conhecimento, pode assumir, assim, *uma parte ativa de um processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução dos problemas* (VIGOTSKY, 1991). Trata-se de um aprendizado social, que é baseado no diálogo e na interação, que está em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados.

Como campo de conhecimento ainda em construção, a EA requer trabalho epistemológico constante para não cair na reprodução de técnicas desligadas do intuito ao qual se propõe. Nas comunidades estudadas, a EA se mostra quase que exclusivamente pelo viés institucional e proposta com caráter de treinamento (Capítulos I e III). A EA na rede pública desses municípios se resume a pequenos projetos como limpeza de rios, reciclagem, voltados às escolas ou a comunidade, como na distribuição de mudas aos agricultores, sejam elas frutíferas ou para o cumprimento das exigências legais quanto às Áreas de Proteção Permanente - APPs.

Mas, o mais desafiador não seria evitar cair na simplificação de que a educação ambiental poderá superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente, mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social de cada indivíduo? Cabe sempre enfatizar a historicidade da concepção de natureza (CARVALHO, 2001), o que possibilita a construção de uma visão mais abrangente, mais complexa, como é o caso e que abra possibilidades para uma ação em busca de alternativas e soluções.

A Educação Ambiental é tida como instrumento de socialização, conscientização e sensibilização entre homem e meio ambiente. Dessa forma, a legislação brasileira, através da Lei 6938/81, que regulamenta a política nacional de meio ambiente e tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental que propiciam a vida. Para tanto, prevê *a educação ambiental em todos os níveis, inclusive a educação da*

comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. (Art 2, inciso X). A EA se apóia num ideário que conduz à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio do ecossistema para todos os seres vivos. É um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de atitudes que se transformam, necessariamente, em práticas de cidadania que garantem uma sociedade sustentável (JUNIOR e PELICONI, 2002, p.3).

Tomando-se como referência Vigotsky (*apud* TAMAIO, 2000) pode-se dizer que um processo de reconstrução interna dos indivíduos ocorre a partir da interação com uma ação externa (natureza, reciclagem, efeito estufa, ecossistema, recursos hídricos, desmatamento), na qual os indivíduos se constituem como sujeitos pela internalização de significações que são construídas e reelaboradas no desenvolvimento de suas relações sociais. Existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como, o papel educativo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação sócio-ambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ecológica, expandindo as possibilidades de a população participar do processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. (JACOBI, 2003). Em suma, a educação ambiental pode ser vista também como uma luta pela difusão de concepções plurais de mundo, pois é lamentável que o adjetivo ambiental ainda signifique uma maneira de garantir mão-de-obra para gerenciar, de *uma nova forma, os mesmos apocalipses ambientais* e as estruturas que os desencadeiam (BRÜGGER, 2004).

Godelier (1984, *apud* DIEGUES, 2004) mostra que nenhuma ação do homem sobre a natureza se inicia sem que se tenha uma representação sobre ela, reflexos de condições materiais que as formam. No entanto, essas representações irão variar conforme variam as relações produtivas e culturais das diferentes regiões; daí a necessidade de se conhecer as representações que determinado grupo estabelece com a natureza, para que se possa agir a partir delas, para se compreender o porquê, agindo sobre o mesmo ambiente, uma sociedade irá degradá-lo e outro não.

Para Moscovici (2003), é em função das representações sociais que se movem grupos e indivíduos. Dessa forma, surge a necessidade de se compreender como se operam essas representações. As representações sociais, segundo ele, não derivam de uma única sociedade, mas de outras dentro de uma maior, a qual não podem ultrapassar. Capanema e

Serranópolis do Iguaçu, cujas colonizações são marcadamente sulistas, nos trazem aspectos importantes quanto a essa colocação. Mesmo algumas das atividades impactantes ao meio ambiente são marcas históricas, como é o caso da caça ilegal de espécies da fauna e a própria relação com a terra, que no conflito do fechamento da Estrada do Colono, mostra a questão da posse desta como fundante das organizações iniciais dessa região e que perduram como ligadas a uma maior representação social.

Jacobi (2005) propõe que as práticas educativas, articuladas com a problemática ambiental, não devem ser vistas como um adjetivo, mas como parte componente de um processo educativo que reforce um pensar da educação e dos educadores orientados para a sustentabilidade. Assim, o processo educativo precisaria ser capaz de promover um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de criar explicações frente às necessidades do futuro, de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades sócio-culturais. Constituindo-se, dessa maneira, em uma nova racionalidade ambiental (Leff, 2001), possibilitando novas oportunidades de ação (CAPRA, 2003; JACOBI, 2005; LEFF, 2003; MORIN, 2001).

Devemos pensar em termos planetários a política, a economia, a demografia, a ecologia, a salvaguarda dos tesouros biológicos, ecológicos e culturais regionais – por exemplo, a Amazônia, ao mesmo tempo as culturas indígenas e a floresta -, das diversidades animais e vegetais, das diversidades culturais – frutos de experiências multimilenares que são inseparáveis das diversidades ecológicas, etc., mas não basta inscrever todas as coisas e os acontecimentos num quadro ou horizonte planetário. Trata-se de buscar sempre a relação de inseparabilidade e de inter-retroação entre todo fenômeno e seu contexto, e de todo contexto com o contexto planetário (...) de um pensamento ecologizado que, em vez de isolar o objeto de estudo, o considere em sua relação auto-eco-organizadora com seu ambiente – cultural, social, econômico, político, natural⁹⁸.

Considerando as reflexões de Castells, para quem os movimentos sociais ambientalistas também precisam formar uma nova identidade ecológica, esta não é possível se distanciada de outras identidades sociais com as básicas necessidades de superação de problemas de infra-estrutura, moradia, conforto, saúde e educação. Quanto

⁹⁸ Morin, 2002, p. 159.

mais comunicáveis forem as identidades, mais difícil será concentrar as resistências emancipatórias em projetos globais que protejam a vida em todas as suas manifestações.

Como exposto na introdução deste trabalho, meu entendimento do que seria Educação Ambiental corrobora com a exposição de Loureiro (2002). Entretanto, como bem destacam vários autores (CARVALHO, 2002; JACOBI, 2005; LOUREIRO, 2001; ROCHA, 2003), este termo estará sendo usado por diversos segmentos sociais, políticos, empresariais e mesmo ambientais. Em grande parte das vezes a referência ao *ambiental* da educação, é usada para as técnicas de melhores usos da água, solo, programas de reciclagem, etc. o que, em meu entendimento, se dá numa relação do que Brügger (2004) chamará de *adestramento ambiental* e que eu, ousadamente, chamarei aqui de *consumismo limpo*, ou seja, numa indução para um consumo racionalizador (MORIN, 1999) que naturaliza as práticas de consumo sem questioná-las. Assim, a EA exposta neste trabalho pretende estar envolvida com a busca da transformação humana, definida como *emancipatória*, tendo referenciais do pensamento crítico sobre educação em Paulo Freire, Snyder e Giroux, e paradigmáticas: Capra, Morin, Leff, Prigogine, Vieira, Santos e Boff, dentre outros. Assim, propõe uma educação baseada em práticas, orientações e conteúdos que transcendem a preservação (JACOBI, 2005).

2.3 Os movimentos ambientalistas e as intenções de conservação no âmbito das áreas naturais protegidas

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Projeto de Lei 2.892/1992, define conservação da natureza como o manejo⁹⁹ do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, manutenção, a utilização sustentável, restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Hoje poderíamos falar em movimentos ambientalistas, não em movimento ambientalista tendo em vista que apresentam diferentes enfoques na concepção de uso e conservação do meio ambiente natural. A maneira de conceber a conservação reflete nas políticas e nas lutas engendradas por tais movimentos, ainda em sua maioria presos às concepções da ciência das ciências naturais e tomam pra si a exclusiva necessidade de

⁹⁹ Todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas. (SNUC/1992).

proteger a natureza. Embora outras áreas de conhecimentos estejam vendo seu papel frente a uma nova postura ambiental que prevê as humanidades e o meio. Dentre essas ciências destacamos as ciências humanas e sociais, como maneiras díspares (internamente) de tratar a questão ambiental. Nesse sentido convém pensar na diferença de abordagem ou de pertinência que dão à questão ambiental as áreas das ciências sociais e da educação por exemplo. Nesse limiar, vem à tona a pergunta de Paula Brügger ao analisar a questão ambiental na educação enquanto efetividade: Educação ou adestramento ambiental?

Mesmo o conservacionismo – preocupado com a ocupação racional e o Novo ambientalismo – que pensa na fragilidade da própria existência humana futura frente às questões ambientais, são divisões frágeis, pois, na prática, os movimentos ambientalistas adquirem diversas feições e vinculam-se a muitos seguimentos governamentais, movimentos e organizações não governamentais, instituições e grupos de pesquisa científica¹⁰⁰.

A própria questão do termo biodiversidade como aponta Vivacqua (2005) é entendido como uma questão política desde que os perigos da perda da biodiversidade entraram na pauta das discussões internacionais; isso passou a ser esboçado a partir da publicação da Convenção sobre a diversidade Biológica – CDB, mais um dos documentos assinados na Cúpula da Terra em 1992, marco nas discussões ambientais mundiais e base para as formulações de leis e normas no Brasil, que define o termo biodiversidade como a gama de variabilidade organismos vivos de todas as espécies e ecossistemas, bem como os complexos ecológicos que deles fazem parte *compreendendo ainda a diversidade de espécies entre espécies e ecossistemas*. (CDB, 1997, p. 16 *apud* VIVACQUA, 2005, p. 20).

Essa mudança de sentido traz consigo novas demandas de discussão, sejam elas sociais, culturais, ou mesmo as de cunho biológico, colocando em pauta outros conceitos como preservação e conservação ambiental.

Nesse limiar vários conceitos sofrem mudanças e contestações, como é o caso da discussão a respeito do termo desenvolvimento sustentável (Relatório *Brundtlandt*, 1987), sustentabilidade, codesenvolvimento (SACHS, 1993; VIEIRA, 2005), desenvolvimento viável (WEBER, 1997). Para a construção da linha argumentativa deste trabalho, adotou-se o termo codesenvolvimento, tendo em vista a formulação teórico metodológica que

¹⁰⁰ A respeito da diversidade de posturas dos movimentos ambientalistas em termos mundiais e também no Brasil ver ainda: Pádua (1987); Leis (1996); Viola & Leis (1991); Vivacqua (2005).

propõe, uma filosofia de desenvolvimento que pode ser usada como base para planejamento e gestão do meio ambiente, desencadeando a necessidade de se adotar um novo enfoque normativo para os sistemas sócio-ambientais; além da criação e implementação de estratégias integradas, e admitindo pensar o desenvolvimento sob a base de três questões: para quê? Para quem? E, a que custo? Nesse sentido o ecodesenvolvimento infere que,

a concepção de estratégias de intervenção deve ser feita no cruzamento dos ecossistemas e das culturas, compatibilizando uma dupla abertura à ecologia natural e à ecológica cultural. Nesse sentido, o agente de ecodesenvolvimento deve permanecer sensível à diversidade de situações em jogo e, mais que isto, ao espectro das várias soluções possíveis. Ele deduzirá disso a impossibilidade de se identificar adequadamente os problemas e as necessidades das populações, além das potencialidades e restrições do meio, enquanto os próprios interessados não assumirem suas funções¹⁰¹.

Desse modo, o campo ambiental passa a ser entendido como um campo de disputas. É na esfera da produção simbólica (BOURDIEU, 2001) que os embates se situam. Eles são viabilizados pela sedimentação dos significados sociais e essa percepção leva à assunção da existência, no campo das práticas discursivas, da luta pela sua fixação, pois, além das falas oficiais, hegemônicas, existem espaços sociais e culturais independentes que permitem a articulação e a circulação de discursos dissidentes, emergentes ou apenas expressões de singularidades e de diversidade cultural.

Desse ponto de partida é possível pensar a produção cultural e simbólica, tanto como reprodução – a partir do momento em que as falas individuais repetem fórmulas consensuais ou refletem o ideário hegemônico –, quanto possibilidade teórica para o surgimento de práticas discordantes ou contestadoras, que podem transformar os significados periféricos ou inaceitáveis em legítimos e incorporá-los à formação discursiva, *desde que esses discursos circulem socialmente e possam ser, de alguma forma, legitimados por meio da aceitação de setores significativos da população¹⁰².*

Dentro da problemática estudada, o campo político e o campo econômico se entrecruzam para compreender a geração de algumas práticas, sejam elas contestatórias,

¹⁰¹ VIEIRA, P. F. **Gestão integrada e participativa dos recursos naturais**: conceitos métodos e experiências. Florianópolis: Secco/ APED, 2005, p. 409.

¹⁰² Martins, 2007. Disponível online em <http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores>.

sejam de mudanças nos discursos defendidos. Pelo histórico apresentado por essas regiões e principalmente pelos embates provenientes do fechamento da estrada do colono, constatei como a mudança nos discursos se enraíza nas comunidades. As falas das pessoas entrevistadas, durante a estada em campo, revelam como a violência simbólica (BOURDIEU, 1982) torna legítimos os arbitrários culturais, principalmente pelo campo político, amparado por indicativos do campo econômico. Tal legitimidade influenciou também os levantes dessas comunidades nas épocas mais altas de conflito.

Por aproximação com o conceito de campo e no limiar das discussões acerca da problemática ambiental, alguns autores trabalham com a noção de campo ambiental (CARVALHO, 1992) ou sócio-ambiental (FLORIANI, 2004). Neste trabalho, tomei a acepção de campo ambiental proposto por Carvalho (2002), a partir da definição de campo social para Bourdieu (2001). Nesse sentido, campo ambiental aqui é problematizado como um espaço de relações culturais, sociais e históricas, onde se produz e reproduz a crença no valor da natureza como um Bem que deve ser preservado, acima dos interesses imediatos das sociedades. O campo ambiental se constitui, portanto, na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente integrado.

Em torno desta problemática fundamental, o campo ambiental vai produzir visões de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação e uma arena de ação política e educativa. Este campo se institui concretamente através do conjunto de movimentos, associações, corpo de especialistas, publicações, formas próprias de manifestações das ações políticas de seus militantes, vocabulários de termos e conceitos para expressão de seu ideário, formas de pensar. Estas várias dimensões da configuração do ambiental podem ser concebidas como formas de estruturação do campo. Por sua vez, este, para se afirmar como um sistema simbólico, eficaz e criador de sentidos na sociedade, como campo ambiental necessita estar estruturado. Essa estruturação se mostra, ainda que de maneira caótica, no PNI, através da forma como a gestão se configura e como ele é significado pelos diferentes agentes em situação. A militância que se fez em torno de projetos e atividades de EA, como proposta para que a estrada se mantivesse aberta, bem como, o embate político nacional que envolveu ambientalistas, economistas, além de extratos jurídicos pró- abertura ou pró-fechamento da estrada, colocou o campo ambiental como visível, mesmo em situação de conflito.

Desta maneira, como campo de disputas, o atributo *ambiental* não é um adjetivo neutro. Desde que os conceitos de natureza e meio ambiente abandonaram os limites da ciência ecológica e passaram a designar uma agenda de lutas sociais e,

*são vistos não apenas como mais uma questão a ser equacionada pela lógica científica, mas, sobretudo, como um valor crítico do modo de vida dominante em torno da qual tem se organizado um importante debate acerca de outros valores éticos, políticos e existenciais que poderiam reorientar a vida individual e coletiva.*¹⁰³

É bom lembrar que, mesmo com sua orientação crítica, este espaço argumentativo está longe de configurar um campo discursivo e ideológico homogêneo. Ao contrário, tem sido palco de múltiplas interpretações que disputam os sentidos do ambiental (CARVALHO, 2002). Isto ocorre, ainda segundo a autora, não apenas dentro da esfera de compreensão ambientalista, mas também nas esferas do Estado e do mercado, onde surge uma diversidade de formas e dispositivos de intervenção ambiental como, por exemplo, novas modalidades de áreas e recursos preservados (reservas extrativistas, reservas da biosfera), a troca da dívida externa por natureza, as agendas sustentáveis, o ecoturismo, a certificação ambiental, a conversão tecnológica de processos produtivos (CARVALHO, 2002; MONTIBELLER-FILHO, 2004). Uma grande polêmica ainda a ser discutida sobre sua verdadeira eficácia ecológica, é uma das referências do tratado de Kyoto, que prevê a possibilidade de empresas potenciais poluidoras, estarem comprando créditos de carbono de empresas de países em desenvolvimento e menos poluidoras, como o Brasil, para que assim possam manter ou aumentar seu nível de produção, através da compra do chamado “direito de poluir”.

2.4 Conflitos ambientais em áreas naturais protegidas

¹⁰³ O ‘ambiental’ como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L. ORELLANA, I. SATO, M. (orgs). **Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra**. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, p. 86.

Em torno da criação das unidades de conservação se formam, muitas vezes, conflitos ambientais relacionados aos interesses dos usuários ou mesmo às formas de gestão. Minha pesquisa estudou como o fechamento da Estrada do Colono, no âmbito dos processos de gestão do PNI, gerou um conflito que se estende até hoje, com períodos de crises, conforme situado no Capítulo I.

O desafio maior me parece ser o de transformar um conflito ambiental em cooperação mútua em torno da gestão, ou como prefiro chamar aqui, da co-gestão ou gestão comunitária de recursos comuns, baseada em autores como Carlsson & Berkes (2005); Berkes et al. (2001); Feeny (1992;1994). Tais apontam a necessidade de compartilhamento de poder decisório, e isso está além da simples partilha de informações. Inclui também responsabilidades em torno de uma democracia participativa que, se não resolve os conflitos inerentes aos modos de apropriação dos recursos, oferece uma melhor compreensão das possibilidades de pensar uma gestão que não exclua os usuários, evitando, assim, acirrar os processos conflituosos.

Compreende-se que a problemática ambiental, bem como, os conflitos ambientais, são inerentes aos modos de apropriação e aos sistemas de gestão dos recursos de uso comum¹⁰⁴ – ou seja, os modos pelos quais esses recursos são apropriados pelos usuários e a maneira como são geridos. A gestão na grande maioria das áreas protegidas é feita através do órgão governamental, como a participação apenas consultiva das comunidades envolvidas e como decisões centralizadas em especialistas, administradores, biólogos. Alonso & Costa (2002, p. 113), destacam que a revisão bibliográfica em torno do conceito de conflito ambiental trata de fatores como questões de interesses econômicos, políticos e sociais, ou seja, tratam em

conjunto aspectos estruturais, grupais e individuais que condicionam a ação. Assim é possível, argumentam, dar conta tanto dos conflitos de interesse quanto de dimensões culturais, tais como o estilo de vida. (...) O foco analítico se volta, portanto, para a esfera pública, simultaneamente arena de conflito e negociação entre atores. Os conflitos ambientais são definidos, então, a partir de três componentes cruciais: Ação (dos agentes envolvidos), determinação (dos processos estruturais) e mediações (políticas e culturais).

¹⁰⁴ Recursos de uso comum (BERKES, 2005 A; FEENY et al.,2001) são compreendidos como fontes onde o uso por parte de um indivíduo acarreta impacto para o uso dos demais. Cita-se como um exemplo importante os recursos pesqueiros. Mas em nosso caso particular, os recursos de fauna e flora do PNI quando afetados pela degradação da floresta e pelas recorrentes incidências em infrações ambientais como a retirada do palmito Juçara que, por si só, acarreta grande impacto quanto à própria fauna dependente desse recurso.

Apesar desse entendimento, tratar de conflito ambiental pressupõe considerar os diversos grupos de agentes e a interação de interesses dentre eles:

essa interação pode ser cooperativa, com a formação de alianças entre agentes; geralmente, no entanto, ela é conflituosa. As disputas ocorrem em torno do controle de bens e recursos ou do poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores. O próprio processo conflituoso constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes quando do início do processo¹⁰⁵.

Sendo históricos, torna-se fundamental a análise dos conflitos através do tempo e da sua história; a produção de alianças, a adesão a valores, a criação e a redefinição de identidades, já que não são estáticas, mas processuais. Destarte, trazer a história do conflito aqui estudado é fundamental para que possamos vê-la nos moldes como hoje é significada, não mais como algo relativo exclusivamente ao presente e sua conjuntura, mas como um desenrolar temporal que vem se transformando e criando outras significações e outros discursos, mediados por objetivos que também se transformam. Como é possível perceber na análise aqui proposta, a reivindicação inicial de abertura da estrada voltada quase que exclusivamente às perdas econômicas, voltou-se com o tempo, ao direito de ir e vir, ao direito de posse.

Os autores indicam a necessidade de, a partir dessas constatações, elaborar-se uma *sociologia da ação*, considerando ainda o enfoque sócio-histórico para além do estruturalismo. Destacam, assim, que o processo político é compreendido a partir de conceitos básicos. O conceito de *estrutura de oportunidades políticas* visa a descrever mudanças no ambiente político que dilatam ou restringem as opções de ação disponíveis para os agentes. Incluem-se, neste caso, tanto constrangimentos estruturais, processos sócio-históricos de longa duração que alteram as relações entre Estado e sociedade, quanto conjunturais, mudanças do padrão político-institucional, no contexto político interno e externo. Assim, o contexto sócio-histórico dá a chave de compreensão para a formação de um conflito¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Alonso & Costa, 2002, loc. cit.

¹⁰⁶ Costa ; Alonso, 2002, passim.

2.5 Populações tradicionais no contexto da gestão de recursos naturais renováveis

Diversas pesquisas realizadas sobre áreas protegidas¹⁰⁷ em especial as unidades de conservação, fazem crítica severa à retirada das comunidades tradicionais dessas localidades. Referem-se à nova separação do humano e da natureza, que Moscovici (1975) intitulou de *preservacionismo puro*. Contudo, para o andamento desse trabalho faz-se necessário o entendimento do que vem a ser populações tradicionais, para que possamos analisar o caso específico do Parque Nacional do Iguaçu e as comunidades que compõe seu entorno. Até o ano de 2007 não havia um conceito oficial e firmado de populações tradicionais, há diversos estudos que demarcam algumas características pertinentes à formulação de um conceito mais geral, delimitando assim, o próprio estudo com as diversas populações que têm interesses e são atingidos pelas UCs.

No entendimento do IBAMA¹⁰⁸ há um grande avanço no reconhecimento da necessidade de interação entre o social e o ambiental nos processos de gestão dos recursos naturais renováveis, a partir da constatação *da presença humana nas unidades de conservação*. Assim, era considerada como população tradicional, aquela ligada a idéia de preservação de valores, de tradições, de cultura.

Ao longo da sua história, o homem através de múltiplas experiências e situações vivenciadas, tem alcançado importantes conquistas que o fazem avançar, que elevam sua dignidade de espécie humana. Acontece que o ritmo das mudanças, a velocidade das descobertas têm crescido em ritmo geométrico, nos últimos 50 anos, tornando obrigatória a consolidação de certos valores, ou então o resgate de valores que apenas são conservados por populações tradicionais; caso contrário podem ser jogadas ao esquecimento conquistas seculares da humanidade¹⁰⁹.

Ainda sem uma lei definida, as publicações do Ministério do Meio Ambiente davam conta de um reconhecimento da importância dessas populações para com a

¹⁰⁷ CUNHA, 1993; DIEGUES, 1992; 2004; MOURÃO, 1971.

¹⁰⁸ Disponível on-line em: <http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>. Acessado em 12.09.2008.

¹⁰⁹ IBAMA, 2008, loc. cit..

preservação dos ambientes, através da *luta de populações que tem impedido a devastação de lagos, rios e florestas; sem a presença destas pessoas, predadores humanos exógenos teriam acabado com espécies terrestres e aquáticas, vegetais e animais*¹¹⁰.

Para o IBAMA o processo de mudança histórica e dinâmica dessas comunidades é reconhecido desde que se preservem seus principais valores, dentre esses, a relação de conservação do meio ambiente: *O dinamismo destas populações deve levar a tal incorporação, como também a assimilar o que de positivo possam ter outros grupos humanos, sem perder os valores que fazem a essência da sua tradição*¹¹¹. Nesse entendimento, o IBAMA enumera algumas características fundamentais para que se distinga e classifique as populações tradicionais. Tais características são baseadas em Diegues (2004) que na ausência de um conceito definido enumera evidências fundamentais das culturas tradicionais desde a relação com a natureza, seus ciclos e recursos refletidos em um profundo conhecimento norteador do seu modo de vida e transmitidos de geração em geração; forte noção de território; auto-identificação ou identificação pelo outro de se pertencer a uma cultura diversa.

A partir disso passo a enumerar o entendimento de populações tradicionais que permeia este trabalho:

- a) *Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constroem um "modo de vida";*
- b) *Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;*
- c) *Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente;*
- d) *Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;*
- e) *Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;*
- f) *Reduzida acumulação de capital;*
- g) *Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;*

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ Ibid.

- h) *Importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;*
- i) *A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final;*
- j) *Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e*
- k) *Auto-identificação ou identificação pelos outro de se pertencer a uma cultura distinta das outras¹¹².*

Para o IBAMA a relação entre as populações tradicionais e o meio ambiente é positiva quando há possibilidade de manter o progresso humano, de maneira permanente até um futuro longínquo. Ao menos no discurso que se segue ele parece buscar permear o trabalho pelo viés da *concretização de um desenvolvimento econômico sustentável, incrementando o padrão de vida material dos pobres¹¹³*, reconhecendo que:

a pobreza, a miséria são inimigos potenciais do meio ambiente, na medida em que as necessidades de sobrevivência obrigam muitas vezes as populações tradicionais a agredirem o meio ambiente. Para tornar tais populações aliadas na conservação, é necessário incrementar a oferta de alimentos, a renda real, os serviços educacionais, os cuidados com a saúde etc. Isto é, torna-se necessário executar junto com tais populações projetos de desenvolvimento sustentável¹¹⁴.

A Medida Provisória MP 2186-16/2001, através do artigo 7, inciso II, compreende que conhecimento tradicional consiste na informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético. Comunidade tradicional seria, assim, a comunidade indígena e a comunidade local.

O conceito de populações tradicionais chegou a ser inserido no projeto de lei da Lei 9.985, de 18/07/2000, aprovado pelo Congresso Nacional, mas foi objeto de veto presidencial. Embora a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985,

¹¹² Diegues, op. cit, p. 87.

¹¹³ Disponível on-line em: <http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>. Acessado em 12.09.2008.

¹¹⁴ Ibid.

de 18/07/2000) estabeleça direitos e obrigações para as populações tradicionais, não define um conceito. Nesse sentido, com modo de vida e inter-relações sociais e materiais indissociáveis à diversidade biológica e à reprodução dos conhecimentos tradicionais a ela associados. São os pescadores artesanais, os seringueiros, a comunidade quilombola formada pelos negros e índios remanescentes de quilombos, a população ribeirinha. (KISHI, 2006)¹¹⁵.

Finalmente no ano de 2007, o Decreto-Lei 6.040, da Presidência da República instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, cujo conceito passa a ser definido como:

*Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais possuem formas de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*¹¹⁶.

Santilli, 2005, p.192, destaca que o conhecimento tradicional é complexo e não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais ou em uma listagem de espécies vegetais. Em verdade, eles compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos procedimentos para realizar a transformação.

*Eles respondem a indagações de como uma determinada erva é coletada, tratada e transformada num processo de fusão (...) destacam-se por seu vasto campo e variedade que comportam: técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais*¹¹⁷.

Necessito destacar que a produção de tais conhecimentos possui múltiplas dimensões referentes à própria organização do trabalho dos povos tradicionais

¹¹⁵Disponível online em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/> Acessado em 12.09.08.

¹¹⁶ Brasil, 2007. Disponível online em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007. Acessado em 22.03.2009.

¹¹⁷ Ibid.

extrapolando os elementos técnicos e englobando o “*mágico, o ritual, e enfim, o simbólico*”¹¹⁸. Existindo, pois, uma co-relação entre a vida econômica e a vida social do grupo onde a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada¹¹⁹.

Santille (2002, p. 90) ressalta que populações tradicionais não são apenas comunidades indígenas, mas também outras populações que *vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sócio-cultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.*

É importante não relacionar um grupo tradicional apenas à localidade na qual se encontra ou vive, seja uma unidade de conservação, localidades indígenas, assentamentos em prol da reforma agrária ou mesmo quilombolas, ou em qualquer local desde o menos desabitado a um centro urbano; não é o local que define quem elas são, mas sim seu modo de vida e as suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica em função de uma dependência que, além de fins de subsistência, possa incluir também interesses materiais, econômicos, culturais, e espirituais.

Berkes (1999:08 *apud* SEIXAS 2005, p. 74), por sua vez, define conhecimento ecológico tradicional como *um conjunto acumulado de conhecimentos, práticas e crenças, que evoluem por processos adaptativos e passa das gerações por transmissão cultural, sobre as relações entre seres vivos (incluindo o homem) e entre estes e o ambiente.* O conhecimento ecológico tradicional – CET, assim, precisa ser entendido como um mecanismo inspirador para novos estilos de desenvolvimento, baseados em uma ética ecológica. A recriação não de uma mesma vivência, uma vez que uma cultura necessita ser entendida dentro de seu contexto histórico social.

Por isso também, vejo como imperativo evitar sacralizar o ponto de vista das comunidades tradicionais, mas instaurar espaços de discussão de novos conceitos, e de novos conhecimentos num diálogo de saberes (MORIN, 2002) e no resgate da própria autonomia e autoconfiança (*self-reliance*¹²⁰) das comunidades.

¹¹⁸ CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000, p. 67.

¹¹⁹ CASTRO, 2000, loc. cit.

¹²⁰ O termo pressupõe a necessidade do resgate da autonomia e da autodeterminação das comunidades, além da autoconfiança e o amor pelo lugar, através do empoderamento e a participação nas tomadas de decisão – governança. Cf. VIEIRA et al. , 2005.

Tendo, a partir daqui, população tradicional e conhecimento ecológico tradicional compreendidos da maneira exposta, incluindo a definição oficial do governo brasileiro – decreto 6.040/2007 –, no entender dessa pesquisa, as comunidades do entorno do Parque Nacional do Iguaçu estudadas, não se constituem como populações tradicionais. Pois, pela compreensão tida a partir também da estada em campo, tanto a maneira dessas se relacionarem com o meio ambiente, quanto o modo de compreender as essas suas relações são diferentes do entendimento proposto (anexo 5).

Não obstante, estando os parques nacionais em contato direto com as populações do seu entorno, tradicionais ou não e, pensar o termo conservação é importante na busca de um entendimento do tipo de relação pautado entre essas comunidades e as unidades de conservação. Sunkel (1986 *apud* DIEGUES 2000) aponta a conservação como limitada apenas às atividades de proteção manutenção e restauração do mundo natural, como medidas como a implantação de áreas protegidas. Para ele, apesar de o discurso de muitas organizações conservacionistas, a conservação na prática se limita às atividades desconectadas das aspirações e necessidades das populações locais. Esse autor fala ainda que quando o conservacionismo é aplicado geralmente ao meio ambiente e particularmente à proteção dos recursos naturais é tido na América latina como uma teoria cujo objetivo é tornar o meio ambiente o menos tocado possível (DIEGUES, 2000).

Em primeiro lugar, estão os moradores das cidades e turistas estrangeiros que tomam algum tempo de férias para visitar o mundo selvagem, com objetivos de prazer estética e recreação. O segundo grupo são as elites governamentais que vêm na proteção de um animal um símbolo de prestígio nacional. O terceiro grupo é formado pelas organizações ambientalistas internacionais (...) que trabalham para 'educar' os profissionais nas virtudes da biologia da conservação. O quarto grupo é formado pelos funcionários dos serviços dos parques (...) E finalmente, o último grupo é dos biólogos que querem conservar a natureza por causa da ciência¹²¹.

Benton (1994), por sua vez, aponta o risco de dois reducionismos, tanto o biológico, quanto o sociológico para se pensar o meio ambiente. O primeiro incorre em explicar todos os fatores da vida como fatores biológicos, tornando-se as sociedades humanas parte de uma natureza maior e não inserindo o humano nas pesquisas

¹²¹ DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitet/NUPAUB-USP, 2000, p. 4.

ecossistêmicas, uma vez que causariam uma complexidade de análise muito maior pelo viés sociocultural, que se faria necessário incluir nessas pesquisas. O reducionismo sociológico, por sua vez, trataria da natureza apenas como representação simbólica das sociedades humanas.

O meu entender a partir do contato com unidades de conservação e em particular, com a estada em campo, me permite dizer que, da mesma maneira que se deve admitir que a criação de áreas naturais protegidas e, em especial, os parques nacionais, é muitas vezes pautado em relações extremamente autoritárias frente às populações que habitam tais áreas, não é simplesmente contestando isso que se resolve ou se concilia respeito à natureza e respeito ao ser humano; mais uma vez nos vemos frente a uma dualidade e obrigados a colocar a questão em patamares diferentes ou em alturas diferentes.

Um discurso inflamado pode levar a uma posição mais fascinante de ataque e de defesa. No entanto, conciliar proteção ambiental que vise uma nova postura pressupõe, necessariamente, novas atitudes frente ao que denominamos como necessidades humanas, culturais, econômicas e sociais. A resolução do conflito com a estrada do colono é transversalizada, pelo entendimento, de minha pesquisa, de demandas que possibilitem formas de desenvolvimento locais, que vão além de atividades compensatórias, como as instituídas a partir das perdas econômicas com o fechamento da estrada. Essa nova postura aponta a necessidade de uma construção paralela entre poder político local e órgão gestor, de maneira a favorecer novas significações que recusem a degradação ambiental como fundamental para o DES-envolvimento econômico.

Afastar simplesmente o humano do meio que muitas vezes destrói, mas que tem, como podemos perceber, também protegido, tampouco modifica a relação. Esse meio termo que prefiro pensar como relação dialógica (MORIN, 2002), humano-natureza, aos poucos se torna objeto de todas as áreas de estudo. E apenas quando deixar de parecer modismos tanto de radicais de um lado, quanto de outro como se fosse possível tomar esse tipo de partido é que poderemos estar construindo um novo paradigma de entendimento de mundo, onde parem novas discussões a nível não apenas de discurso, mas de efetivo pensamento, como relação a termos que nos movem como progresso, desenvolvimento, civilização, cultura e mesmo meio ambiente.

Diegues aponta, contudo, que especialmente no Brasil, nos últimos anos, uma nova geração de cientistas da conservação estão se empenhando em contribuir para a solução de problemas *buscando reconhecer o papel do conhecimento das comunidades tradicionais*

na conservação. Cada vez mais biólogos com sensibilidade social afirmam a necessidade de se incorporar as populações tradicionais nas estratégias de conservação¹²². No entanto, outro ponto a ser pensado é o conceito de comunidades tradicionais. Principalmente na região amazônica, onde Diegues e outros autores fazem grande parte de suas pesquisas. Para eles, as áreas protegidas têm grande relação com as populações tradicionais, outras áreas de preservação, sobretudo parques nacionais da Mata Atlântica, como o PNI, que não apresenta essa característica.

Se definirmos população tradicional por sua relação histórica e cultural como o meio ambiente local no qual tem posturas e técnicas de culturas características, como o caso dos seringueiros, caipiras, caboclos ou mesmo da maior parte das comunidades indígenas, outros parques e nesse caso cito o Iguaçu, não apresenta população do entorno com estas características, ao menos prioritariamente. Nesse sentido, tomar as populações tradicionais unicamente como comunidades presentes nas áreas protegidas me parece um risco. Por outro lado, pensar em como as comunidades do entorno de UCs em geral, com características tradicionais ou não, me parecem necessárias quando tratamos dessa questão.

Convém tratar, como bem ressalta o próprio Diegues (2000; 2004), que população tradicional não é sinônimo de proteção ambiental ou de harmonia com o meio ambiente natural. Muitas comunidades indígenas têm uma relação extremamente destruidora e exploradora dos recursos naturais. Há a necessidade de fugir do risco da defesa cega da relação população tradicional e meio ambiente, da mesma maneira como fugir do entendimento que o saber tecnológico resolverá a crise ambiental. Embora de maneira geral, estamos hoje resgatando saberes tradicionais onde a natureza permanecia preservada e que o saber científico-tecnológico condenou por muito tempo, como a cultura da coivara, comum não apenas entre populações tradicionais, mas entre muitos pequenos agricultores.

O caso do parque nacional do Iguaçu e das comunidades do seu entorno, enfocadas nessa pesquisa, dão conta de que a relação sociedade meio ambiente está nos moldes da sociedade mais global, que percebe o meio ambiente como fonte de matérias primas ou de lucros estritamente econômicos, como pode ser percebido através de projetos de ecoturismo, por exemplo. Assim, tratar a relação entre sociedade e meio ambiente não pressupõe apenas valorizar as possibilidades de culturas tradicionais, mas compreender que a sociedade, em sua grande parte é composta por outras formas de comunidades e outras relações com o meio ambiente, quase sempre de caráter predatório.

¹²² Diegues, op. cit. p. 19.

Pensar na proximidade quanto à gestão das unidades de conservação com essas populações, necessita bem mais que apenas valorizar suas posturas e interesses. O problema sério é o diálogo entre gestores e comunidade, mas está contido também na postura dessas populações e com as representações que estas fazem do meio ambiente, de maneira geral e especialmente com o seu contexto mais próximo, no caso estudado, o PNI.

Sobre isso Vieira (1997, p.17) afirma que,

apesar do estágio embrionário do desenvolvimento do novo campo interdisciplinar de pesquisas sobre meio ambiente, bem como do debate fortemente especulativo do debate social criado em torno do agravamento dos conflitos ambientais, as evidências empíricas já acumuladas sobre os impactos ecológicos das ações humanas parecem colocar em xeque as formas usuais de gestão das relações sociedade – natureza. Dessa forma, para além de uma reatualização de questões sem dúvida importantes ligadas ao estatuto pluralista da própria noção de natureza e ao caráter socialmente construído das questões ambientais – temáticas essas que têm um espaço não negligenciável nas agências de pesquisas das ciências sociais progressivamente, por meio das ações de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, uma preocupação dominante, de ordem mais pragmática, pela explicitação e avaliação crítica das pré-condições de viabilidade de enfoques realmente operacionais para a gestão integrada e antecipativo-preventiva dos problemas ambientais.

Como destacado no primeiro capítulo deste trabalho, os grupos que compuseram as duas comunidades estudadas – Capanema e Serranópolis do Iguaçu – a exemplo da majoritária formação do oeste e sudoeste do Estado do Paraná, se dá pela vinda dos povos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incentivados pela Marcha para o Oeste e a Revolução Verde do *plantar até em cima dos rios*. A partir disso, a nosso entender, torna-se complicado transferir a crítica que autores como Diegues (2000; 2004); Berkes (1999); Seixas (2005) fazem da formação de unidades de conservação sem a devida inclusão das populações tradicionais.

Embora para o processo de gestão dos recursos naturais renováveis faz-se necessário não apenas a consideração, mas a efetiva participação das comunidades relacionadas com a formação dessas áreas naturais protegidas. O que colocamos em questão, principalmente em torno do caso particular do PNI, parcela considerável de Mata Atlântica e sob todos os aspectos da degradação histórica deste bioma ao longo de toda a

sua extensão, bem como considerar o processo de formação da sociedade brasileira baseada em extração de recursos naturais visando prioritariamente o fim econômico.

Penso que é arriscado condenar a constituição dessas áreas protegidas em um contexto tal que não permite outra forma de proteção de algumas espécies de fauna e flora, tão ameaçados quanto os existentes no PNI. Contudo, um modelo que separe e rompa a relação entre o ser humano com o meio ambiente mostra-se também equívoco. A imposição de modos de gestão que desconsideram a importância da co-gestão e da relação parque e comunidade se mostrou, no caso do PNI, ineficaz no sentido sensibilização das populações locais.

Não obstante, a preocupação desta dissertação também foi compreender como modos de co-gestão participativa, mesmo em contextos que não se configuram estritamente como de comunidades tradicionais, favorecem o diálogo e indicam modos de relação menos destruidores do meio ambiente, através da construção de um novo pensamento ambiental e, por conseguinte, social. O desafio de superação do DES-envolvimento e a construção de uma racionalidade ambiental pautada no diálogo de saberes que possa respeitar e incentivar organizações sócio-culturais voltadas a uma nova forma de relação entre o humano e a natureza, não de maneira fragmentada, mas complementar e inter-relacional.

2.6 Gestão patrimonial dos recursos naturais como um novo fundamento de co-gestão

A complexidade que permeia a dinâmica do meio ambiente natural permeia de dificuldades o trabalho científico na busca de esmiuçar suas situações de problemas. No entanto, esmiuçando de certa maneira algumas relações problemáticas, aqui citando a relação entre a comunidade dos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu e as dificuldades para o processo de gestão do PNI permeados pelo conflito iniciado com o fechamento da Estrada do Colono (capítulo I), pode-se vislumbrar alguns fatores condicionantes desse processo, e estabelecer outras medidas de análise que permitam uma compreensão de outros aspectos relevantes. Daí a necessidade de um método ou forma da análise que nos permita conhecer os agentes envolvidos com esses recursos, compreender as formas de representação que têm dos recursos e a maneira de agir e comportar-se a partir desse entendimento.

É a partir desta dupla compreensão dos fatores naturais cujo desequilíbrio provoca o surgimento de problemas, bem como da racionalidade profunda dos comportamentos dos atores sociais cujas ações acabam gerando efeitos nocivos do ponto de vista sócio-ambiental, que estaremos em condições de fundamentar o esforço de diagnóstico¹²³.

Com essa compreensão, considere relevante partir de alguns pressupostos para a análise da situação problema que apresento no presente trabalho. Parto, por conseguinte, da compreensão da gestão patrimonial dos recursos naturais, do modelo de analítico de Oakerson (1992), permeados pela compreensão de ecodesenvolvimento (SACHS, 1993, VIEIRA, 2005), que pensa estilos alternativos de desenvolvimento integrado, baseado na resiliência ecológica, que por sua vez mede o potencial adaptativo ou a prudência ecológica, centrada no ponto de equilíbrio da dinâmica dos recursos naturais, ou seja, como capacidade de um ecossistema de absorver impactos externos mantendo sua estrutura adaptativa.

Em síntese, do ponto de vista dos instrumentos a serem considerados no processo de gestão patrimonial dos recursos naturais, três aspectos decisivos devem ser retidos: os fundamentos éticos da démarche [do francês, modo de pensar]; o método de análise dos problemas concretos que estão em jogo; e, finalmente, a formulação de procedimentos concretos de gestão, mobilizando diferentes atores sociais¹²⁴.

Montgolfier & Natali (2000, p. 361) descrevem gestão patrimonial baseado em duas vertentes, as duas primeiras teriam um caráter objetivo e portam-se *como um conjunto de elementos suscetíveis de conservarem no futuro, através de uma gestão adequada, potencialidades de adaptação e usos não previsíveis atualmente*. A terceira, indispensável para se pensar uma gestão adequada dos recursos naturais, estabelece a noção de titularidade para o patrimônio, e inclui nisso as relações que se estabelecem entre o

¹²³MONTGOLFIER, J. de & NATALI, J. Instrumentos para uma gestão patrimonial. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (orgs) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**, São Paulo: Cortez, 2000a, p.365.

¹²⁴ Ibid, p. 361.

patrimônio e seu titular. *Nesse sentido, o enfoque patrimonial pressupõe patrimônio objetivo, ou seja, os atores se tornam co-proprietários dos recursos dos quais dispõem*¹²⁵.

A abordagem patrimonial que procuramos desenvolver propõe-se combinar as vantagens de vários tipos de ferramentas visando a tratar como um *eco-sócio-sistema global* (MONTGOLFIER & NATALI, 1984), ou seja, a relação entre os fatores naturais, econômicos e sociais relativos a um território, um meio ou um recurso. No intuito de analisar as lógicas de ação cada um dos atores referidos pela gestão do espaço ou o recurso em questão; interpretar estas lógicas através dos conceitos: "*patrimoniais*": os de riqueza, solidez, adaptabilidade e coerência; além de formular propostas para chegar à uma melhor gestão do patrimônio natural, nomeadamente por uma melhor organização das informações e as negociações entre atores sociais relacionados ao recurso natural.

Outro interesse da gestão patrimonial dos recursos naturais remete-se à busca de organizar as possibilidades de uma negociação verdadeira entre os diferentes atores com respeito à gestão de seu patrimônio comum, e ainda de um reconhecimento recíproco da diversidade de seus objetivos, visando que se admita legitimidade dos outros atores, e o seu direito a ter objetivos diferentes, ou seja, não se pode esperar que seja reconhecida a legitimidade dos seus próprios objetivos de protetor da natureza se recusa-se admitir legitimidade e os objetivos de outros atores, em nosso caso, os habitantes do entorno. Isso pressupõe afirmar não uma divisão do interesses mormente a um patrimônio a ser dividido entre os diversos usuários, mas, uma relação de diálogo entre as populações e setores relacionados ao recurso, pressupor também, um dialogo efetivo a respeito do esclarecimento por parte da população relacionada aos recursos, da efetiva relação que têm com o meio, que perpassa o econômico.

Não obstante, para que isso se torne efetivo faz-se necessário a explanação de objetivos que fiquem claros a todos os usuários de determinado recurso natural. A condição que propõe padrões horizontais de negociação e gestão. As condições de disponibilidade de dados objetivos e reconhecimento da diversidade dos objetivos são apenas preliminares para esta. (MONTGOLFIER & NATALI, 1984). Dentro da experiência que a pesquisa proporcionou, o conceito de patrimônio tal qual proposto pelos autores citados torna-se mais claro, a partir das expressões dos entrevistados. Foi possível

¹²⁵ Ibid, p. 363.

perceber nas falas¹²⁶ a seguir como não há uma relação de patrimônio entre os moradores e o Parque.

A estrada é nossa, pois temos direito adquirido sobre ela.

Ou,

não se pode amar o que não conhece, e se não podemos circular pelo Parque, ele não é nosso, ele não nos importa.

Percebe-se com essas falas, pronunciadas repetidas vezes ao longo da estada em campo, o quanto a idéia de pertencimento é algo importante para promover o cuidado com a vida. A predominância de um pensamento que atribua o empoderamento às populações do entorno necessitaria estar calçada por práticas ambientais éticas, para garantir uma posse que tenha como princípio norteador a conservação dos ecossistemas, que transpasse o limiar econômico e vislumbre os usos futuros para as novas gerações.

Esse empoderamento está para além da apropriação privada dos recursos e busca superar o isolamento do particular em relação ao coletivo. Visa ainda, o entrelaçamento entre o passado e o presente, no sentido de transformar as posturas de gestão tradicionais, que viam no Estado o único gestor responsável pela garantia da preservação às gerações futuras. É preciso, para isso que as populações assumam a conservação ambiental como tarefa que também é sua, a qual pode contar com o apoio do Estado, num movimento dialógico. A essa compreensão está intrinsecamente ligada a noção de ecodesenvolvimento, como sustentabilidade, tal qual proposto por Sachs (1993) em seus aspectos sociais, ecológicos, espaciais, culturais e políticos. A discussão da noção de patrimônio envolve a superação do *habitus* (BOURDIEU, 2001) engendrado em torno de nossa cultura, fortemente pautada no consumismo e no individualismo, na esfera do descartável e do desperdício, do acúmulo provisório e na visão economicista com a qual se compreende as relações ambientais.

Ultrapassar esse entendimento utilitarista do meio ambiente se mostra como um grande desafio por parte das comunidades estudadas. A constatação disso está presente nas falas dos entrevistados e mesmo nos discursos das conversas informais que permearam a

¹²⁶ Conforme Diário de Campo.

estada em campo. Na maior parte dessas falas, a relação de perda econômica do fechamento da estrada pressupõe a necessidade de recompensa por parte do meio ambiente para com aqueles lugares, responsável pela concessão da permanência do Parque naquela região:

poderíamos tê-lo queimado, mas não fizemos isso, mas a população queria fazer, queria eliminar o Parque, e aí, como seria?

Obviamente que a explicação para o conflito gestado a partir de 1986 (capítulo I) não está exclusivamente ligado à questão econômica, tampouco hoje esta é a explicação mais precisa dos limites do conflito; no entanto, é notável que o início das discussões foi permeado pelas perdas econômicas.

Para tal, basta analisar a série de documentos apresentados para a comprovação dessas perdas financeiras, desde o valor dos transportes da produção agrícola, até a perda em número de habitantes do município de Capanema, já que Serranópolis do Iguaçu tornou-se município a partir do ano de 1994, ou seja, quase uma década após o fechamento inicial da estrada.

Ost (1995) propõe que a noção de patrimônio dentro da esfera jurídica passa define-se pela dialética de seu conceito, uma vez que sua noção é bastante complexa e ainda como cita o autor “trans-histórica” apontando o *Estranho destino de uma noção que ontem ainda, evocava a gestão pacífica do bom pai de família e que, hoje, na hora da crise ecológica, exprime o bem colectivo ao qual podem pretender as gerações futuras*¹²⁷.

O desafio estratégico a ser assumido pelos adeptos do enfoque de gestão patrimonial consiste em criar novos procedimentos, capazes de aliar a eficiência técnica da gestão mono-ator, ou seja, da gestão institucional, em nosso caso, do ICMBio, e as normas legais que regem as unidades de conservação e o PNI, à eficiência social dos modelos de gestão tradicional. A concretização desta nova modalidade de gestão dependerá, porém do bom funcionamento das técnicas de negociação a serem criadas e implantadas.

A partir desse entendimento, passa-se a considerar seu caráter dialético, pois na medida em que remete a uma noção pecuniária, também transpassa a esta, devido ao

¹²⁷ OST, F. **A natureza á margem da lei**: a ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 353.

caráter ao leque de encargos as quais remete já que exige ser gerido, administrado e conservado.

(...) o patrimônio, diremos, é como um nimbo, lançado em nome do interesse geral, sobre as coisas, revelando ora da propriedade privada, ora do domínio público, ora da soberania nacional, ora do regime internacional (...) se destina a dotar os hospedes futuros do planeta¹²⁸.

O enfoque da gestão patrimonial constituiu-se, a partir das observações trazidas do campo de pesquisa, como um importante contexto para pensar a gestão participativa da Unidade de Conservação aqui estudada.

Outrossim, acredito que o olhar sobre a constituição da sociedade moderna, sobre os movimentos ambientalistas do quais surgiram os primeiros parques nacionais e sua estrutura, aqui brevemente anunciados, são importantes para a compreensão do problema de pesquisa proposto nesta dissertação. Destarte, a breve revisão de bibliografia sobre o tema em discussão, pretendeu anunciar o pensamento que moldou a construção dessa pesquisa para, em seguida, poder adentrar ao campo com as falas dos agentes e as reflexões a partir daí construídas.

¹²⁸ Ost, op. cit. p, 354.

CAPÍTULO III

3. Entremeios de gestão e conflitos

A simples evocação de um culpado dá uma sensação de orientação enquanto reduz a um objeto a complexidade dos processos de constituição do social e das experiências humanas.

C. Sklier & S. Duschatzky

O que me proponho a trazer para este último capítulo, não é uma análise das culpas ou as faces dos responsáveis pelos conflitos relacionados com a Estrada do Colono e o IBAMA, como bem falado na epígrafe acima. A aventura etnográfica, a qual me propus adentrar, me permitiu estranhar as situações estudadas para sair de uma posição de análise pontual e enveredar pela rede de subjetividades que compõe os processos e atitudes sociais.

Conforme Sousa (2002, p. 139), *a etnografia, enquanto uma abordagem de investigação científica permite ao pesquisador explorar aspectos qualitativos que se delineiam no cenário das intersubjetividades*. A escolha dessa abordagem tem implicações que se expressam no modo como a análise das informações é construída, para que ela situe as contradições e os paradoxos presentes nas relações. Por seu contorno cultural, a pesquisa etnográfica precisa considerar os agentes como sujeitos sociais, interessados em uma participação ativa e dinâmica, capaz de somar na compreensão do pesquisador. *Por essa razão, esta é uma modalidade que cuida em revelar as relações e interações significativas que orientam a convivência entre os sujeitos, para que possa ampliar a reflexividade sobre a ação de pesquisar*. Exige, pois, uma clareza do trabalho em campo, a partir da proposição do problema enunciado, dentro de um tempo contínuo de permanência na comunidade pesquisada, para que possa construir uma descrição densa e minuciosa das informações coletadas. Em qualquer dessas ações, a ética na pesquisa deve guiar os passos de quem investiga um tema naquele espaço.

Perceber que não há uma relação de causa e efeito direta entre os acontecimentos, se por um lado nos assusta, pela inicial falta de um ponto fixo e da segurança da análise positiva, por outro, pode nos permitir penetrar na alteridade (SCLIAR & LARROSA, 2001), nas múltiplas e complexas maneiras como cada um compreende e significa seu mundo, com suas dificuldades e necessidades. Os percalços que se desvendaram durante a minha permanência em campo foram diversos e interrelacionados, razão que me faz trazer, da melhor maneira possível, as impressões coletadas e que me afetaram no entendimento da problemática. Como desejo de pesquisadora, vislumbro que esta dissertação pode se mostrar como mais uma contribuição para o campo ambiental. Em especial, para as comunidades do entorno do Parque Nacional do Iguaçu e para os acontecimentos que estão como parte da minha trajetória pessoal e profissional desde há muito tempo.

Início com as minhas impressões já na chegada aos municípios, para em seguida ponderar sobre a melhor maneira de analisar os dados. Esse jeito me possibilitou fixar, em termos práticos, os diferentes aspectos referendados na presente pesquisa. Aqui o destaque são as falas das pessoas das comunidades e da administração do PNI, como uma tentativa de esmiuçar, naquilo que for possível, as subjetividades tornadas atos por esses agentes. Nos discursos e práticas que fundamentam as ações que entremeiam a gestão e os conflitos busquei as inspirações para compreender o que afeta, de maneira decisiva, a relação dessas comunidades com o PNI.

3.1 Estar em campo, aprender em convivência

Minha chegada ao município de Capanema se deu no dia 15 de janeiro de 2008, após 180 km de estrada sobre uma moto, à espera de uma estadia que me surpreendesse e provocasse um novo olhar sobre a localidade onde já estivera como policial ambiental, nas esporádicas fiscalizações que efetivamos por esta área. As lembranças remetiam ao tempo em que trabalhei no PNI. Queria um outro olhar, que não se sentisse atraído pelas imagens já marcadas pelas experiências anteriores, o que se delineava como um desafio ao qual me lancei, no intuito de participar da metodologia de pesquisa que havia escolhido para o meu trabalho, a etnografia, enquanto um convite para estranhar o já conhecido.

Estabeleci-me na área central da cidade e ali procurei agir como moradora do lugar e parte integrante da população. Hospedei-me em um hotel, cujo casal de proprietários vive em Capanema há mais de 30 anos. Compreender um pouco mais de seus gostos e costumes foi meu trilhar inicial para perceber posturas menos agressivas quanto aquelas que pude observar tempos atrás. Aos poucos fui construindo a aproximação com as questões referentes à pesquisa, por meio de conversas informais sobre assuntos do cotidiano, ganhando a confiança do sorveteiro, dos meninos da praça, do casal dono da hospedaria, para colher as primeiras impressões sobre a temática que me levava até aquele lugar.

Falar em Parque Nacional do Iguaçu naquela região, contudo, pressupunha falar no conflito relacionado ao fechamento da estrada do colono e isto foi ficando cada vez mais claro, conforme eu ia aprofundando as questões da pesquisa. Embora evitasse perguntar de forma direta a respeito do conflito, o tema emergia porque estava intrínseco e aparecia nas falas argumentadas para responder as perguntas sutilmente elaboradas pela pesquisadora. Eram falas apaixonadas e expressivas, que relatavam em detalhes como cada um significava o desenrola do conflito em torno da estrada do colono. As feições se modificavam conforme a tonalidade emocional da narrativa.

Mas, o fato de estar no contexto das vivências daquelas pessoas, me permitiu ver o cenário de maneira mais efetiva e compreender algumas significações tecidas pelos moradores a respeito do repertório ambiental, e também, dos matizes que davam tonalidade ao modo como contavam suas vidas, evidenciando traços da formação histórica e política

daquelas populações. Os moradores de Capanema, população tipicamente do sul do Brasil, demonstravam certa imponência quando faziam relação com a conquista que permeara a migração dos povos do sul para todas as regiões brasileiras. Desse modo, viver nesse e nos municípios do entorno indicava a posse de direitos de conquista, muito incentivada também pela postura política dos governos brasileiros nas décadas de 50 e 60, sobre os quais muitas afirmavam, com brilho no olhar:

deveríamos plantar até em cima dos rios (Peroba, em 08.02.2008)¹²⁹.

Em razão da trilha etnográfica sabia que era importante a convivência longa com os agentes da pesquisa. Estar nessas comunidades compartilhando parcialmente de seu cotidiano foi de fundamental importância para conhecer um pouco mais sobre um assunto estudado já há alguns anos, mas ainda um problema para os moradores do lugar e para as instituições. Minha intuição me deixava vigilante para estar em convivência e, mesmo assim, estranhar as previsões feitas fora desse estado para perceber a estruturação daquelas comunidades, baseadas em costumes e tradições que, embora inseridas em um contexto comercial e social mais amplo conservam, à sua maneira, alguns aspectos da colonização particular. Essa ligação com a tradição também se mostrou importante para a compreensão da intensidade dos discursos, quase sempre eufóricos, em defesa da abertura da Estrada.

Outros agentes se mostraram também essenciais para o entendimento desta pesquisa, como os responsáveis pela gestão do PNI. Ao que já se sabe, a política ambiental brasileira é permeada por uma estrutura ainda distante da efetivação daquilo que propaga, seja pelo embate com as forças antigas, fruto do *plantar até em cima dos rios*, seja pelo elo como o modelo mundial de DES-envolvimento, do qual o Brasil é signatário.

3.2 Agentes participantes da pesquisa

¹²⁹ As falas trazidas em destaque remetem-se ao Diário de Campo (DC).

A seguir trago a caracterização dos agentes, sujeitos da pesquisa. Com eles fiz tentativas de embarcar na rede de significações¹³⁰ onde os fatos são construídos, situados e significados em contextos sócio-históricos específicos e não podem ser interpretados fora deste contexto. Mesmo dentro dele, pode haver múltiplas visões e como elas envolvem, dessa forma, a história dos municípios, os conflitos gerados com o fechamento da Estrada do Colono e o modo de se relacionarem com a comunidade. Procurei compreender, dentro das possibilidades dadas pela minha situação de pesquisadora em campo, quais e como alguns fatores se entrelaçam e constroem significações pessoais e coletivas. O termo agente, aqui utilizado, pode ser remetido a Bourdieu (1996), que destaca que este não é totalmente livre, já que suas estratégias de ação são condicionadas a fatores que vão além do racional, passando pelos jogos de subjetividades. A autonomia, então, será sempre relativa.

Fazendo uma metáfora com grandes componentes da Mata Atlântica, bioma no qual o PNI se insere, estou usando nomes comuns de espécies da fauna e flora no lugar dos nomes verdadeiros dos participantes da pesquisa. O intuito é, além de preservar suas identidades e proporcionar mais liberdade à exposição das suas significações, também de alguma maneira homenagear o local que também diz respeito nas suas formas de viver o seu meio ambiente.

3.2.1 Agentes centrais

Como agentes centrais da pesquisa (ver Quadro 1) foram escolhidos alguns nomes que corroboram fundamentalmente com o andar dessa escrita. Esses agentes estruturam os objetivos da pesquisa, na medida em que são essenciais para a compreensão das relações entre os órgãos ambientais e as comunidades, permeados pelo conflito do fechamento da estrada do colono. São também personagens principais para facilitar a abrangência das relações dessas comunidades com as infrações ambientais e como elas se justificam dentro do limiar do conflito.

¹³⁰ ROSSETTI FERREIRA, M. C., AMORIM, K. e SILVA, A. P, CARVALHO, A.M.A, **Rede de significações**: e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

3.22 Agentes Complementares

Embora complementares (ver Quadro 2) esses agentes trazem outras contribuições para alargar a compreensão da problemática pesquisada, a partir das perguntas formuladas que entrelaçaram os diálogos e a sistematização da escrita. Então, não são meros anexos, mas participantes ativos de um processo que se desdobra em:

Quadro 1

Nome	Breve biografia
Cedro	Faz parte da área administrativa do PNI; tem em torno de 40 anos de idade e curso superior completo. Atua no PNI há mais de 10 anos. É de cor branca, se declara católico e do sexo masculino. Conversei com Cedro em três oportunidades. Nossas falas giraram em torno das possibilidades de se implementar programas que envolvessem as famílias diretamente ligadas à exploração ilegal do palmito juçara.
Jequitibá	Faz parte da área administrativa do PNI, tem 38 anos de idade e há 10 anos está na administração e na fiscalização do PNI. Se declara católico, do sexo masculino, de cor branca e tem curso superior completo. Tivemos quatro encontros onde conversamos sobre a estrutura do PNI, a relação com as comunidades estudadas e as dificuldades em implementar as exigências da legislação ambiental.
Embaúba	É funcionário terceirizado do PNI e profundo conhecedor da mata, foi antigo extrator de palmito e caçador; é morador da região do PNI desde o seu nascimento. Tem 36 anos de idade, católico, branco e está terminando o ensino fundamental. Conversamos em duas tardes a respeito dos costumes da região estudada; da fiscalização precária do PNI.
Angico	Membro da EMATER é do sexo feminino e tem 45 anos de idade, é branca e moradora da região desde o nascimento. Tem curso superior completo e há 15 anos trabalha com a área social da instituição. É religiosa, católica e

	trabalha com os produtores de produtos orgânicos do município de Capanema. Angico e eu falamos em quatro encontros. Nossas conversas tangiam às formas de integração das comunidades em atividades não degradantes ao meio ambiente e ao trabalho desenvolvido com os pequenos agricultores com as culturas orgânicas.
Figueira	Pioneiro do município de Capanema, aonde chegou por volta de 1953. É católico participante, tem 76 anos de idade, da cor branca. Participou das revoltas dos colonos em 1957. Conversamos em dois encontros, neles a história da colonização do sudoeste e oeste do Paraná foram os focos principais. Falamos da importância simbólica da estrada como dentre os meios principais da estruturação daqueles municípios.
Palmito	Tem 55 anos, é da cor branca, católico e tem a escolaridade básica completa. Faz parte da administração do município de Serranópolis do Iguçu e é morador da região há 30 anos. Tem o ensino básico completo. Conversamos por duas tardes sobre a situação do município de Serranópolis antes e depois do fechamento da estrada; as alternativas políticas e o relacionamento como o órgão gestor.

Quadro 2

Nome	Breve Biografia
Canela	Professor escola estadual de Capanema, tem 42 anos, é de cor branca e católico. Nasceu na região estudada onde se formou professor de matemática e tornou-se diretor da escola. Falamos em dois encontros, tendo como foco principal a relação da escola com o meio ambiente e a história do PNI.
Canjerana	Professora escola estadual de Capanema, branca, católica, 38 anos de idade. Nascida na região de Capanema tem o ensino superior completo. Conversamos sobre como a escola trabalha o conflito com o fechamento da estrada do colono.
Cambuci	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Capanema. Homem, 51 anos de idade, de cor branca e católico. Possui o ensino fundamental. Em nossos encontros falamos sobre a relação entre o meio ambiente e a agricultura: como o município elabora atividades que conciliem ambas as áreas.
Peroba	Morador antigo de Capanema e originário do Rio Grande do sul e tem 75 anos de idade. Agricultor conhece as plantas medicinais do PNI, é católico e de cor branca e sem escolaridade. Durante uma tarde dialogamos sobre a relação com a mata, com a Polícia Ambiental e com a história da estrada. Como ela influenciou a vida dos agricultores mais antigos do município.
Ipê	Antigo membro da AIPOPEC, é um empresário do município; tem 42 anos de idade, cor branca e ensino superior completo. No encontro foi focado o papel das associações pré-estrada do colono; o papel dos líderes e as formas de reivindicação e administração das associações.
Araucária	Agricultor, sexo masculino, 68 anos de idade, pardo, católico. É originário do Rio Grande do sul, tendo migrado para Capanema em 1963 incentivado pelas terras a serem colonizadas do sudoeste do Paraná. Com ele conversei sobre a colonização dos municípios da região; as formas de agricultura, a produção orgânica e os produtos transgênicos.

Aracá	Home, cor branca, 43 anos de idade, católico. Fez parte da administração anterior do município de Capanema e tem a escolaridade básica. Conversamos sobre a situação vivida pela antiga administração do município de Capanema. Diretamente ligada com as ocupações mobilizaram toda a região.
Jerivá	Secretaria de educação do município de Capanema é do sexo masculino, branco e católico; possui curso superior completo na área de matemática. Conversamos durante duas tardes sobre os projetos que o município tem na área de meio ambiente e sobre a relação entre a secretaria e a educação ambiental da Escola Parque.
Jacarandá	Homem, branco, 35 anos, curso superior completo. Representa a Reserva da biosfera da Mata Atlântica para a região sul; conversamos por telefone. Conversamos em duas ocasiões sobre o trabalho realizado na região do PNI.
Jaracatiá	Homem, cor branca, 42 anos, formado em direito e representa o Poder Judiciário da comarca de Capanema. É católico e oriundo da região oeste do Paraná. Conversamos em duas oportunidades. Nossas conversas giraram em torno de como o poder judiciário acompanhou o processo de fechamento e ocupação da Estrada do Colono.
Beija-flor	Menina, cor branca, 16 anos, filha de comerciantes do município de Serranópolis do Iguaçu, onde nasceu. É da religião evangélica e estudante do último ano do ensino médio.
Borboleta	Menina, 16 anos, filha de agricultores, branca e católica. Estudante do último ano do ensino médio, também nascida em Serranópolis do Iguaçu.
Sabiá	Menino; 16 anos. Filho de comerciantes, nascido em Serranópolis do Iguaçu. Aluno do último ano do ensino médio, católico.
Caminheiro	Menino de 17 anos, católico, filho de professores. Aluno do último ano do ensino médio.
Pintassilgo	Menina. 16 anos. Aluna do último ano do ensino médio. Evangélica.

3.3 Entre diálogos e narrativas

O entendimento caracterizado pela minha estada no campo de pesquisa, aponta que a relação conflituosa entre as comunidades de Capanema e Serranópolis do Iguaçu com relação ao órgão gestor, IBAMA, estabelece-se a partir de 1986 com o fechamento da rota de passagem que adquiriu a denominação de Estrada do Colono. Embora tratados de maneira mais descritivas no capítulo I do presente trabalho, convém ressaltar que o conflito foi permeado pela retirada do caminho destas populações, de maneira coercitiva e vertical, através de força policial que, dentre outros aspectos, intensificaram as dificuldades de superação da questão. Esses outros aspectos estão relacionados à importância da estrada aos interesses econômicos e sociais destas comunidades, uma vez que encurtava as distâncias entre os dois municípios e ainda das regiões sudoeste e oeste do Estado do Paraná.

Minhas intuições nascidas na constância das atividades de campo e algumas delas compreendidas pela reflexão sobre as situações encontradas indicam que o atributo cultural

e simbólico torna-se relevante – não que não se faça presente desde o início – a partir da intensificação do conflito judicial em favor da reabertura do caminho.

Num ponto da visão, ter um Parque que não pode ter estrada dentro e que tem concessionárias, como pode? Quem viu a estrada antes conservada, sem retirada de palmito e caça e a possibilidade de facilitar a fiscalização... por esse lado é ruim ela estar fechada...Mas por outro, foi feito certo. Mas não se mantém certo. É como uma horta, você planta lá e não cuida, vai cair no abandono, como está ocorrendo lá. (Embaúba, em 10.03.2008).

Entra em cena a questão ambiental fortemente justificada nos movimentos pró-fechamento da Estrada (e também por ONGs ambientalistas, pela opinião pública nacional). A organização central do movimento pela abertura da Estrada do Colono (AIPOPEC) busca assimilar o discurso ambiental nas suas reivindicações. A EA, então, se caracterizaria pelas medidas adotadas: controle de velocidade, distribuição de panfletos educativos, proibição de circulação de veículos com problemas de escapamento, etc. Essa transformação no discurso prevê também a mudança nas reivindicações, e a exigência de rota de passagem passa a ser que a Estrada seja transformada em local de visitação turística.

O que pode ser considerado como um problema socioambiental no caso estudado, está além dos conflitos relacionados e aparece na indiferença da população ou na mágoa frente ao indesejado na região do PNI, já que a sua existência como unidade de conservação demanda que a estrada se mantenha fechada. A partir dessa situação, as infrações ambientais mais comuns no PNI se tornam justificáveis, dentre as quais elegi a extração ilegal do palmito Juçara, que traz argumentos como:

se o parque não é nosso amigo, por que vamos querer ele aqui? Porque vamos cuidar de algo que não conhecemos? (Beija-flor, em 03.03.2008).

Este trabalho priorizou em suas interlocuções a respeito das infrações ambientais a exploração de palmito Juçara (*Euterpe edulis*). Por outros trabalhos de pesquisa realizados, e mesmo pelos constantes trabalhos de campo praticados no PNI, por parte das equipes de

fiscalização do IBAMA e da Polícia Ambiental, pode-se verificar que os problemas ambientais, como a extração e exploração de palmito, não estão estritamente relacionados com a questão econômica. São aspectos envoltos em diversos outros motivos, que se estendem desde a formação histórico-cultural dos municípios em questão, até a questão da aplicabilidade da Lei Ambiental¹³¹.

A extração do palmito Juçara, apesar de ser econômica, não é de subsistência, à medida que a maioria das “fabriquetas” onde se envasa o palmito para a comercialização, bem como, uma boa parte dos receptores do material vindo do PNI, são proprietários de terras nesses municípios. Estas terras, por sua vez, têm culturas rentáveis, como é o caso da produção de fumo, soja, trigo ou milho, agriculturas básicas nestas localidades.

O palmito Juçara, como espécie nativa da Mata Atlântica brasileira é de altíssima qualidade, mas seu ciclo de produção é longo, o que torna a exploração predominantemente extrativista. Muitas vezes, as árvores são cortadas antes mesmo de frutificarem. Explorado intensamente a partir da década de 70, esta espécie de palmito já é considerada ameaçada de extinção em alguns estados brasileiros, e se o mesmo ritmo de extração continuar, logo será uma espécie ameaçada em todo o país¹³². Além da diminuição do “estoque” populacional dessa espécie no parque, a intensa retirada das árvores de palmito ocasiona a formação de clareiras na mata, o que provoca um conjunto de processos conhecidos como *efeito de borda*¹³³.

Além das alterações paisagísticas, a retirada de palmito interfere na dinâmica populacional da floresta, já que a interrupção na produção de sementes provoca prejuízos diretos para a *avi-fauna* e a *masto-fauna*. Por se tratar de uma fonte alimentar importante para diversas espécies animais, sua escassez repercute, ao longo da cadeia trófica, e interfere no equilíbrio das populações de animais consumidores, como o macuco (*Tinamus*

¹³¹ Devido à própria especificidade de estudo que exige a Lei Ambiental, o projeto se limitará às questões sócio-culturais.

¹³² Apesar da retirada se concretizar sem a realização e a aprovação de um plano de manejo sustentado, o que é proibida por lei, a exploração predatória tem avançado no país e em boa parte, o palmito Juçara comercializado e exportado pelo Brasil atualmente é ilegal.

¹³³ Este efeito é caracterizado por uma série de alterações microclimáticas, iniciando com a elevação da temperatura do solo e conseqüente aquecimento do ar no interior da floresta. Isso incorre na perda de umidade pela evaporação do ar, tornando-o mais seco e facilitando a propagação de incêndios florestais. Outra alteração decorrente deste processo é o aumento da exposição de árvores à ação do vento, o que se torna desastroso em épocas de ventanias, ocasionando a queda de muitas árvores. As modificações do microclima e a queda das árvores desencadeiam também outros efeitos. Com o aumento da insolação e o ressecamento, as plantas heliófitas começam a aumentar, impedindo o crescimento das plântulas das grandes árvores (em geral adaptadas a germinar na sombra) e transformando a área em uma densa macega de vegetação arbustiva baixa e com dossel aberto (URBAN, 2002). Esse processo também foi utilizado como umas dos danos ambientais justificados para o fechamento da Estrada do Colono.

solitarius), a jacutinga (*Pipile jacutinga*), a guariba (*Alouatta fusca*) e a anta (*Tapirus terrestris*) – animais pertencentes à fauna do PNI e na lista oficial daqueles em extinção. Além destas, outras trinta e seis espécies encontradas na área se utilizam deste alimento (URBAN, 2002). Outro aspecto importante a se considerar é que as conservas preparadas ilegalmente pelos palmiteiros são, como pude constatar em diversas oportunidades de trabalho no campo, produzidas em condições completamente inadequadas. Em geral, são fabricadas no próprio lugar de extração e os cuidados de higiene são precários. O cozimento do palmito, também a esterilização, são feitos a céu aberto, o que facilita a contaminação do alimento pela bactéria *Clostridium botulinum*, responsável pelo Botulismo, produtor de uma toxina que, quando ingerida pelo ser humano, provoca um comprometimento severo do sistema nervoso, caso a pessoa contaminada não receba tratamento médico imediato, pode vir a morrer.

A extração ilegal do palmito juçara, espécie endêmica da Mata Atlântica, embora sendo um problema ambiental que afeta todo o bioma, e do qual dar conta da análise não é o foco deste trabalho, se mostrou na pesquisa como um aspecto para o entendimento da relação comunidades e PNI. A hipótese inicial que foi posteriormente confirmada dá conta de que dentro dos embates em torno do conflito, essa infração é vista pelo o que chamo de indiferença. É justificada pelo fechamento da estrada, porque as pessoas necessitam de uma fonte de renda, mas também porque de maneira geral o PNI não é visto como parte dessas comunidades. É visto como algo que separa duas regiões. A postura política dos municípios, da mesma forma, não tem a infração ambiental dentro do rol das ocorridas no município, nem pela gravidade, nem pela responsabilidade de prevenção e combate às incidências.

Embora esteja envolto à questão econômica, tanto na justificativa de necessidade por parte daqueles que extraem o palmito, ou mesmo na rede de receptação envolvida no processo, cabe pensar que estando alheio às políticas públicas locais, ao entendimento e compromisso das administrações desses municípios, enquanto problema que não se refere exclusivamente ao PNI, não há políticas voltadas à inclusão dessas comunidades, principalmente as ribeirinhas ao rio Iguaçu, para gerar rendas que supram a justificativa da infração.

Contudo, por parte da administração do PNI, a situação parece semelhante. Apesar de haver incentivo ao ecoturismo, a camada da sociedade envolvida com essas atividades não inclui essas comunidades. Tampouco isso acontece, até o ponto onde as análises da

pesquisa alcançaram, nos projetos locais de produção orgânica que está desligada do PNI. Está envolvida com costumes, conhecimentos e tradições locais, mas não há o entendimento de uma relação positiva entre o econômico aí, e o meio ambiente.

A falta de conexão desses elementos (políticas que englobe os infratores, potenciais econômicos locais, não degradantes, e o meio ambiente) revela que além de possibilidades, também há os limites da relação entre as comunidades e o PNI. As falas dos gestores do Parque revelam políticas de inclusão possíveis de serem empregadas, no entanto, ressaltam que existem condicionantes na política de organização que dificultam as iniciativas de implementação.

3.3.1 Condicionantes políticos locais

O campo político também mantém forte influência no desenrolar e na manutenção da situação. Isso ficou evidente na fala a seguir, acompanhada de gestos corporais que indicavam impotência e indignação diante da situação explicada. Para esse agente,

o problema, seja ele qual for, é que não se assume o que se promete, o político joga na população. Se o Parque está aqui, o problema não é nosso, não recebemos nada de ICMS ecológico (...) O problema, ou você desvia ou você elimina, só tem esses dois lados. E o político primeiro fala que vai abrir a Estrada e se elege, depois ele joga essa imagem de que o PNI não serve, não ajuda em nada, é um empecilho. É simples, muito simples. Ele vem aqui, filma a estrada, filma as concessionárias e leva a realidade daqui e justifica como é aqui [Foz do Iguaçu] e diz que não pode fazer nada. E se justifica, ganhou uma guerra com pouca munição... (Embaúba, em 10.03.2008)

A violência simbólica (BOURDIEU, 1982; 2001) do uso político dos conflitos que se destacaram nessa região se faz presente nas falas das comunidades, como no exemplo acima. Compreender esse fator também se mostra, para mim, importante para abranger um pouco da complexidade dos condicionantes que se mostram perenes dentro da relação entre as comunidades do entorno e a gestão do PNI.

O político chega aqui e fala pro povo que vai reabrir a Estrada. No mesmo dia, ele vai lá em Realeza e promete que vai manter fechada, porque pra eles é melhor, pois o trânsito que passava aqui, passa por lá agora. Assim vamos vivendo, em cada eleição nós acreditamos que pode ser diferente, que o político vai honrar sua promessa. Ele se elege e começa tudo de novo, não faz nada (Ipê, em 13.03.2008)

Esta utilização política dos conflitos entranhados no enredo sobre o fechamento da Estrada mostrou-se importante para manter as dificuldades de diálogo entre as populações do entorno e a administração do PNI. As divergências que envolvem os interesses diversos da política partidária municipal e regional e as pessoas destas localidades contribuem nessa problemática. Durante a pesquisa, que se revelou como fonte de esperança para o ressurgimento da estrada como foco criou expectativas nos entrevistados, confiantes na possibilidade de reabertura. Assim, mostravam esse desejo não apenas nos testemunhos, mas com documentos guardados há anos, como tesouros raros, fatos que ilustram como o interesse político povoou e ainda povoa os anos de conflito (Cf. anexo 6).

As falas da população participante da pesquisa revelam certa compreensão desses usos, indicando que, embora as promessas de abertura ou de fechamento por parte dos políticos da região sejam vistas de maneira mais acautelada, a construção do discurso da esperança de abertura ainda é forte. Minha chegada ao município e as primeiras aproximações com a população formam aos poucos revelando como essa esperança é forte. Frente a frente já me perguntaram:

Você veio fazer algo por nós?

Ou ainda, em ocasiões que se repetiram:

Vocês que são da universidade precisam olhar pra isso, mostrar para que as pessoas conheçam e entendam que precisamos dessa Estrada, que ela é nossa. (Figueira, em 06.03.2008)

3.3.2 Políticas ambientais

Aliadas a esses fatos estão as políticas ambientais que são recentes no cenário brasileiro. Embora inovadoras (FERREIRA, 1998; SOUSA, 2006), conservam a obediência para com a agenda 21 e as convenções ratificadas em nível internacional, como as Convenções de Roterdã (1998), Basiléia (1988), Estocolmo (2001). No entanto, implementar as exigências das leis ambientais nessas regiões é uma dificuldade maior a ser contornada.

Isso remete não à região do entrono do PNI em particular, apesar do conflito com o fechamento da estrada, que acirra a relação adversa entre meio ambiente e desenvolvimento. A política ambiental brasileira, formalizada a partir da década de 70 e 80 sob pressão de grupos ambientalistas internacionais, se constitui em desajuste com a realidade prática do país. Quando relacionada desde a criação, ao que me parece, se mostra como falta de compromisso do Estado frente às questões ambientais, como pode-se perceber ao analisar a criação de alguns órgãos ambientais, como a SEMA que

(...) se dedicava ao avanço da legislação e aos assuntos que demandavam negociação em nível nacional, tais como a produção de detergentes biodegradáveis, a poluição por veículos, a demarcação de áreas críticas de poluição e a criação de unidades nacionais de conservação. De fato, as medidas de Governo se concentravam na agenda de comando e controle, normalmente em resposta a denúncias de poluição industrial e rural¹³⁴.

O modelo da política ambiental brasileira elaborado a partir da Conferência de Estocolmo teve como pilares principais o controle da poluição e a criação de unidades de conservação.

O crescimento populacional e o saneamento básico, componentes de políticas setoriais de impactos sobre o meio ambiente, ficaram excluídos desse modelo, constituindo, cada um, objeto de política própria, não articuladas à questão ambiental, o que evidenciou o desenvolvimento isolado deste setor¹³⁵.

Desenvolvimento e proteção ambiental entram em choque também no PNI. E elaborar uma gestão participativa dos recursos do Parque depende também de administrar as leis sob os moldes das necessidades individuais dessas localidades.

¹³⁴ Sousa, 2006. Disponível online em <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis>. Acesso em 15.02.2009.

¹³⁵ Ibid.

Zona de amortecimento é um problema, é de 10 km. Na zona de amortecimento não dá pra ter tilápia, mas e se não está na bacia na zona de amortecimento? A cidade de Capanema está na zona de amortecimento. Precisamos redesenhar tecnicamente essa área. Floriano é a única bacia hidrográfica totalmente inserida em uma floresta, salvaguardado, é um testemunho para qualquer análise. Só que eu tenho na BR 277 uns 14 pontos vulneráveis. Outro dia deu um acidente com um caminhão com álcool, mas se for ácido sulfúrico, e outro tóxico? (Cedro, em 19.03.08)

Conforme citado no capítulo I, Serranópolis do Iguaçu possui cerca de 90% dos seus domínios na zona de amortecimento do PNI¹³⁶. Qualquer atividade a ser realizada no município dependeria de autorização da administração do PNI. Essa situação se estende a outros municípios do entorno, tendo em vista a forte urbanização dessa região.

Nós temos praticamente todo o município dentro dos 10 Km. E brigamos pra não fazer mata ciliar em tudo. Lutamos pra não fazer essa averbação dos 20%. Apenas dois mil hectares não estão dentro dos 10 km. E não podemos fazer a reserva legal em outro município. Vamos perder 11 mil hectares de lavoura. (Palmito, em 12.02.2008)

Essa situação preocupa também a administração do PNI. Os parques nacionais sofrem hoje forte pressão para adequação às metas do governo federal, e o PNI está na lista de Unidades de Conservação a serem atingidas pelo PAC¹³⁷. Nas conversas com a administração do mesmo, esse assunto foi destaque, já que está diretamente ligado às possíveis políticas de integração com as comunidades. Atento às questões que eu estava pesquisando ficou visível o interesse em saber porque eu precisava das informações e então me disse:

¹³⁶ 10 km de perímetro conforme estabelecido no plano de manejo atual.

¹³⁷ Plano de Aceleração do Crescimento sendo efetivado no governo Lula. Dentre as políticas a serem implementadas destacam-se a construção de usinas hidrelétricas em bacias que influenciam diretamente as unidades de conservação de uso integral. No caso do PNI, há projeto em fase de licenciamento ambiental que prevê mais uma usina a ser construída no rio Iguaçu, principal rio relacionado ao PNI.

essa zona é mais abrangente, vai pegar a área de influência. Então, onde a bacia do rio Silva Jardim passa, toda a bacia deve estar na zona de amortecimento, então o que era 10 km, pode passar pra 20 km. E há outras coisas, como áreas urbanas que não podem entrar na área da zona de amortecimento; então Matelândia complica e Céu Azul vai sumir. O município não pode crescer no sentido do parque. (Jequitibá, em 16.03.2008)

O estabelecimento das Zonas de Amortecimentos, além de obedecer ao marco inicial de um raio de 10 km estabelecidos pela Resolução CONAMA 13/90, deve estar ajustado aos limites geográficos de acordo com as características ambientais regionais e, principalmente, considerando as bacias hidrográficas e o potencial para a formação de corredores ecológicos. Para o mesmo agente, demonstrando tensão sobre o assunto, não há simplicidade nos fios que enredam o fechamento da Estrada do Colono, por isso, afirma:

tenho medo quando eu for mexer com isso. Vai dar uma “pauleira”, até mesmo política. Até falei na reunião dos chefes: como vocês vão falar para um prefeito que o município dele não pode crescer mais? Quer mexer, chama o pessoal de Brasília, eu é que não quero mexer com isso... (Jequitibá, em 19.03.2008)

Essa aparente necessidade de conciliação entre as possibilidades de “desenvolvimento” dos municípios, com a preservação ambiental tal qual reza a legislação, é dificultada não apenas pelo histórico das políticas de meio ambiente adotadas pelo Brasil, num viés de resposta aos apelos e pressões externas, deixando a área ambiental como isolada dos outros setores do governo. Um fato que mais se destaca, no caso dos municípios do entorno do PNI é que, conservar a estrutura econômica e fundiária desses municípios, impede o cumprimento *ipsis literis* das leis ambientais.

Este é um problema de gestão que se mostra de solução imprevisível, como pude perceber na estada nessas regiões. O ter que falar ao prefeito que *o município dele não vai crescer mais* reflete o tipo de desenvolvimento que se espera ainda hoje para o país, de levar o progresso às matas, com o mesmo sentido que move alguns discursos para a reabertura da Estrada. Imbricadas na dinâmica social mais ampla, essas regiões cogitam as prioridades às quais são dadas ao progresso que se espera para o país. Por outro lado, tendo

esse viés como norteador, essas cidades parecem não perceber outras formas de administração.

3.3.3 Estrada do Colono

Conforme busquei retratar anteriormente, embora fechada desde 1986, a estrada do colono é marco fundante para a relação conflituosa entre as comunidades do entorno e a administração do PNI. Estando na região pude compreender mais de perto, como a suposta perda da estrada eleva a tradição de um sentimento desbravador dos povos dessas regiões.

(...) o colono quando se revolta ninguém segura. O colono é que nem uma tropa de gado, estourou a mangueira ninguém mais ataca. Porque o soldado tem um comandante, o quartel, tem o cabo... mas o colono não tem. (Figueira, em 15.03.08)

A existência desse conflito mostra, de maneira acintosa, uma complicada relação com as populações vizinhas, além dos claros prejuízos ambientais. O próprio Plano de Manejo do PNI (IBAMA, 1999) traz o conflito como *o maior problema institucional do Parque*. O mesmo documento destaca que se o movimento de reabertura, *com uma conotação altamente política*, causou sérios danos ambientais, principalmente de fragmentação, e institucionais, evidenciando a fraqueza da questão ambiental no Brasil, por outro lado, mostrou também que a gestão dada às Unidades de Conservação do País permite administrar *somente dos limites para dentro, esquecendo-se do entorno e suas complexidades*.

As falas da população e dos gestores se aproximam em alguns pontos, como ao corroborarem com o entendimento da forte ligação histórico-cultural das pessoas da região para com a estrada. Nas palavras de um morador pioneiro do município de Capanema, o fechamento

foi ilegal. O jovem vem até a apoiar o fechamento porque ele não tem raciocínio de passado. Mas a estrada nunca deveria ser fechada, porque ela vem dividindo que nem o muro da vergonha lá na Alemanha. E aqui em vez de arrumar o muro, espatifaram com o resto que tinha (Figueira, em 15.03.08).

Daqui a medianeira era 30, 35 km, agora são 180km. E é tudo Brasil, se fosse outra nação, vamos respeitar a nação do vizinho, mas é tudo Brasil, poxa (sic) (Figueira, em 17.03.08).

Quanto a isso, a própria gestão do PNI tem uma visão parecida,

inclusive de oposição contra o governo. Conflitos armados, como a guerra que teve aqui na colonização. E aí, eles tinham como se fosse um direito adquirido na estrada e que lhe foi roubado. Eles podem alegar mil coisas, mas é simplesmente um direito adquirido que foi roubado. E a facilidade de vir tomar chimarrão, uma coisa muito mais folclórico-cultural. Do ponto de vista estratégico de conservação, nunca vai resolver. Podem quebrar o pau, vai ser um caos... Mas não vai resolver. Eu quando vou conversar com a comunidade, falo assim: "Não vai abrir uma estrada. Nunca mais vai ter uma estrada aqui." Isso é insano. Mas é bom entender isso pra saber como que a gente trabalha (Cedro, em 07.03.08).

Outros discursos entram em cena nas significações dos agentes envolvidos, também pela negação do viés econômico por parte de um:

Eu não tenho a menor dúvida com relação a isso (...) é comprovado que esse é um problema que não tem nada econômico, e sim, o fato de ser uma comunidade politicamente forte (Cedro, em 07.03.08).

Ou ainda pelo reforço de que a importância econômica deve ser também priorizada. O fato mais marcante que fica da inserção nesse tema, é que ele, embora esteja mais forte nas populações mais velhas, devido à ligação direta com os embates ocorridos, a população mais jovem mostra-se inserida nessa rede de subjetividades e, a partir disso, com toda a complexidade das transformações dialógicas desse processo, um sentimento que posso chamar aqui de geral, permanece uma base fundamental para a constituição daquelas sociedades. Um marco histórico.

A população foi muito agredida, aqui a população não gosta dos órgãos ambientais, do IBAMA, da Polícia Florestal. Eles deviam ser parceiros, mas não... Na época do fechamento nós fomos

chamados para apaziguar, quase teve morte... (Jaracatiá, em 07.03.2008).

A narrativa do juiz da comarca revela como a comunidade em geral significa o processo de fechamento da Estrada, quando diz: *a questão do fechamento do parque é uma questão histórico-cultural, mas tem também um caráter emocional*¹³⁸. Grande parte das falas das pessoas com as quais conversei, ou mesmo em diálogos paralelos em locais por onde eu circulava nessa época, trazem queixas que vão além do fechamento da Estrada, e se inscrevem na forma como se deu o fechamento da mesma, marcado por intensas relações verticais de poder e mando.

A população daqui nunca foi consultada, nunca participou das decisões. Podia dizer: “tem que fechar, por conta disso, disso e disso”, mas tinha que chegar no olho da população e dizer... (Jaracatiá, em 16.02.2008).

Não obstante, o desenrolar do conflito após o fechamento também revela aspectos da situação que hoje perdura. Tanto as dificuldades que tem o IBAMA para adentrar nesses municípios, devido ao repúdio que se alastrou, quanto as poucas iniciativas deste para promover momentos de aproximação. Nas palavras das comunidades está expressa a maneira pela qual se solidificou o entendimento mais geral no que diz respeito à relação comunidade e gestão do PNI:

A indiferença está aumentando com essas populações locais. É muito grande. Nada fere mais eu ou você que a indiferença. A pessoa pode até nos insultar quando está brigando, mas quando nos trata com indiferença é a pior coisa que tem pro ser humano. É uma ofensa. É pior que me xingar (Jaracatiá, em 07.03.2008).

O relatório elaborado pela AIPOPEC (1998) visivelmente busca justificar a região como ponto turístico do PNI. Esta, ao que nos aparenta pela análise do documento, seria a grande e talvez a única utilidade do Parque: beneficiar financeiramente os municípios. Embora tenha sido elaborado por um engenheiro florestal, pós-graduando nas áreas das

¹³⁸ Jaracatiá, em 07.03.2008.

ciências econômicas, o que se viu de propostas ecológicas para a região foram apenas aquelas relativas à manutenção, em conformidade com as exigências da legislação, em qualquer área:

*Aquela **face morta** precisa ser vitalizada, mostrar para todos que contém vida, muita vida e energia. Para isso precisa se tornar relevante para todas as comunidades que se desenvolvem em sua volta. (...) no caso do caminho do colono, desaparece a zona de uso especial e se criaria a Histórico-cultural¹³⁹.*

A denominação do PNI e sua atuação na região como *face morta*, explica esse entendimento. Também explica o juízo que se faz em relação ao meio ambiente: se não é lucrativo, ou útil (aparentemente), não deveria existir. Em nenhuma ocasião e em todo o relatório são citadas as necessidades de preservação que exigem que a maior parte de um parque nacional, com as características do Iguazu seja conservada o mais natural possível. Tampouco são citados os benefícios que este oferece ou as possibilidades de ecoturismo que, ainda que fora de seus limites oficiais, acontecem beneficiados pela organização ecológica promovida em função do Parque: rios, corredeiras, vegetação.

As propostas de conservação de ambiente que se propõem, a partir desse relatório e expostas nas falas de muitos integrantes da comunidade, voltam-se para a contrapartida de manutenção da estrada aberta e de outros benefícios que o Parque poderia criar, tais como, outras trilhas, estradas e atrações turísticas rentáveis e diversas.

os municípios lindeiros ao parque nacional do Iguazu estão em notável desenvolvimento, apesar de possuírem uma face morta: a que os divide com o parque nacional do Iguazu. Lá está ele, colosso e aparentemente indiferente às comunidades que o envolvem. No ritmo dos avanços antrópicos atuais, perguntamos: por quanto tempo ele poderá se preservar assim?¹⁴⁰

Nesse sentido, o conteúdo econômico se justifica em outros moldes, com os quais se justificava anteriormente: na nova proposta, veta-se a passagem de grandes cargas, o que impediria a passagem das safras da região. A estrada estaria aberta mediante cobrança

¹³⁹ AIPOPEC, 1998:4.

¹⁴⁰ Ibid, p. 2.

de tarifa para a passagem de carros de passeios, destinados, ao que nos consta, exclusivamente para visitação turística. Não se cita no relatório, a questão das famílias da região, que necessitariam da passagem para integração familiar. Fato que se escuta nas conversas com os moradores.

A proposta da época é uma tentativa de justificar a necessidade de abertura e promover um acordo para com as autoridades responsáveis pelo Parque, embora ele seja descrito sempre na terceira pessoa e como responsável por seus caminhos, ou seja, não se cita, no relatório, IBAMA ou MMA. Em alguns parágrafos faz-se referência ao CONAMA, tão somente para se identificar as leis por ele fixadas.

A meu ver, pelos resultados que o estar entre essas populações possibilitou compreender, lidar com esse processo e buscar um consenso são condutas marcadas historicamente por grandes dificuldades. Como desafio, construir interlocu es entre ambas as partes, sem, no entanto, pensar essas localidades como excluídas de um pensamento s cioambiental mais geral vinculado à sociedade brasileira.

3.3.4 Fiscaliza o

Uma das contingências que influencia na problemática estudada é a fiscaliza o. Embora não tenha tratado diretamente com a Polícia Ambiental, meus recentes anos de presta o de serviço junto a ela autorizaram alguns entendimentos, confirmados com a estada no campo. A maior dificuldade encontrada nesta esfera vai além da precariedade de infra-estrutura e logística, esbarrando nos setores políticos e estruturais de ambos os responsáveis: Polícia Ambiental e ICMBio. Inclui-se aqui, o fato de que o Iguaçu, detentor das Cataratas do Iguaçu, tem nas atividades turísticas e de Uso Público uma atenção prioritária. Destaquei no capítulo I deste trabalho o montante médio dos recursos que essas atividades geram, bem como, o modo pelo qual o PNI é conhecido internacionalmente. As dificuldades sob as quais vive a maior parte das unidades de conserva o brasileiras (BRITO, 2000; LOUREIRO & PINTO, 2005), remetem ao período da regulariza o fundiária, da violência generalizada e acabam levando à idéia de que o PNI está sob condi es aceitáveis.

A questão da proteção de maneira geral está extremamente complicada porque nossa relação com a ambiental se deteriorou. Nós temos uma culpa institucional. Eu saí daqui e caí em uma agenda nacional, fui pra reserva ecológica do “Curupi” com madeireiro, com tráfico de drogas, o Iguazu era lindo e maravilhoso. Tinha o Guaporé, pico da neblina, com índios e 65 milhões de hectares no Brasil. Isso aqui não caía na agenda. (Cedro, em 07.03.08)

Compreendo que a fiscalização por parte da Polícia Ambiental e do IBAMA não é a única responsável pela segurança do PNI, nem é esse o entendimento sob o qual gira o eixo desta dissertação. Mas, é fundamental salientar que a precariedade e a falta de atividade em campo, desde a prevenção até a fiscalização ostensiva, acabam por se mostrarem como incentivadoras de certas práticas predatórias, que são constantes naquele cenário.

Cheguei aqui e isso, e tem o comandante daqui [ambiental] que quer fazer a agenda dele, quer trabalhar por si, tem seu compromisso político também, e a relação foi se desgastando. Se você pede uma ajuda, não pode porque não sei o que (...) Já tive que enfrentar bandido sozinho, ninguém desceu aqui, e disseram que não tinha viatura para descer e a viatura estava ali (Cedro, em 07.03.08).

A dificuldade de acordos e de diálogos entre a Polícia Ambiental, órgão fiscalizador mediante convênio, e a gestão do PNI, também agravam ainda mais o problema da falta da presença do órgão gestor nas comunidades. Nas falas da administração do PNI isso é fortemente destacado:

não tem convênio, mas nem por isso a polícia tem que deixar de trabalhar. A polícia ambiental tem que trabalhar com o meio ambiente. Eu não tenho convênio com a prefeitura e não vou fazer vista grossa se eu passar e vir um incêndio. (Jequitibá, em 08.03.2008).

Com essa relação nosso trabalho está difícil. Na verdade tivemos momentos melhores de resultado de proteção. Fiscalização e patrulhamento estão uma droga. Não dá pra refém de melindres de comandantes ou de diretor. Isso é um patrimônio nacional. (Cedro, em 07.03.08)

Nesse viés a extração ilegal do palmito juçara também tem sua continuidade assegurada. Cabe lembrar aqui que não compreendo esse aspecto como falta de fiscalização, ou como responsável por esse tipo de crime ambiental. Outros fatores, incentivo inicial dessa pesquisa, a partir de dúvidas que não se conseguia responder, me levaram a construir o projeto para esta dissertação. No entendimento construído com as mediações do campo, com a convivência nessas comunidades pude refletir com mais clareza sobre essa prática, a qual vai além da demanda econômica, pois esta, por si só não explica o volume das infrações registradas, especialmente nas localidades estudadas.

É bom sacar isso porque eu tenho uma discussão já com algumas pessoas que é a seguinte: eu não conheço qual é a rede de produção de palmito. Onde está o comprador, quem é o financiador até chegar ao palmiteiro. Isso é bom pra quebrar as pernas lá em cima. Eu vejo várias maneiras. Um deles é quebrar o comprador, o financiador. E outra é trabalhar socialmente com o cortador de palmito. (Cedro, em 07.03.08)

Nas falas da população dessa região, havia quase sempre uma justificativa destas práticas, ora pela suposta necessidade econômica das famílias que tradicionalmente exploram a atividade, ora pelo discurso de que, se o PNI não colabora com as comunidades, logo não é possível protegê-lo. Algumas falas despertavam em mim uma sensação de que estas pessoas se orientam pela indiferença para com as demais manifestações de vida, implicadas na questão ambiental.

3.3.5 Educação ambiental

Os programas de educação ambiental que são desenvolvidos no PNI, conforme ressalto no primeiro capítulo, estão ligados exclusivamente à Escola Parque. Com relação aos cursos ofertados aos municípios, como um modo predominante de atuação da Escola,

percebi que eles têm boa acolhida e que asseguram efetivar algumas mudanças de pensamentos, ainda que pontuais.

Com os projetos de educação ambiental eles foram multiplicadores, não todos, mas de maneira geral. Eu dei aula pro curso e teve gente que entrou e saiu pensando a mesma coisa, mas tem gente que disse: “professor, eu entrei pensando uma coisa, e agora eu penso outra”. Agora o projeto carnívoro também, é um projeto pra 10 anos, isso garante que estaremos lá por 10 anos (Jequitibá, em 03.03.2008).

Durante uma conversa com os docentes dos dois municípios, observei significativa mudança no modo como traziam a questão ambiental. Os professores tinham outra opinião a respeito de questões como a importância do PNI; o fechamento da estrada; o meio ambiente como tema a ser tratado pela escola. Não obstante, a EA é apontada como fator de diálogo, ainda que sob aportes formais, mas, como uma exigência que aos poucos vai se inserindo nas políticas públicas dessas localidades:

Estamos entregando pra integrar mais o povo com o meio ambiente, mas não vamos desistir nunca da estrada. A estrada vai ser uma luta eterna. A idéia da escola foi do IBAMA, vamos reformar e entregar pra eles, vai ser uma integração município IBAMA e vai ter cursos pra agricultores, donas de casa, escolas... Eu acredito que é bom, que o meio ambiente precisa de muito cuidado. Mais de 60% do município é parque e nunca se ouviu dizer que se queimou porque então os agricultores são conscientes (Palmito, em 12.02.2008).

A pesquisa me fez constatar que a necessidade de manter fechada a estrada do colono não entra nas discussões sobre a conservação do PNI ou do meio ambiente em geral. Há aí uma nítida separação entre aceitar e compreender a necessidade de conservação, mas há também uma limitação no entendimento das conseqüências menos visíveis dos impactos que alguns usos podem causar. Por outro lado, a própria forma de administração do PNI, embora consonante com o SNUC, também gera desconfianças e dificuldades de buscar os consensos. Prova disso são as frequentes contestações a respeito da forma de uso da região das Cataratas do Iguaçu, denominada pelo Plano de Manejo do PNI, de 1999, como Zona de Uso Intensivo.

Embora o Plano de Manejo seja um documento obrigatório e público, que deve ser construído através da participação das comunidades diretamente interessadas nas Unidades de Conservação, conforme determina o SNUC, os dissensos são comuns em questões como o zoneamento das UCs. Isso gera problemas de administração e o embasamento técnico, mais uma vez aparece distante do conhecimento levado aos setores interessados.

Outra tentativa de facilitar a proximidade entre a população e os gestores do PNI ganha visibilidade nos planos de turismo sustentável (ver capítulo I). No entanto, apesar de haver um trabalho de alguns anos, próprio de municípios como Capanema que possui, dentre o total plantado, de 10 a 15% da produção de soja orgânica (IBAMA, 1999). Mesmo os projetos de ecoturismo, uma parceria ainda informal entre os municípios e o PNI, se efetivam com as restrições das leis nacionais, que não poderiam privilegiar os setores locais nos processos licitatórios para a concessão da prestação de serviços referentes à exploração dos potenciais turísticos locais.

O legal lá é que tem um grupo forte de ecoturismo. Eles estão vendo que está tendo uma boa procura. A estratégia de turismo sustentável também ajuda na proteção, porque quem tiver fazendo o passeio vai denunciar (Jequitibá, em 03.03.2008).

Embora com as dificuldades legais, esse incentivo acaba sendo feito por acordos de jurisprudências internos da administração do PNI. O que ocorre está na maneira como esses serviços são ofertados, já que os responsáveis pela exploração do potencial turístico local acabam não abrangendo a população potencialmente agressora, ou agressora direta dos recursos, como os moradores ribeirinhos do rio Iguaçu, que usam o parque para a extração do palmito Juçara e para outras atividades predatórias. Assim, o que se inicia aparentemente como uma tentativa de aproximação entre comunidade e PNI, passa, a meu ver, a servir majoritariamente aos interesses econômicos, deixando de potencializar a realização dos objetivos anunciados, aos quais se propuseram.

O pessoal do IBAMA prometeu muita coisa, mas não fez nada. Chegou uma época que os guardas florestais do IBAMA não vinham aqui, eles tinham medo. Daí em função disso surgiu o roteiro de turismo sustentável. Vinha gente da Alemanha aprender a fazer açúcar. Chegou um ponto que os nossos produtores saiam dar curso pra outras agroindústrias. Surgiu também a idéia de trazer a alternativa do turismo mais ficou só

na fala, esse prefeito trouxe a secretaria do turismo, e o IBAMA mandou uma pessoa (...) começou a montar o projeto com a ajuda do IBAMA no início, hoje eles não pagam mais (Angico, em 11.02.2003).

Como foco principal dessa dissertação, procuro destacar as atividades de aproximação com as comunidades, as quais ainda são distantes de efetivação prática. Mesmo com algumas iniciativas que forjaram pontuais situações de mudanças em algumas práticas, como se pode verificar nos discursos dos professores ou na recepção aos administradores acima citados, a EA proposta para a gestão do PNI ainda se mostra excessivamente institucionalizada e formal, no sentido de enfatizar o cumprimento de exigências legais, sem inseri-las como princípios de gestão. Esse entendimento não é exclusivo, mas está ligado, conforme exposto no capítulo II do presente trabalho, ao modo majoritário como os programas de EA são propostos como mecanismo de conscientização ambiental.

3.3.6 a Reserva da Biosfera da mata Atlântica como facilitadora da Gestão patrimonial

Fruto da intensificação dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80, a primeira Reserva da Biosfera da Mata Atlântica surgiu em 1991, aprovada pelo Brasil junto à UNESCO. Inicialmente, a RBMA incluía apenas algumas áreas isoladas nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. A adesão de órgãos ambientais, cientistas e comunidades de outros estados tornaram a RBMA uma Reserva da Biosfera na escala do Bioma, envolvendo hoje quinze estados brasileiros.

A RBMA propõe princípios de participação, descentralização, transparência e busca de consensos dos agentes envolvidos com a Mata Atlântica. Propõe ainda, a flexibilidade e a desburocratização, evitando a superposição de atribuições com as instituições ambientais já existentes. Para isso é regida por órgãos colegiados de decisões e com participação simultânea e paritária entre as entidades governamentais, nos níveis federais, estadual e municipal e setores organizados da sociedade civil – organizações não governamentais, comunidade científica, setor empresarial e as populações locais. Essa

distribuição é composta por vinte e um membros governamentais e vinte e um não governamentais. Dos membros não governamentais, dezoito representam o setor científico, o setor ambientalista e as comunidades de moradores.

A gestão colegiada da RBMA que abrange o PNI é coordenada por um servidor do Instituto Ambiental do Paraná. Embora oficialmente instalada, segundo ele, ações que visem à implementação dos princípios participativos da RBMA ainda não são viáveis nessa região. Mesmo com a realização de algumas reuniões a cada três meses, ainda não se tem um trabalho efetivo que aproxime a sociedade civil e os órgãos ambientais gestores do PNI e das unidades de conservação em geral.

Há uma grande dificuldade para reunir os componentes do colegiado e a RBMT ainda não é órgão forte nas tomadas de decisão que envolve as unidades de conservação da Mata Atlântica (Jacarandá, em 13.08.2008).

Apesar das dificuldades de atuação da RBMA, sua estrutura e seus princípios participativos revelam um avanço no pensamento relacionado à gestão das unidades de conservação. Acredito que o enfoque na Gestão Patrimonial dos recursos naturais renováveis pode ser relevante e contribuir para estreitar as relações com a RBMA, como mecanismo de implementação e apoio às comunidades e órgãos ambientais.

Aliado a isso, a educação ambiental no processo de gestão mostra-se de fundamental importância. Embora centralizada no PNI, a Escola Parque conseguiu um trabalho importante em pequena escala junto aos professores, o que revela que a educação ambiental das unidades de conservação, quando comprometida com as comunidades às quais estão envolvidas, consegue trazer as discussões para o centro do problema como desafios para todos. Nas falas dos professores, após os cursos realizados junto à Escola Parque, em Foz do Iguaçu, passaram a compreender melhor as justificativas para manter fechada a Estrada do Colono:

agora eu sei porque ela precisa estar fechada, ainda que eu ache que é importante pra população. Foi só agora que me falaram do tal efeito de borda e da fragmentação e que os animais precisam de um espaço enorme pra se movimentar. Mas porque ninguém nunca falou isso pros moradores, precisava bater pra fechar?

A fala da professora revela as dificuldades de resolução do conflito entre as comunidades de Capanema e Serranópolis do Iguaçu e a administração do PNI. A falta de diálogo, de entendimento mais alargado da questão parece inseparável da relação entre os humanos que habitam o entorno e a dinâmica sócio-ambiental que envolve o PNI. A oportunidade de estar em convivência nessas localidades me permitiu entender que, aliado à visão economicista e descomprometida das forças políticas locais, está a falta de uma estrutura voltada à gestão participativa dos recursos naturais. Há uma visão estritamente legalista e cientificista que contribuiu para a permanência do conflito com a Estrada do Colono, e permite, outrossim, a iminência de outros conflitos como os que envolvem a necessidade de demarcação da Zona de Amortecimento.

O debate sobre gestão patrimonial dos recursos ambientais ainda é incipiente e é nova a literatura no Brasil. A estrutura dos órgãos ambientais, constituída em nosso país de maneira fragmentada e com interesses diversos, também dificulta mudanças na composição da gestão das unidades de conservação. Outrossim, é recente olhar o meio ambiente brasileiro como uma política de governo, já que historicamente o Brasil acolheu pressões internacionais e nacionais e formulou leis que, se inovadoras, foram implementadas fora do contexto de relação socioambientais e gerou muitos conflitos de interesses. No entanto, convém destacar a luta dos órgãos ambientais que, embora em meio às dificuldades estruturais e burocráticas, representam um avanço. Há um entendimento que aos poucos coloca as discussões ambientais aliadas às discussões de organização da sociedade mundial, a noção de progresso e a noção de desenvolvimento que é inseparável da noção de meio ambiente.

Considerações Finais

*Nós, para os outros, apenas criamos
pontos de partida*
Simone de Beauvoir

Quando iniciamos uma dissertação com as exigências intrínsecas ao título de Mestre em Educação, o que se coloca para esse momento é uma pergunta. É ela o ponto de partida para nós e para aqueles que poderão ler o texto findo. Mas, sabemos que um ponto de partida não é a finalização de uma história que ancora em um porto de chegada, pois compreende que, a cada chegada, após as travessias no campo, um novo destino convida o viajante a continuar. Assim, as conclusões que agora se apresentam não terminam a pesquisa sobre este tema, tão somente encerra a atividade começada em 2007, porque terminar também é preciso. Fica a confiança, de que este registro inspire outras pesquisas, inclusive para aperfeiçoar os limites inerentes a cada trabalho intelectual.

Desse modo, estar em campo e aprender em convivência com as comunidades envolvidas com a realização desta pesquisa me possibilitou alguns entendimentos a respeito da problemática em foco. A ela me lancei mais profundamente nesses dois anos de estudos, com as condições ofertadas para tal aventura. Desse ponto de partida algumas considerações se tornaram relevantes:

- O Parque Nacional do Iguaçu se transformou, naqueles municípios, sinônimo de conflito que marca a centralidade do fechamento da Estrada do Colono. As falas revelam uma grande mágoa pela maneira como esta decisão foi tomada, com intervenção armada das policias Federal, Ambiental e do Exército. Para as populações do entorno, habituados a um modo de vida simples, restaram as significações atribuídas a esse tipo de tratamento, considerada como extremamente ofensivo e violento. O desenrolar do conflito e a falta de atitudes de aproximação entre a administração do PNI e essas comunidades, aliados aos usos políticos do conflito dificultaram ainda mais as relações dessas comunidades com o PNI e com o IBAMA, hoje Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- Compreender como os diferentes usos políticos que marcaram as relações com a Estrada foram também fundamentais para dificultar as possibilidades de diálogo entre o IBAMA/ICMBio e as comunidades do entorno. As promessas de reabertura da Estrada e o acirramento dos conflitos contribuíram para que as comunidades olhassem com repúdio, não apenas a atuação do IBAMA, mas também as alternativas apresentadas a partir do fechamento desta Estrada e as medidas mitigadoras, tais como o asfaltamento de outras rodovias da região, os incentivos ao ecoturismo e os projetos de EA.
- Entender o problema relacionado com a retirada ilegal do palmito Juçara, principalmente na comunidade de Capanema, um dado que aparece nas falas das pessoas como justificativa da necessidade econômica de alguns moradores dessa localidade. É ao fechamento da Estrada do Colono que atribuem suas mazelas, sejam elas de ordem econômica ou cultural. O fechamento aparece

como responsável, muitas vezes, pelas dificuldades, mas também como argumento para a indiferença dos habitantes com relação ao PNI:

não posso amar o que não conheço, se o Parque não nos ajuda,
não temos que cuidar dele;

ou,

é errado, mas as pessoas precisam comer e quando a Estrada
foi fechada, os municípios perderam suas fontes de renda...

- Constatar que o histórico da questão ambiental, no âmbito internacional e no Brasil, abordava um grande distanciamento entre a legislação e o meio ambiente como componente orgânico das políticas públicas. Isso se refletiu também na organização da sociedade local, que vê de maneira técnica a questão ambiental. Os projetos da chamada Marcha para o Oeste e outro, da Revolução Verde (o primeiro do período Vargas e o segundo, referente ao tempo da ditadura Militar) corroboraram com a visão predominante de levar a modernidade ao sertão, de civilizar as florestas, de plantar até em cima dos rios... Aliado a esses fatos, a estrutura dos órgãos ambientais – desde sua formação até as formas de agir – dificultam, até o presente, a participação das comunidades envolvidas.
- Observar também, que a super valorização da visão científica, em detrimento do saber popular, além de impedir o diálogo entre saberes (MORIN, 1999) impediu a ação participativa dos habitantes. No caso estudado, essa atitude poderia fazer com que o conflito fosse contornado e que as relações entre comunidade/PNI possibilitassem novas formas de compreender, em relação, o meio ambiente de maneira mais abrangente.
- Identificar que a busca de diálogo por parte do IBAMA para com os municípios, mostrou-se ainda incipiente. Embora, algumas falas já incluam possibilidades de projetos e o entendimento de que as infrações ambientais são influenciadas pelos conflitos em torno da Estrada do Colono.

- Constatar que os programas de educação ambiental propostos pela Escola Parque, na medida em que eram efetivados, mostravam mudanças nas percepções das pessoas que deles participavam. Mesmo como um trabalho ainda muito concentrado em Foz do Iguaçu (sede do PNI) e voltado à formação de professores e alunos, a educação propagada pela Escola Parque contribui para alterar algumas condutas e aspectos do pensamento da comunidade.
- Compreender que a visão economicista e utilitária da Estrada permanecem nas vozes das lideranças pesquisadas. O meio ambiente continua sendo visto como fonte de lucros, portanto, sua conservação aparece como um ônus a ser pago pela reabertura da Estrada. De maneira geral, o entendimento de que o meio ambiente precisa ser preservado existe, desde que, todavia, não interfira no DES-envolvimento econômico dos municípios.
- Observar que, além das dificuldades de relacionamento com os municípios, o IBAMA tem outras no que tange ao cumprimento da legislação ambiental. Por exemplo, a demarcação da Zona de Amortecimento do PNI, que inviabilizará diversas práticas agrícolas e mostra-se como um conflito latente que precisa ser pensado de maneira urgente. A pesquisa mostrou que para evitar o acirramento das dificuldades nestas relações, o órgão gestor precisa antever-se na busca de uma aproximação interessada, para integrar os saberes e as necessidades desses municípios ao planejamento das estratégias de implementação do zoneamento. Os municípios têm grandes potenciais para a agricultura de produtos orgânicos, algo que poderia ser valorizado no reaproveitamento das áreas onde a agricultura convencional será proibida pela lei. Nesse sentido, a necessidade de se pensar as leis ambientais de maneira regionalizada, valorizando as demandas específicas de cada região é um desafio que precisa entrar na pauta das discussões ambientais.

A partir dos argumentos expostos fica uma compreensão ampliada do problema pesquisado: as condições geradoras das dificuldades e dos conflitos estão intrinsecamente ligados à falta de diálogo entre as comunidades e o órgão gestor do PNI. A indiferença e a distância com relação a essas comunidades evidencia o modo como aconteceu o

fechamento da Estrada do Colono, assim como, a ausência de reuniões participativas, de consultas públicas e de uma gestão que se vincule aos interesses comunitários para garantir a importância das Unidades de Conservação.

O PNI se constituiu parte da minha dedicação acadêmica e laboral desde algum tempo. Tomá-lo como campo de pesquisa era uma nova oportunidade para conhecê-lo com mais profundidade e para estar entre suas belezas e necessidades. Então, não poderia deixar de pensar essa pesquisa como uma contribuição aos estudos já realizados. Com isso, os órgãos ambientais poderão encontrar outras fontes de sugestões que favoreçam a superação das dificuldades históricas provenientes do fechamento da Estrada do Colono, visando um novo tipo de gestão ambiental que leve em consideração o humano, enquanto agente participativo na sua dinâmica. A gestão patrimonial e o empoderamento ético dessas comunidades podem gerar responsabilidades coletivas e fomentar estratégias para uma contínua gestão participativa dos recursos naturais.

Aliado a esse pensamento, entendo que a educação ambiental mostra-se importante no processo de gestão das Unidades de Conservação, não apenas no âmbito formal, mas na reeducação significada da comunidade. A EA descentralizada e vinculada às questões específicas é que podem valorizar a cultura, o saber local, as necessidades dessa população. Desse modo, uma gestão compartilhada dos recursos naturais é fundamental para que possam vir a ser transformada a cultura de mando e obediência.

Sem qualquer pretensão de esgotar o entendimento do conflito que nutre a convivência entre as comunidades e o PNI, essa dissertação é, ao mesmo tempo, uma tentativa de problematizar um tema – a educação ambiental - pelo viés da sua importância para aproximar, cada vez mais, humanos e natureza, incluindo a sua. Para tanto, aos olhos da pesquisadora permanece a necessidade de que outros estudos, que pretendem discutir os aportes relativos ao PNI considerem as comunidades do entorno e seus artefatos culturais, como imprescindíveis na rede de significações que organiza o enredo das explicações.

Para finalizar essa atividade, empresto de Clarice Lispector as palavras que melhor do que as minhas dizem desse momento: *cada ser humano recebe a anunciação e, grávido de alma, leva a mão à garganta, em susto e angústia. Como se houvesse para cada um, em algum momento da vida, a anunciação de que há uma missão a cumprir. A missão não é leve: cada homem é responsável pelo mundo inteiro*¹⁴¹.

¹⁴¹ LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999, p. 192.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, R. C. Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática. In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ALONSO, A e COSTA, V. Para uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H.(org.). **Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía**, Buenos Aires, CLACSO, 2002.

ANDERSEN, S. **A polêmica Estrada do Colono**: alternativas via território argentino. Disponível em: <http://www.cedempt.com.br/artigo1.htm>. (acesso em 05/05/2007).

ANTONIO, C. A. (org). **Modernidade, Progresso e Ciência: alusões aos Cursos de pós-graduação e extensão Movimentos sociais e desenvolvimento**. In: Movimentos sociais e desenvolvimento: integração político-pedagógica nos cursos de pós-graduação e extensão. Francisco Beltrão: Unioeste, 2006.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-ESTRADA DO COLONO: AIPOPEC. **Comentários ao relatório Brant do Ibama**, 1998.

_____. **Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu**, 1997.

AURÉLIO, I. **Cabanas, tenentes e estrangeiros**: explorando o Oeste do Paraná na década de vinte. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000. (TCC).

BENTON, T. Biology and social theory in the environmental debate. In: REDCLIFT, M e BENTON (orgs.), **Social Theory and the Global Environment**. London / New York: Routledge, 1994.

BERKES, F. **Social systems, ecological systems and property rights**. In: HANNA, S.S. et al. Rights to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions for the environment. Washington: Island Press, 1996.

_____. et al. **Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods**. Ottawa: IDRC, 2001.

BONASSA, T. L. **Estrada do Colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu**. Universidade Federal do Paraná, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Ministério do meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira**: bases para discussão. Brasília, 2000.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil. In: BURSZTYN, M (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BUBER, M. **Eu e Tu**. 2ª edição rev. São Paulo: Moraes, 1974.

CARLSSON, L; BERKES, F. **Co-management: concepts and methodological implications.** In: Journal of environmental management, (65-76), 2005.

CARSON, R. **A silent spring.** Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CARVALHO, I. **A Invenção ecológica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____. **educação, meio ambiente e ação política** . In: Acselrad, H. (org). Meio ambiente e democracia. Rio de janeiro: IBASE, 1992.

_____. **Desenvolvimento sustentável: da economia à política.** In: SOARES, M. C. C (org). **Dívida externa, desenvolvimento e meio ambiente.** Rio de janeiro: IBASE, 1992.

_____. **O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental.** In: SAUVÉ, L. ORELLANA, I. SATO, M. (orgs). **Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra.** Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, P 85-90. Versão em português.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, E. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais.** In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000.

CHÂTELET, F. **Uma história da razão: entrevistas com Émile Noel.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CLEMENTE, A. **Prejuízos causados pelo fechamento da Estrada do Colono.** AIPOPEC, 1996.

COLOMBO, L.O. **Memória: documentos sobre a revolta de 61.** Serranópolis do Iguaçu: gráfica e editora IGOL Ltda, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Barueri: Manole, 2003.

COSTA Jr., P. J. **Comentários ao código penal.** Parte geral. São Paulo: Saraiva, 1986.

CUÉLLAR, J. P. (org). **Nossa diversidade criadora: Relatório da comissão mundial de cultura e desenvolvimento.** Campinas: Papirus.

CUNHA, L. **Conflitos de populações humanas em unidades de conservação em Mata Atlântica.** São Paulo: NUPUAB, 1993.

DALLO, L. **Estrada do Colono: a luta de um povo.** 8. ed. Francisco Beltrão: Francisco Beltrão Grafite, 1999.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DELÉAGE, J. P. **História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

DELMANTO, C. **Código penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 1982.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Revista do DER**. Curitiba, jan./mar. 1951.

_____. PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Mapa Rodoviário, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitet/NUPAUB-USP, 2000.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F. WEBER, J. (org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos paradigmas**. In: São Paulo em perspectiva 6 (jan-jun), 1992.

DOWBOR, L. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, M (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

EZPELETA, J. **Pesquisa participante**. Trad. Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. 2 ed. São Paulo: Cortes: Autores Associados, 1989.

FEENY, D. Where do we go from here? Implications for de research agenda. In: BRONLEY, D.W. **Making the commons work: theory, practice and policy**. San Francisco: ICS Press, 1992.

_____. Frameworks for understanding resource management on the commons. In: POMEROY, R.S. **Community management and common property of coastal fisheries in Asia and the pacific: concepts, methods and experiences**. Manila: ICLARM, 1994.

FERREIRA, L. da C. et. al. **Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP**. *Idéias*, Campinas, v.2, n.8, p.115-149, 2001.

_____. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FERREIRA, L.M. **A estrada do Colono e fragmentação de habitats no Parque Nacional do Iguaçu: politicagem mais que uma questão ecológica**. In. MILANO, M.S. THEULEN, V. (orgs.) *II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Campo

Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Anais.

FIGUEIREDO, G.J.P. de; RODRIGUES, J.E.R. **Parque Nacional do Iguaçu em perigo: o episódio da Estrada do Colono**. Revista de Direito Ambiental, v.11, dez.1997.

FIGUEIREDO, L. **Oeste paranaense**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS. **Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros**. Relatório do fórum de ONGs e movimentos sociais preparatório para a Rio – 92. Rio de Janeiro, 2002.

FREITAG, L.C. **Fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de um espaço vital: o extremo oeste-paranaense (1937-1954)**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. (Dissertação de Mestrado).

FREITAS, M. Educação para o desenvolvimento sustentável e a formação de educadores/professores. **Perspectivas**. Vol. 22, n.2 Florianópolis - UFSC, p. 547-575.

GAMA KURY, A. **Minidicionário da língua portuguesa**. Ubiratan Rosa (org). São Paulo: FTD, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERMER, C. **Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono: uma análise crítica**. Curitiba, 1999.

GODELIER, M. **L'idéal et le materiel**. Paris: Maspero, 1984.

GOLADA, R. **As etapas das políticas ambientais no Brasil**. In. *Rio +10 Brasil: uma década de transformações*. Rio de Janeiro: ISER; MMA; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2002.

GREGORY, V. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. In: Science 162.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL/FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Parque Nacional do Iguaçu. Plano de manejo**. Brasília, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. **Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Resumo executivo**. Brasília, 2000.

_____. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Brasília, 1999. Disponível em: http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/planos_de_manejo/17/html/index.htm. Acesso em: 14 nov.2007.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Ação Emergencial. Brasília, 1994.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, mar. 2003, n.118, p.189-206.

_____. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p. 233-250, mai/ago, 2005.

JUNIOR, A. P.: PELICIONI, M. C. F. **Alguns Pressupostos da Educação Ambiental**. In: Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos. 2. ed. Signus, 2002.

LARROSA J. SKLIER, C (orgs). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001a.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001 b.

LEPAGE, H. **La nouvelle economie industrielle**. Paris: Hachette, 1989.

LIMA, G. F. **Consciência Ecológica: Emergência, Obstáculos e Desafios**. Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais – PPGS – Ufpb n. 13, p.139-154, setembro/1998. Disponível em: <<http://www.geocities.com/ptreview/14-costalima.html>>. Acesso 17/08/2007.

LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Considerações sobre o conceito de educação ambiental. **Teoria e prática da educação**. Maringá, v. 2, n. 3, set. 1999.

_____. Ética e cidadania: conceitos básicos para a transversalidade nem educação ambiental. In: MATA S. F. et al. (Orgs). **Educação ambiental**: transversalidade em questão. Rio de Janeiro: MZ, 2006.

MACCARI, N.S.K. **Migrações e memória**: a colonização do oeste paranaense. Curitiba: UFPR, 1999. (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Luiz Alberto. **Direito criminal**. Parte Geral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MATURANA, H. VERDEN-ZÖLLER, G. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MAZZAROLLO, J. **A Taipa da Injustiça**: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

MEIRELES, C. **Viagem**: vaga música. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982.

MENDONÇA, L. de A. **Parques Nacionais do Iguacu e Iguazú**: uma fronteira ambientalista entre Brasil e Argentina. Anais da XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, 2000.

MEDINA, N.M. SANTOS, E. da C. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MELLOS, E. C. de. **A mercantilização da produção agrícola e o Estado na dinâmica da acumulação de capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares**: o caso do extremo-oeste paranaense. Belo Horizonte: UFMG, 1988. (Dissertação de Mestrado).

MOURÃO, F. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP, 1971. (tese de doutoramento).

MÜLLER, M. S. CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. Londrina: Editora da UEL, 2002.

MYSIW, A. C. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terras no oeste paranaense 1961/66. Niterói: Universidade federal Fluminense, 2002. (Dissertação de mestrado).

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. UFSC. 2008.

MONTGOLFIER, J. de & NATALI, J. Instrumentos para uma gestão patrimonial. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (orgs) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental, São Paulo: Cortez, 2000

MOPU/PNUD/AECI. **Desarrollo y medio ambiente em América latina y el Caribe**: uma vision evolutiva. Ministério de Obras Públicas y urbanismo. Madri, 1990.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O método II: a vida da vida. 2 ed. Publicações Europa- América, 1980.

MORIN, E. KERN, A. B. **Terra-pátria**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOSCOVICI, S. **Sociedade contra a natureza**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NEVES, W. A. **Antropologia ecologia**: um olhar materialista sobre as sociedades humanas. São Paulo: Cortez, 1996.

NOSSO FUTURO COMUM/ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

O'CONNOR, J. **Las dos contradicciones del capitalismo**. In: Ecología política. Barcelona, 1992.

OST, F. **A natureza á margem da lei**: a ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OSTROVSKI, D. **Análise dos impactos sócioambientais motivados pelo Caminho do Colono**. Universidade Estadual de Maringá, 2002. (Dissertação de Mestrado).

PACHECO, R. S. et al. **Atores e conflitos em questões ambientais urbanas**. In: Espaço e Debates n. 35, São Paulo, 1992.

PÁDUA, J. A. **O nascimento da política verde no Brasil**: fatores exógenos e endógenos. In: Revista da ANPOCS: ciências Sociais Hoje, 1990. (p. 190-216).

_____. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. (org) **Ecologia e política no Brasil: espaço e tempo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar**. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

ROCHA, R. G. Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental. **Educar**, n. 27. Curitiba: Editora UFPR. P. 55-73.

ROCHA, S. B. A "**Estrada do Colono**" e o Parque Nacional do Iguaçu. IBAMA/DIREC/DEUC/DICRIA. Brasília. Relatório Técnico, 1997.

ROSSETTI FERREIRA, M. C., AMORIM, K. e SILVA, A. P, CARVALHO, A.M.A, **Rede de significações**: e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SABIÁ, I. R. **Projeto de Capacitação em Educação Ambiental**: Participação da população em Área de Mananciais. In: Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos. 2. ed. Signus, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTILLI, J. A biodiversidade e as comunidades tradicionais. In: BESUNSAN, N. (org.) **Seria Melhor Ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, porquê. Brasília: Editora UNB,, 2002.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RiMA, 2004.

Sauvé, L. **La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad**. In: Tópicos en Educación Ambiental, agosto, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHNEIDER, C.I. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira** (Oeste do Paraná, 1946-1960). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 2001.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, P.F., et al. **Gestão integrada e participativa dos recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED, 2005.

SILVA, C. E. L.da (org). **Ecologia e Sociedade**: uma introdução às implicações da crise ambiental. São Paulo: Loyola, 1978.

SILVA, M. C. da. **As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense**: 1946-1964. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 1984.

SOUSA, A. M. B. de. **Infância e Violência**: o que a escola tem a ver com isso? Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SUNKEL, O. La interacción entre los estilos de desarrollo y medio ambiente en America Latina. Siglo XX. In: **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la America Latina**. México, Fondo de Cultura Económica, 1980.

TAMAIIO, I. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza.** Campinas: FE/ Unicamp, 2000. (Dissertação de Mestrado).

UNESCO. **Educação Ambiental:** as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

VIEIRA, P. F. **Repensando a educação para o ecodesenvolvimento do Brasil.** Encontro nacional de ensino agrícola, Camburiú, SC, 30-31 Out. 2002. (Anais).

_____. et. al. **Gestão integrada e participativa dos recursos naturais:** conceitos métodos e experiências. Florianópolis: Secco/ APED, 2005.

VIGOTSKY, L. **A Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIOLA, E. e LEIS, H. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel das organizações do ecologismo. In: LEIS, H (org). **Ecologia e política mundial.** Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

VIVACQUA, M. e VIEIRA, P. H. F. **Conflitos ambientais em unidades de conservação.** In: Revista Política e Sociedade. Vol. 4, n. 7, out. 2005, p. 139-162.

VIVACQUA, M. **Conflitos socioambientais no litoral de Santa Catarina:** o caso da reserva biológica marinha do arvoredo. Florianópolis, 2005. (Dissertação de Mestrado).

TERBORGH, J. *et al.* **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora da UFPR / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

WACHOWICZ, R.C. **Obrageros, mensus e colonos:** história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982,

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA. P.F. e WEBER (orgs). **Gestão de recursos naturais e desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortês, 1997.

WESTPHAL, M.F. **O movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida.** Ciência & Saúde Coletiva 2000; 5(1): 39-51.

Anexos

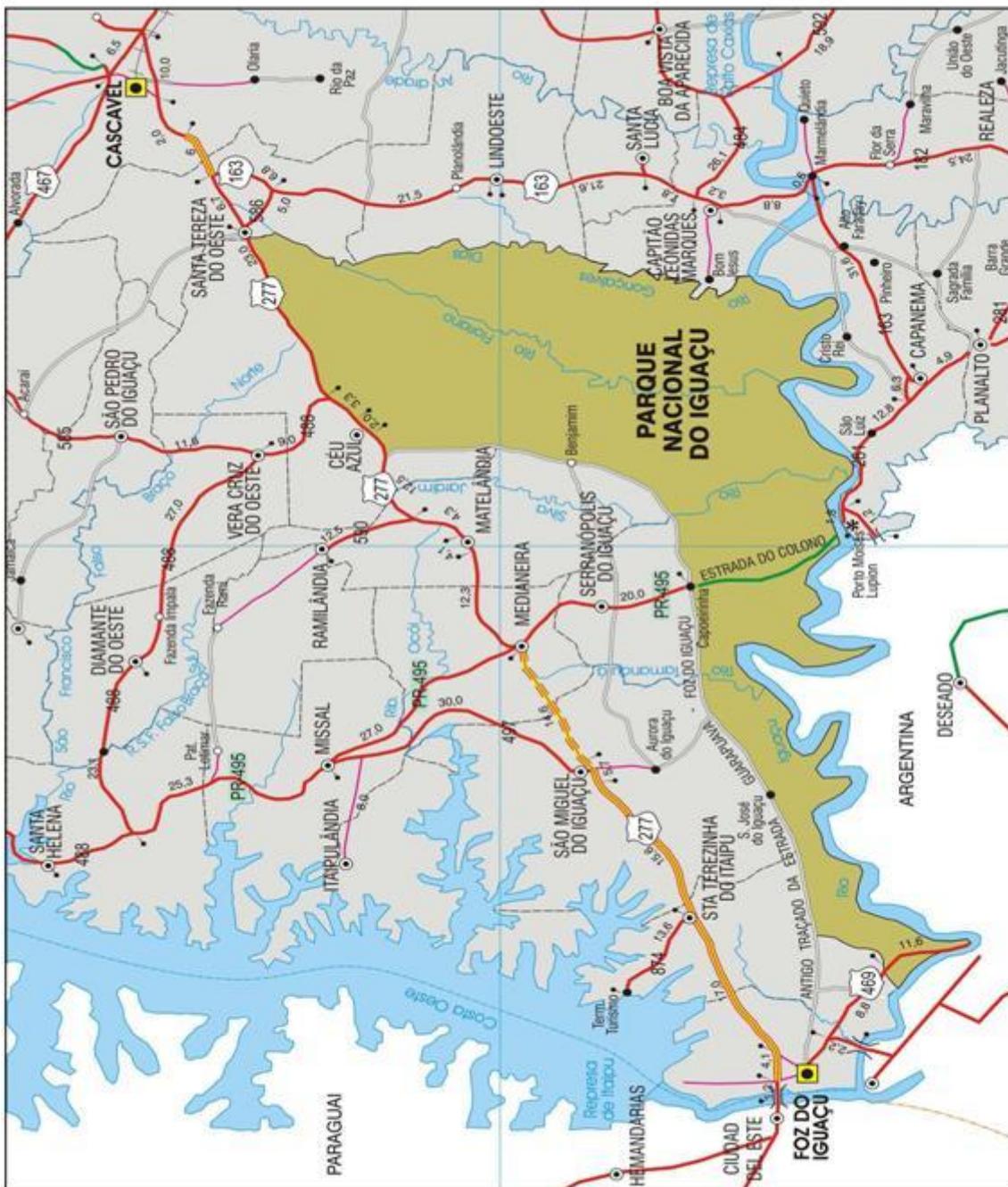
ANEXO 1

LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

FONTE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Plano Nacional de Viação, 2003.
NOTA: modificado

ANEXO 2

ESTRADA DO COLONO E RODOVIAS DO OESTE E SUDOESTE DO PR



FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. Mapa Rodoviário, 2003.
 NOTA: Modificado



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

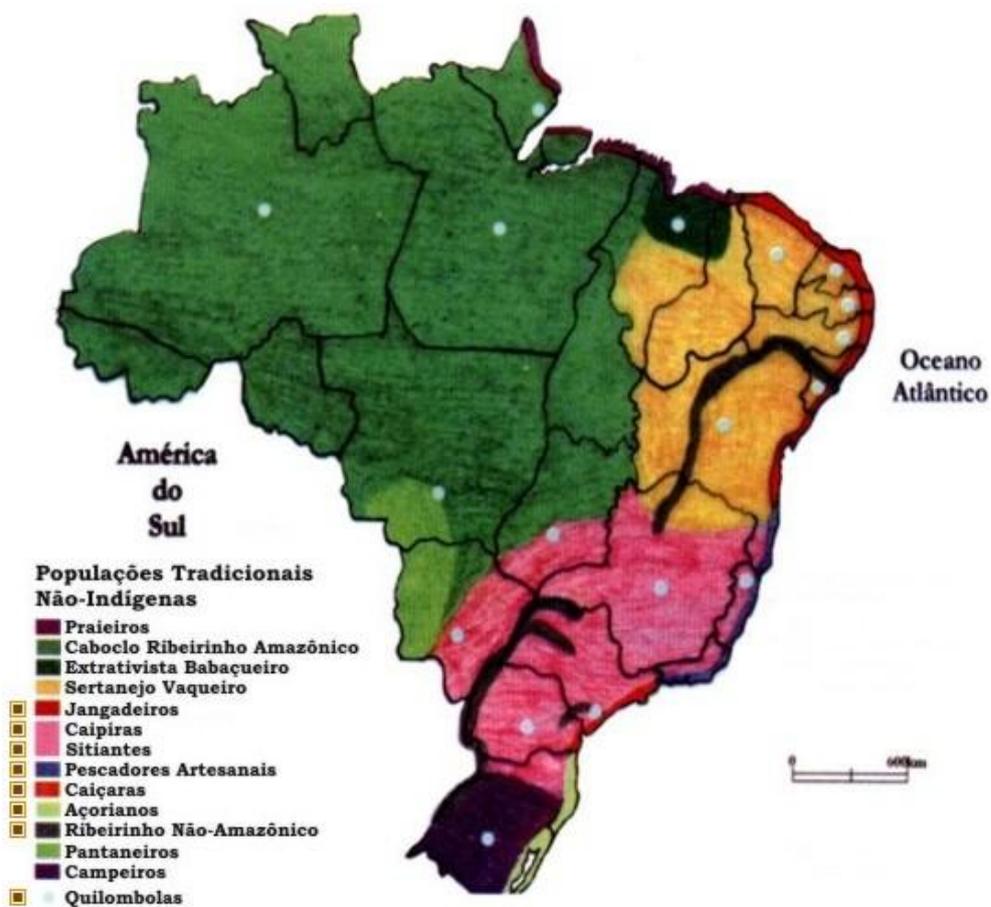
ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO - DEZEMBRO/2006

COMPARATIVO DE VISITAÇÃO			PERCENTUAL	
VISITANTES	dez/06	dez/05	2005	2004
Total de Visitantes do mês	93.547	104.215		
Média diária	3.017,54	3.361,77		
Mayor frequência	5.643 dia 28	6.238 dia 28	(-) 11,40%	(-) 2,48%
Menor frequência	1.578 dia 11	803 dia 05		

VISITANTES POR NACIONALIDADE					
Africa do Sul.....	186	Estados Unidos.....	3.192	Nicaragua.....	02
Albania.....	02	Federação Russa.....	198	Nigéria.....	01
Alemanha.....	2.081	Filipinas.....	03	Noruega.....	94
Angola.....	01	Finlândia.....	161	Nova Zelândia.....	141
Argentina.....	5.459	França.....	1.987	País de Gales.....	05
Austrália.....	584	Grécia.....	110	Panamá.....	20
Austria.....	169	Guatemala.....	76	Paquistão.....	05
Bélgica.....	346	Holanda.....	655	Paraguai.....	4.272
Bolívia.....	571	Honduras.....	02	Peru.....	325
Brasil.....	52.186	Hungria.....	113	Polónia.....	140
Bulgária.....	16	Índia.....	127	Porto Rico.....	32
Canadá.....	361	Indonésia.....	11	Portugal.....	226
Chile.....	2.655	Inglaterra.....	1.445	Quênia.....	03
Taiwan (Formosa).....	30	Ira.....	03	República Dominicana.....	12
China.....	1.818	Iraque.....	01	República Tcheca.....	86
Cingapura.....	36	Irlanda.....	225	Roménia.....	21
Colômbia.....	1.221	Islândia.....	03	Servia.....	04
Coreia do Norte.....	85	Israel.....	457	Síria.....	05
Coreia do Sul.....	335	Itália.....	1.650	Suazilândia.....	25
Costa Rica.....	82	Japão.....	811	Suécia.....	213
Croácia.....	01	Jordânia.....	01	Sulça.....	642
Cuba.....	26	Kuwait.....	01	Tailândia.....	11
Dinamarca.....	178	Letónia.....	03	Trinidad e Tobago.....	03
Egito.....	01	Libano.....	46	Tunísia.....	01
El Salvador.....	23	Lituânia.....	02	Turquia.....	72
Equador.....	136	Luxemburgo.....	04	Ucrânia.....	18
Escócia.....	44	Malásia.....	20	Uruguai.....	173
Eslavaquia.....	37	Malta.....	01	Venezuela.....	107
Eslôvênia.....	17	Marrocos.....	05	Zimbábue.....	02
Espanha.....	5.914	México.....	972		
				93.547	
VISITANTES POR CATEGORIA					
PAGANTES	Brasileiros maiores de 6 e menores de 60 anos e estrangeiros maiores de 6 anos			82.197	
TOTAL				82.197	
ISENTOS	Crianças de 2 a 6 anos.....			2.902	
	Brasileiros maiores de 60 anos.....			2.804	
TOTAL				5.706	
CORTESIAS	Cortesias IBAMA.....			4.021	
	Educação Ambiental.....			1.623	
TOTAL				5.644	
TOTAL DE VISITANTES DO MÊS				93.547	

Foz do Iguaçu, 02 de janeiro de 2007.

SALETE FERREIRA DA COSTA
Chefe da Área Administrativa e Financeira



Nota: As áreas mapeadas não representam a ocorrência exata das populações tradicionais não indígenas, mas porções de território historicamente ocupadas por elas.

Fonte: www.mma.gov.br/ibama

"4ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura

Ata da 50ª Sessão Ordinária

Realizada em 16 de junho de 1986

Segunda Feira.

Presidência do senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos senhores deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César. Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes senhores, deputados: NILSO SGUAREZI, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielso Crisóstomo, Fiori Luís, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruscicka, Antônio Belinati, Artagão Matos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, CAÍTO QUINTANA, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Guilin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Junior, Francisco Escorsin, Fuad Necli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, Leônidas Chaves, Luís Alberto Oliveira, Márcio Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiati, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, SÉRGIO SPADA, Tadeu França, Tadeu Lúcio, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguiu Setogute, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58)."

À página 04 dos anais da assembléia, consta o seguinte requerimento do Deputado Edilson Alencar:

" Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, envio de expediente aos senhores Ministros: José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Iriz Resende Machado, da Agricultura; Deni Líneu Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e João Martins Ribeiro, Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Senhor João Elízio Ferraz de Campos, Governador do Estado do Paraná e aos senhores secretários de estado: Heins Georg Herwig, dos Transportes; Brasília de Araújo Neto, da Agricultura; Fernando Eugênio Ghignone, da Cultura e do Esporte, no sentido de se estudar viabilidades em alterar a trajetória da rodovia Capanema-Medianeira, tendo em vista que a mesma irá atravessar o Parque Nacional do Iguaçu, para QUE O ATENTADO CONTRA A NATUREZA NÃO VENHA A CONCRETIZAR-SE.

Sala das Sessões, 16 de junho de 1986

Edilson Alencar

Ao fazer a Justificativa do seu requerimento, assim se pronunciou o deputado:

"Novo atentado se projeta contra o Paraná, mediante a construção da rodovia Capanema-Medianeira, e cujo traçado deverá atravessar o Parque Nacional do Iguaçu, numa extensão de 14 quilômetros. É uma aberração pelo fato de que esse Parque Nacional fora criado justamente para preservar a dendroclastia do homem.... O clamor público no Estado se ergue com força cada vez maior. Manifestam-se intelectuais e políticos, entidades culturais, o povo nos recintos fechados e nas ruas, contra a travessia da nova estrada pelo Parque Nacional do Iguaçu.... Cumpre à Assembléia Legislativa, que em tantas ocasiões, se pronunciou, com firmeza, em prol da manutenção dos nichos ecológicos, sair em campo, para a defesa, também, do Parque Nacional do Iguaçu."

De todos os deputados presentes, apenas o Deputado Werner Wanderer, que não é da nossa região, se posicionou contrário ao requerimento, como se vê à página 10 dos anais.

E a fls. 20 dos anais da assembléia, verifica-se que o requerimento do Deputado Edilson Alencar, pedindo o desvio da Estrada do Parque e o seu conseqüente fechamento, foi aprovado pelos deputados presentes à sessão, entre os quais estava o senhor Caíto Quintana, que se diz representante do Sudoeste.

O ofício da assembléia legislativa, pedindo o fechamento da estrada do parque, está juntado às fls. 412/413 e 414 dos au-

co Federal contra o IBDF, para fechamento da estrada. Quer dizer que o pedido dos deputados do paraná, inclusive o Ca to Quintana, fundamentou as razões do Ministério Público contra a estrada.

Tanto assim que, a fls. 410 e 411 do processo que determinou o fechamento da estrada, a Procuradora da República, Dra. Odília Ferreira da Luz Oliveira, assim se pronuncia:

"Conforme comprovam os documentos anexos, extraídos dos autos n  20100-012496/87-7, de procedimento que tramitou no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem -DNER, o trecho de estrada que liga Capanema e Medianeira e que inclui a área interditada já deixou de integrar o Plano Nacional de Via o como parte da rodovia BR-163 (grifado pela Procuradora), que foi desviada para o segmento planejado da rodovia BR-582, entre Capanema e Marmel ndia, seguindo pela atual estrada PR-182."

"Saliente-se que essa decisão do DNER foi provocada por requerimento do Deputado Estadual Edilson Alencar, APROVADO EM SESSÃO PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, em 16 de junho do corrente ano. Essa manifesta o demonstra de forma inequívoca que a medida pleiteada pelo Ministério Público nestes autos também constitui anseio de toda a popula o, manifestado por seus REPRESENTANTES LEGITIMAMENTE ELEITOS."

A  está, eleitor do sudoeste, a prova da trai o cometida pelos deputados do PMDB que representam a nossa região. E quanto, nos comícios, prometem a reabertura da estrada, secretamente pedem o seu fechamento. Nos comícios pedem o teu voto para o Richa, dizendo que ele como senador abrir  a estrada. De que maneira, se foi a sua incompetência como governador que permitiu o fechamento?

O prefeito de Capanema, Armandio Guerra, está fazendo abaixo-assinado pelo desvio da estrada pelo Faraday, onde ele tem propriedades. E o Ca to Quintana está trabalhando para ele. Quem não tiver propriedade às margens da estrada que liga a Marmel ndia, pode ir se preparando para falir e fechar as portas.

Desperta Sudoeste ! Ca to, Richa, Sguarezi e outros deputados do PMDB são embusteiros e mentirosos. Se deres o teu voto e eles, estar s aprovando   tua própria falência. Diga não aos traidores, votando nos candidatos, de QUALQUER PARTIDO, que não tenham